# História regional do Brasil

# História regional do Brasil

Hamilton E. Santos Vieira
Felipe André Padilha
Fabiane Luzia Menezes Santos
Amanda Larissa Zilli

# Sumário

# Palavras do autor

É possível que algum dia, em sala de aula, você tenha se deparado com a seguinte pergunta: quem somos nós? Essa pergunta convoca diferentes olhares vindos de vários campos de conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a antropologia e a história. A variedade de respostas possíveis mostra a pluralidade de caminhos e sentidos que estabelecemos com o mundo para significar a nós mesmos. Nesse processo, o conhecimento histórico se apresenta como uma poderosa ferramenta no campo da historiografia. A pergunta nos aproxima do fazer histórico, ampliando a visão sobre a História, muitas vezes vista pelos alunos como algo distante de seus cotidianos e vivências. Questionar sobre quem somos, em nossa dimensão histórica, nos leva a estabelecer uma relação entre quem somos enquanto indivíduos e quem pensamos ser enquanto coletividade, condição fundamental para assumir ativamente a construção da História.

Nesse movimento de buscar na História as pistas sobre quem somos, as aproximações com o tempo e o espaço são indispensáveis. Situar-se no tempo e no espaço nos permite desvendar como os diferentes objetos e relações sociais ao longo da História foram e podem ser produzidos. Convidamos você a vivenciar essa experiência neste nosso livro, percorrendo os caminhos que discutem a História regional e local como forma de pensar a produção historiográfica e o trabalho em sala de aula. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino de História, há uma grande preocupação com a construção da identidade individual e social, o que se pode permitir com o trabalho da História regional e local, já que é um espaço que produz memórias e as sociabiliza por meio das narrativas e a partir de diferentes registros. Assim, possibilita ao trabalho profissional da docência, em uma perspectiva mais ampla, abordar a proposta curricular do saber histórico e outra maneira de aproximar os alunos dos conteúdos e das reflexões históricas produzidas pela localidade.

Para isso, este livro está dividido em quatro unidades, as quais irão auxiliá-lo em sua aprendizagem. A primeira unidade tem como tema a História regional e local, apresentando conceitos sobre essa abordagem, seus usos e cuidados, bem como a questão das fontes nesse processo. A segunda unidade discute a relação entre a formação social e as representações historicamente construídas sobre o espaço regional. A terceira unidade explora a relação entre a memória e a sociedade, assim como a articulação entre a lembrança e o esquecimento. Por fim, depois de apresentado esse arcabouço teórico e conceitual tão caro à nossa formação,

a quarta unidade propõe pensar a escola e seu trabalho com a História local, destacando a importância do ensino, bem como as possibilidades de trabalho e uso de fontes a partir dos espaços vivenciados pelos próprios alunos. É aqui que poderemos pensar na sala de aula como lugar também de construção de saberes históricos, onde memória, espaço e oralidade confluam na construção de novos saberes e aproximem os processos históricos de todos.

Neste livro você encontrará abordagens conceituais, e mais que isso, orientações e dicas a partir de situações cotidianas que nos convidam para a reflexão sobre o papel da História regional e local em sala de aula e a produção da História. Os contextos de aprendizagem foram pensados de maneira a incentivar você a descobrir a riqueza no uso de oralidade, memórias e lugares como espaços da História. Ao final do livro, você verá que esse conhecimento vale muito a pena.

# História e historiografia: emergência da regionalidade

## Convite ao estudo

Você já pensou o quanto a História da sua região pode revelar sobre sua cidade? Já pensou em como sua cidade pode ter informações riquíssimas, e que a História pode se encontrar também nas esquinas, nas casas, nos bares e no imprevisto das vivências e experiências? Quais são os desafios que podemos pensar para o trabalho com a História regional e local em relação às fontes históricas que podem contemplar esse tipo de abordagem?

O uso da História regional e local como modo de fazer a História amiúde mostra diretamente o interesse em estudar uma região ou local de forma específica, descobrindo outros lugares e personagens da História.

Dessa maneira, temos o desafio de mediar essa relação entre o cotidiano e interpretar a História, alinhavando os chamados grandes acontecimentos históricos às possibilidades de histórias locais e regionais.

Esta unidade tratará da emergência da História regional e local. Dessa maneira, será possível lhe apresentar uma nota introdutória sobre características gerais desta abordagem metodológica e quais implicações teóricas e de instrumentos de produção historiográfica dialogam com esse campo do conhecimento histórico.

Uma das premissas do fazer histórico são justamente os diferentes processos investigativos que apontam diferentes caminhos para se produzir História.

Apropriar-se de elementos que caracterizem a História regional e local nos remete a discutir sobre o impacto do cotidiano no fazer histórico.

Para tanto, na Seção 1.1 você conseguirá responder o que faz a História regional e local ter suas especificidades. Ou seja, a partir de quais fontes é possível lançar mão dos processos investigativos capazes de torná-la uma metodologia de pesquisa, produzir a História e auxiliar no trabalho docente.

Na sequência, na Seção 1.2, você avançará no entendimento dos conceitos de espaço e tempo como campos conceituais e categorias de análise fundamentais para se pensar a História regional e social, considerando a memória como lugar da História, o que, na Seção 1.3, junto à discussão sobre oralidade, terá mais destaque.

A partir dessa nota introdutória que lançamos nesta unidade, esperamos que você seja capaz de fazer seus primeiros apontamentos sobre a História regional e local. Mãos à obra!

# Seção 1.1

## Introdução aos conceitos de História regional e local

### Diálogo aberto

Nesta seção, vamos conversar de forma mais específica sobre o que é História regional e local para pensarmos o quanto a história de um lugar e de uma região pode nos revelar sobre suas diferentes singularidades, e assim discutirmos sua importância para a produção historiográfica.

Como surgiu a História regional e local e quais são os conceitos iniciais para poder pensar nessa forma de abordagem histórica? Como pensar em fontes históricas que atendam às demandas dessa abordagem? Quais riscos se deve evitar ao usar fontes regionais e locais?

Dominar esses conceitos possibilita identificar e contextualizar as produções acadêmicas que trabalham utilizando essa abordagem, vislumbrar ferramentas teóricas na sua formação e identificar mais uma das diferentes abordagens possíveis para se escrever a História.

Para realizar esse percurso nesta unidade, veremos o contexto histórico de emergência, seus usos e primeiras reflexões acerca da História regional e local aqui na Seção 1.1. Conheceremos as duas categorias conceituais de espaço e tempo na Seção 1.2. Com base nelas, será possível nos aprofundarmos nas especificidades desta abordagem e entender a História como o estudo dos seres humanos no tempo, dando destaque à memória principal.  Na Seção 1.3, discutiremos mais esse lugar da memória, estudando as fontes históricas nesta abordagem e a oralidade como o lugar de produzir aquilo que, muitas vezes, não está dado ou registrado anteriormente.

Será um caminho rico em contextos, no qual as discussões serão feitas de forma interdisciplinar e em uma linguagem que facilite seu acesso a este campo de conhecimento e produção histórica.

## Não pode faltar

Deve-se pensar a História regional e local como um dos campos da História por fazer uso de vários instrumentos e reflexões presentes, também, em outras abordagens históricas. Por abordagem podemos entender, segundo Barros (2008), um método de pesquisa, a forma com a qual o historiador se debruça sobre um objeto de estudo e investigação, e um modo de se interpretar a História, não sendo, portanto, a única, mas também uma possível maneira de se pesquisar, estudar e trabalhar com temáticas da História. Há um trato específico no tipo de fontes históricas das quais se utiliza a História regional e local, o que a caracterizaria mais ainda como uma abordagem da História.

### Assimile

Estamos acostumados a entender o termo região como um limite geográfico da superfície terrestre. Na História regional e local, esse termo rompe paradigmas, sendo concebido como um artefato sociocultural, que não é fixo e imóvel, mas está em constante permeabilidade, troca, transformações e movimento. Por isso, a região se intersecciona entre o espaço físico e material tanto quanto pelo imaginário, o simbólico e o campo das ideias. Isso se dá devido à produção de diferentes grupos, classes e culturas que, a partir de suas vivências e representações, constroem e reconstroem o espaço em que vivem ou transitam.

Pode-se dizer que na abordagem das regionalidades e localidades se elege um campo específico de observação, considerando o espaço de atuação onde se desenvolvem relações sociais, políticas e culturais. Nessa abordagem podem-se estudar diferentes dimensões em uma mesma região ou local, do espaço interno ou até mesmo em contextos mais amplos.

O trabalho com a História regional e local demanda, também, interdisciplinaridade como forma de evitar uma hiperespecialização e não compartimentalizar o saber histórico. Por isso mesmo, é preciso dialogar com diferentes áreas do conhecimento e diferentes metodologias para incorporar essa abordagem.

### Pesquise mais

Ao longo de toda sua vida acadêmica e profissional, esta revista pode ajudá-lo no debate de História regional e local. Acesse a Revista de História Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com vários artigos na área e todos seus volumes anteriores e os lançamentos disponíveis no site da universidade: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Ponta Grossa, UEPG. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 21 jul. 2016.

Já consideramos que a História regional e local é uma abordagem metodológica do campo da História e deve ser vista sempre de forma interdisciplinar. Mas como surgiu a História regional e local?

Para responder a essa pergunta, primeiramente é necessário saber que existe uma ampla e vasta bibliografia com pontos de vista diferentes. Entretanto, algumas ideias são comuns, e será com elas que iremos trabalhar.

Definitivamente, o século XX significou um momento de amplas mudanças na discussão do que era História e como fazê-la. No advento desse século, o conhecimento científico avançou, no sentido de buscar criar campos específicos para dar conta de diferentes aspectos a serem observados e transformados em objetos de investigação do campo histórico.

É nesse contexto que, segundo Peter Burke (1992a), a "história regional" deixou de ficar a cargo de estudiosos (que no século XVII eram chamados de *antiquarians* – antiquários) amadores (que confrontaram, na época, o relato apenas da história da nobreza, coletando documentos antigos que pudessem verificar a veracidade dos fatos nas diferentes regiões) para construir seu próprio espaço no universo de investigação dos historiadores. Foi fruto de um processo mais amplo que buscou responder a questões quanto a novos problemas para a História, o que levou a pensar em novas abordagens, demandando novos objetos que servissem a esses olhares.

Sem dúvida há uma forte contribuição da *École des Annales* nesse rompimento de paradigmas, o que influenciou grande parte da nova historiografia desde então, inclusive a brasileira.

Foi a partir dessa nova abordagem que se rompeu com paradigmas tradicionais de uma História calcada em biografias de grandes heróis, nas guerras e no fetiche (exagerado) voltado aos documentos oficiais e escritos. Tornava-se possível pensar que, a princípio, tudo teria um passado, o qual, por essa razão, era passível de ser reconstruído e relacionado ao restante do passado já estudado (BURKE, 1992a).

Essa renovação historiográfica possibilitou ampliar campos e territórios do historiador. Poderia se pensar na necessidade e utilidade de pesquisar espaços e contextos que outrora, por força da valorização de temas mais amplos, foram esquecidos.

É preciso ter claro o contexto de reflexão movimentado, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, quando as produções acadêmicas passaram a questionar mais veemente o pressuposto iluminista do domínio de conceitos que apreendessem a totalidade e o universal. O momento era de pôr em xeque a razão e o mundo em que vivemos, considerado "parcial, limitado, descentralizado, em migalhas" (REIS, 2007, p. 73). Buscou-se entender a estrutura, não se limitando a produzir uma obra de valor universal.

Para melhor compreender esse momento, do contexto da modernidade (séculos XVIII-XIX) e da pós-modernidade (a partir do final da terceira década do século XX, com a influência da Escola dos *Annales*), apresentamos, de forma didática, um quadro comparando características e interesses. Com ele, você poderá entender as distinções e a emergência de novas questões a partir da pós-modernidade.

Quadro 1.1 | Europa

| | MODERNIDADE (Séculos XVIII-XIX) | PÓS-MODERNIDADE (Século XX) Escola dos *Annales* |
|---|---|---|
| CARACTERÍSTICAS | Articulação das ideias iluministas – "espírito universal" – poder da razão – governa o mundo.<br><br>Subordinação do passado/ presente – teleologia – História com um fim – linear e evolutiva.<br><br>Dominar conceitos: de sistema, de totalidade e do universal. | Sentidos multiplicados – crítica à razão.<br><br>Pulverizado e fragmentado no lugar do universal.<br><br>Descarta a ideia da história global.<br><br>Opera por múltiplas narrações.<br><br>Desaceleração da História.<br><br>Considera a subjetividade. |
| INTERESSES | Busca a história global.<br><br>Busca de sentido – decifrar o universal. | Valorizar o indivíduo.<br><br>Pequenos dados.<br><br>Conhecimento histórico: priorizar cultura, ideias, valores, representações e linguagens.<br><br>Aspirar inteligibilidade empírica da realidade social. |

Fonte: elaborado pelo autor.

Com isso, nesse acirramento de debates sobre o fazer histórico, nos anos de 1970 ampliaram-se ainda mais as discussões, cuja questão era sobre quais tipos de abordagens a História poderia lançar mão e quais seriam os enfoques dados às pesquisas historiográficas.

A História regional e local, mesmo que ainda fosse vista por alguns historiadores como um tipo de "história menor", ganhou força com as efervescências de discussões das últimas décadas do século XX, ao apontar outros lugares para indicar ao historiador a possibilidade do pormenor e da especificidade, que singularizam acontecimentos e ações específicas saindo da esfera do nacional e da macro-história.

**Exemplificando**

O famoso poeta maranhense Ferreira Gullar (pseudônimo de José Ribamar Ferreira - 1930) ajudará você a entender melhor essa matéria, a qual discute de que é feita a História regional e local:

“Não há nenhuma poética universal: universal é a poesia, a vida mesma. Universal é Bizuza, cuja voz se apagou com sua garganta desfeita há anos no fundo da terra. Universal é o quintal da casa, cheio de plantas, explodindo verde no dia maranhense, longe de Paris, de Londres, de Moscou. O frango que nasce e morre ali, entre as cercas de varas. O cheiro do galinheiro, a noite que passa arrastando bilhões de astros sobre nossa vida de pouca duração. Universal porque Bizuza, amassando pimenta-do-reino numa cozinha de São Luís, pertence à Vida-Láctea. E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz".

Destaca-se a importância da História regional e local também pelo fato de verificar até mesmo a aplicação de teorias, testando a validade de teorias elaboradas a partir de diferentes parâmetros, como outros locais, um país como um todo ou até mesmo outra região. Diante desse confronto “com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas” (SILVA, 1990, p. 43). Por meio dessa observação, você pode perceber ser viável o uso de comparações e estabelecer relações entre diferentes espaços e contextos com a abordagem apresentada nesta unidade. Segundo Barros (2008, p. 153):

> Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da Historia Regional, ele se mostra interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico [...]. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste

espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar, em algum momento de sua pesquisa, a inserção do espaço regional em um universo maior.

**Assimile**

Perceba que se usou História regional e local no texto desta unidade como um termo único, porque na historiografia, muitas vezes, ambas são vistas como sinônimos. A diferença, talvez, se refira à escala (regional/local). Mas ficar discutindo se há de fato alguma divisão mais concreta poderia levar a uma série de confusões; por isso mesmo, optou-se por adotá-las sempre juntas, por mais que em algum momento do texto apareça apenas o termo regional ou local.

No Brasil, o contexto de produção da História regional e local se deu, principalmente, a partir da década de 1940, quando aumentaram consideravelmente os cursos de História nas poucas universidades da época e houve um deslocamento do controle da produção historiográfica, que foi passando para a mão das próprias universidades, em detrimento do que direciona os Institutos Históricos. Isso significa dizer que as produções historiográficas passaram a ter um maior rigor científico e acadêmico, profissionalizando ainda mais o trabalho do historiador e criando uma cultura de metodologia de pesquisa nas áreas afins de História. A partir dos anos de 1970, ganhou mais espaço nesta produção o uso das regionalidades e localidades. E nas décadas seguintes, que encerrariam o século XX, cada vez mais nos cursos de pós-graduação foi possível produzir a História regional e local ancorada num forte sentido de produção séria e acadêmica (CORRÊA, 2012).

Visto esse panorama, que expôs desde o que acontecia na historiografia europeia até o Brasil, você percorreu todo o trajeto de constituição da História regional e local como campo de abordagem metodológica da historiografia. Vale saber que existem algumas implicações na escolha dessa abordagem na produção da História e no papel do historiador.

Um dos aspectos é que, quando se utiliza esta abordagem, o historiador, provavelmente, tem alguma relação com o espaço pesquisado, o que lhe traz certa afinidade com o objeto investigado. Isso também faz com que, ao debruçarmos sob um texto que se utilizou dessa abordagem, tenhamos em mente que, muito provavelmente, aquele historiador estabeleceu uma relação próxima, e, portanto, devemos pensar criteriosamente sobre quais pressupostos teóricos e críticos produziu aquela investigação.

**Reflita**

Imagine que na cidade onde você vive ou trabalha não há um arquivo oficial, nem mesmo um museu. Como pensar em uma pesquisa que se utilize da História regional e oral nesse contexto? Ou mesmo, como a produção historiográfica lida com a falta dessas fontes? Como se produz essas fontes sem que, no entanto, elas sejam apenas elementos criados forçosamente pelo pesquisador? Por isso mesmo, deve-se pensar que, em relação às fontes no trabalho com a História regional e local, há que se ter a necessária proximidade com o objeto para justamente ter a possibilidade de escavar por entre frestas os rastros de novas fontes, e não somente as quais, muitas vezes, a História tratou de considerar. Vimos, então, que o fazer histórico, muito mais que um campo de escolhas, é um lugar onde é preciso buscar o que, aparentemente, parece não existir e, ainda assim, manter o rigor científico que caracteriza esse processo de produção histórica.

Talvez, a maior dificuldade seja relacionada às fontes, principalmente as fontes primárias. Todavia, isso faz com que essas fontes sejam repensadas e "ouvidas" de novas maneiras, diferentemente do perigoso fetiche sobre os textos oficiais e escritos que muito ainda permeia as pesquisas históricas até hoje.

**Pesquise mais**

Há um vídeo interessante que traz uma entrevista informal com o professor Dr. Leonardo Soares, da Universidade Federal Fluminense, sobre fontes orais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IqgC6SJRspI>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Com certeza, para a História regional e local, pensar no uso também das fontes orais toma uma fundamental importância nessa abordagem, já que é por meio da oralidade que se pode reconstruir elementos que não existem materialmente ou não estão registrados em documentos oficiais. É lógico que requer extrema atenção o uso da oralidade para que as narrativas impressas nos registros orais não se transformem apenas no que o historiador deseja saber, ou para que não haja uma distorção entre o narrado e o vivido pela pesquisa com o historiador.

Contudo, apesar da riqueza do uso da oralidade como fonte para a História regional e local, deve-se evitar o risco de o trabalho apenas reafirmar o que foi dito, sem problematizar ou se submeter a um referencial teórico, sem análise crítica do que é apresentado, tornando-se praticamente um amontoado de informações. Nesse sentido e de forma equivocada, o objeto de estudo para o historiador apenas faria um "resgaste" histórico, somente para "explicar" um contexto maior, sem atribuir à História

regional e local sua importância específica. Nesse engodo, tal abordagem apenas complementaria ou reafirmaria dados de contextos mais amplos e não falaria por si mesma.

### Exemplificando

O autor Cerri (1996) discute um exemplo do quanto a História regional e local é ampla em sua abordagem, no sentido dos lugares onde ela emerge e quais cuidados deve-se ter nessas escolhas. Isso ajudará você a entender melhor a necessidade da crítica.

> "[...] procura-se estabelecer uma homogeneidade ainda mais distante da realidade, na medida em que apresenta uma identidade, interesses comuns definidos pelo 'pertencimento' a uma determinada região. Era assim, por exemplo, na Revolução Constitucionalista de 1932, em que 'São Paulo' aparecia como sujeito coletivo encarnando um só interesse regional, deixando de levar em conta os 'acordos dissonantes'". (CERRI, 1996, p. 138).

Claro que a História regional e local não se ocupa apenas de fontes orais, mas também de museus, arquivos públicos e espaços de preservação do patrimônio histórico, quando existentes. Há também nesses lugares outra rede infinita de necessidades relativas a como se conversa com esse material produzido. Trataremos disso mais profundamente em outra unidade. O que importa agora é saber quais fontes podem ser consultadas quando já existem e estão disponíveis ou mesmo quais podem ser produzidas a partir da oralidade, que servirá de matéria-prima para o estudo dos objetos que esperam ser investigados à luz da História regional e local. Isso se pensarmos no sentido prático da pesquisa, embora também o mesmo vale quando usufruímos desse material como leitura, estudo e uso em sala de aula para aprimoramento de nossos conceitos sobre História.

### Faça você mesmo

No texto a seguir, você verá os caminhos que o pesquisador utiliza para fazer sua pesquisa. Procure anotar como se deu a escolha de trabalhar com História regional e local. Quais dificuldades ele encontrou? Como ele entendeu essa abordagem? Como foi sua relação com as fontes? Seria interessante um fichamento desse texto para melhor entendimento e a elaboração de um registro próprio, procurando responder a essas questões a fim de facilitar seu aprendizado.

GUILHERME, Cássio A. Por uma história regional: história oral e outros tipos de fontes. **Oralidades**, ano 6, n. 11, p. 117-132, jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107303>. Acesso em: 16 ago. 2016.

### Vocabulário

**Escola dos *Annales:*** grupo de pesquisadores historiadores centrado na França, que influenciou a grande guinada de novos paradigmas sobre a historiografia e sua produção (principalmente quanto à abordagem, aos objetos e às fontes), verbalizado pela Revista ***Annales,*** que procurou promover inovação sobre a forma de produzir historiografia. Dentre esses pesquisadores, destacam-se Lucien Febvre Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e muitos outros. Com forte presença da divergência, de longe era um grupo unívoco, e tratou disso de forma positiva e estabeleceu muitas reflexões, mesmo dentro das divergências que no grupo surgiram (BURKE, 1992b).

**Fontes orais**: não é especificamente o que fica transcrito como fonte oral, pois esse procedimento apenas transforma os objetos auditivos em algo visual, e isso os submete a mudanças e implica uma variedade de interpretações. Isso pelo fato de a transcrição não dar conta de toda a potencialidade verbal ali expressa, como sentimentos, pausas, olhares e silêncios que, muitas vezes, não são as vírgulas ou os pontos finais colocados na transcrição. As fontes orais são narrativas e têm o poder de trazer classes não hegemônicas que, dentro de relações de poder, acabam esquecidas pela História. As fontes orais contam menos sobre eventos e mais sobre significados, o que leva o historiador a estar atento para esse rico universo de subjetividade e ser capaz de estabelecer um olhar crítico sobre essas fontes.

## Sem medo de errar

A História regional e local surgiu a partir de uma grande agitação na terceira década do século XX, influenciada, principalmente, pela Escola dos *Annales.* Esse movimento passou a questionar o tipo de História que se produzia e o modo como ela era feita, ou seja, sua abordagem metodológica. Nesse sentido, a regionalidade e a localidade vieram como um espaço de combater uma História totalizante e valorizar o pormenor como lugar da especificidade e do acontecimento também.

Para se pensar nesse aspecto, a História regional e local passou a trabalhar também com novos objetos e novas abordagens, tratando a região e o local como lugares de produção social da História, de forma que, ao se pensar sobre as fontes possíveis nesse lugar, elas tomassem para si um sentido de garantir a expressão das relações sociais, da força do cotidiano, dos personagens comuns (em detrimento do culto dos heróis de guerra e dos grandes feitos das nações) e de um envolvimento maior do historiador, já que o espaço da subjetividade rompia com o paradigma da pretensa neutralidade do pesquisador e com a ideia de estar afastado do objeto de estudo.

A História regional e local aproximava o historiador do seu ofício de forma artesanal, podendo, inclusive, produzir fontes que não existiam, pensando nisso a partir da memória e da oralidade. Por isso mesmo, esse embate no campo das ideias, enfrentado pelos historiadores, se deu pelo desejo de diversificar os objetos de pesquisa, os problemas de investigação e as fontes que alimentariam esse percurso.

É pela proximidade do objeto que a narrativa deixa de ser fundamentada como algo distante, a exemplo das abordagens que eram tradicionais, como história de países, de guerras, de generais e outros personagens que ganhavam o átrio da historiografia, e passa a incorporar fenômenos da região em diferentes noções de espaço que possam ser alcançadas.

Por esse novo olhar, suscitou também o repensar nas fontes, que deixaram de habitar apenas os documentos, os palácios e os grandes gabinetes, e passaram a estar na esquina da rua, no grafite das paredes, na palavra do antigo morador.

Claro, isso não poderia ser feito a esmo, devendo o historiador ter aguçado seu olhar crítico e ser fortemente amparado por conceitos teórico-metodológicos, a fim de que evitasse compartimentar a História a partir das regionalidades e localidades, e não criasse apenas relatos de eventos. Mas, diferentemente, o historiador deveria problematizar e dialogar com as fontes, extraindo sua singularidade e capacidade de conversar com contextos mais amplos, produzindo, de fato, uma História regional e local.

## Avançando na prática

### Pensando uma pequena pesquisa com uso da História regional e local

#### Descrição da situação-problema

Você já parou para pensar sobre a rua em que mora, em como ela surgiu, por que tem esse nome? Imagine que você não conheça nada sobre ela. Como você iria pensar sobre uma pesquisa para descobrir essas respostas? Anote quais procedimentos seriam tomados, e escreva o motivo de usar a História regional e local nesse caso. Como seria o levantamento das fontes para essa investigação? Quais seriam as mais viáveis e que cuidados você teria que tomar no uso delas? Após pensar e registrar suas considerações, elabore um projeto hipotético sobre essa pesquisa, dando um título a ela e colocando os seguintes itens: justificativa, objetivo, método de abordagem e da coleta de dados. O interessante é que, dessa forma, você também tem como experimentar o planejamento de um projeto de pesquisa.

#### Resolução da situação-problema

Ao pensar sobre essa situação desafiadora, você já identifica que tem condições de usar os conceitos aprendidos nesta primeira seção da Unidade 1. O uso da História regional e local atende à situação apresentada justamente por trabalhar com

o acontecimento pormenorizado, de forma que a rua possa revelar um lugar de confrontos, relações de poder, vivências e experiências.

Tudo isso é despertado a partir dessa pesquisa sobre o nome da rua e das fontes que seriam selecionadas para resolver essa questão investigativa. Ao pensar sobre quais seriam as possíveis fontes, talvez você tenha considerado diretamente os registros arquivados na Prefeitura de sua cidade, que tratam de manter todo documento legal que envolve as atividades do local. Claro, essa seria uma importante fonte histórica.

Também, se você pretende entender a dinâmica desse nome e a configuração da rua, poderá se lançar na coleta de relatos e depoimentos, até mesmo de funcionários que possam fornecer maiores informações mediatizadas pela sua memória, além dos arquivos, principalmente se ainda for possível encontrar funcionários ou ex-funcionários que estejam vivos e tinham acesso a todos esses processos de nomeação da rua. Caso haja também moradores antigos, você poderá investigar com eles possíveis relatos que ajudem a saber mais sobre o nome da rua e como ela se configurou. A partir disso, um dos maiores cuidados como pesquisador deve ser o seu olhar crítico sobre o que foi coletado, de forma a conseguir de fato "ouvir as respostas" que aquelas fontes possam lhe dar. Esse seria um primeiro momento para se pensar essa pesquisa. Conforme você for apreendendo mais conceitos teóricos sobre a História regional e local, retome essas anotações iniciais e pense em como poderia melhorar e avançar ainda mais nessa investigação.

## Faça valer a pena

**1.** "Ao ensino histórico incumbe o dever glorioso de fazer amar e de fazer compreender a pátria, todos os nossos heróis do passado, mesmo envolto em lendas" (Ernest Lavisse, historiador francês, às vésperas da Primeira Guerra Mundial).

Assinale a alternativa que de fato corresponde à crítica da pós-modernidade ao fazer histórico do trecho anterior:

a) A principal crítica se referia à questão do amor, de forma a entender que as paixões não deveriam estar nas abordagens historiográficas, que deveriam se ampliar sempre, até mesmo na história regional.

b) A principal crítica se dava a uma história totalizante, que focaliza apenas o estudo das nações, de maneira a estimular a pormenorização do foco de estudo, que daria origem à história regional.

c) Criticava-se que os heróis do passado deveriam incluir, também, pessoas comuns, para ampliar o estudo de heróis e, assim, criar um espaço totalizante dentro da história regional.

d) Uma das críticas era quanto a valorizar a lenda, já que essa impediria

a busca de uma história totalizante pela regionalidade.

e) O trabalho do historiador não deveria ser uma história totalizante, já que, para o ensino histórico, a regionalidade não caberia nessa perspectiva.

**2.** "Com a queda do muro de Berlim e eventos correlatos, construiu-se um novo muro, o da ideologia do fim da história e da falência das interpretações totalizantes da realidade. Se subirmos nos ombros dos que combatem há várias décadas, poderemos olhar por sobre esse novo muro e vislumbrar algum horizonte" (CERRI, 1996, p. 138-139).

A partir desse texto, pode-se considerar que:

a) A História regional procura contar o evento em sua totalidade.

b) O fato da queda do muro teria menos valor em função da história da Alemanha ser mais importante na abordagem da História regional e oral.

c) O historiador, ao trabalhar com História regional e local, deve estar atento às interpretações que podem surgir do objeto analisado.

d) As ideologias trariam um problema sério para a História regional e local.

e) A queda do muro de Berlim só teria validade a partir da interpretação dos documentos oficiais.

**3.** "Eu era garotão ainda quando a Força Expedicionária Brasileira chegou à Itália. Passaram na minha cidade, porque foram de Salermo para Siena. Fazia parte do batalhão um cidadão italiano, que veio para cá pequenino e depois se naturalizou" (Vicenzo Figlino).

Qual tipo de fonte histórica seria a anteriormente apresentada?

a) Documental.

b) Visual.

c) Escrita.

d) Oral.

e) Material.

# Seção 1.2

## As categorias de tempo e espaço na regionalidade

### Diálogo aberto

Após seu primeiro contato com as características gerais que fazem da História regional e local um campo de abordagem específico da História, avançaremos sobre outras conceitualizações necessárias para aprofundamento desses conteúdos.

Como você pode perceber, o uso da História regional e local trouxe outras formas de se escrever a História, utilizando diferentes fontes, a respeito das quais não se pensava anteriormente. Qual é a importância do tempo e do espaço para a compreensão do processo histórico em História regional e local? Pode a memória ser o lugar de produção do tempo e do espaço? São reflexões com as quais você terá elementos para prosseguir em seus estudos.

Ao final desta seção, você terá elementos para pensar sobre como se produzem os conceitos de tempo e espaço para esse tipo de abordagem do campo histórico, e quais são especificidades desses conceitos na História regional e local, produzindo, também, as primeiras noções para se entender a memória como lugar da História.

A grande questão, então, é como se dão os conceitos de tempo e espaço na História e quais articulações eles lançam sobre o lugar, como espaço da memória no trato com a História regional e local. Por isso, vamos seguir em frente e ampliar nosso campo de conceitos sobre História regional e local.

## Não pode faltar

No Brasil, os estudos de História regional e local desenvolveram, principalmente, entre os anos de 1980, um avanço das temáticas com forte problematização das regionalidades nas pesquisas concentradas nas universidades.

Concomitantemente a essa produção, procurou-se romper uma tradição da regionalidade como lugar menor, principalmente para superar abordagens supostamente consideradas relevantes por lidar enfaticamente com o nacional (FIORE, 2013).

Desde a Grécia antiga, sempre houve um tipo de História preocupada em centrar em grandes fatos e nos personagens ligados a um lugar de poder, como se os processos a partir de tal lugar pudessem homogeneizar uma única identidade, facilmente transportada a uma civilização ou nação. A História regional e local trouxe possibilidades e fez com que o conceito de região provocasse outras leituras, nas quais conceitos de tempo e espaço fossem fundamentais dentro desse tipo de abordagem.

O trato com a região não significa desvinculá-la de um contexto maior. A grande questão é não estabelecer escalas de valores que hierarquizem o que deve ser falado ou não, já que a História regional e local apenas redimensiona a análise do nacional e torna possível ressaltar identidades e semelhanças entre ambos os espaços (NEVES, 2002).

Sobre a região, a primeira interpretação e, talvez, a mais corrente seja tratá-la como um recorte físico. Muitos estudos geográficos problematizariam essa noção, questionando a fixidez dela, justamente em função de se considerar a ação humana como agente transformador do meio. Isso afeta diretamente a noção de região no sentido físico, ligada à ideia de espaço circunscrito. Com o elemento da cultura, a região amplia sua noção e compartilha o que há de comum, como elementos de um grupo, da identidade linguística ou outro fator que confira àquele local uma peculiaridade própria.

Claro, ao trabalhar com conceitos, temos a questão da escolha subjetiva. Voltemos àquela observação de que o trabalho do pesquisador/investigador/historiador nunca será neutro, pois sempre é permeado por suas escolhas, que se dão de diferentes formas e maneiras. O importante é você entender que, dependendo do tipo de prisma adotado, a região pode ganhar contornos específicos em sua definição. E isso deve sempre ser levado em conta numa análise investigativa, ou até mesmo na leitura de um texto.

### Assimile

O renomado geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) sempre se preocupou em fazer uma ampla discussão sobre o conceito de região na geografia. Considerou esse conceito posicionando-o de modo contrário à

ideia de totalidade. Nesse sentido, posicionou o local como divergente ao global. Claro, tomemos aqui que essa oposição não significa anular a relação, mas que tanto local quanto global se contribuem mutuamente a partir de uma natureza dialética. Os estudos de geografia em muito contribuíram para o avanço das metodologias de abordagem em História regional e local, o que aponta o forte caráter interdisciplinar delas.

Trabalhar com a espacialidade redimensiona o aspecto físico incorporado ao social. Como exemplo, temos a categoria paisagem, apropriada dos estudos da geografia, rompendo a ideia de associação a características físicas (morfologia, topografia, hidrografia e outras áreas). Aqui, paisagem é resultado da ação humana e, por isso, singulariza aquele lugar em função dessas relações. A natureza passa também a ser produto da cultura, de construção simbólica, e produzida social, política e culturalmente. O aspecto cultural confere uma nova fisionomia ao espaço, dando-lhe nova singularidade (BARROS, 2005) e o territorializando.

**Reflita**

Pense um pouco sobre essa relação entre paisagem natural e a interferência cultural da ação humana, que territorializa a interação dada nesse espaço.

> [...] a paisagem é uma obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos [...] (SCHAMA, 1996, p. 17)

O importante é perceber essa interação social e cultural sobre a definição do espaço e o diálogo interdisciplinar com estudos da geografia, que são fundamentais para entender as características do tempo e espaço no estudo das regionalidades e localidades.

Outra influência interdisciplinar vinda da geografia são os estudos de Vidal de La Blache e o conceito de "possibilismo geográfico", dado pelas diversas possibilidades de respostas dos seres humanos aos desafios do meio, numa dinâmica exercida tanto pelo meio quanto pela atividade humana. Contrapunha-se ao clássico paradigma da escola alemã de Ratzel e seu determinismo do meio. Sua influência será notada, principalmente, em pesquisas e produções historiográficas, como de Lucien Febvre (Escola dos *Annales*), ao pensar relações entre o meio físico e as relações sociais. Outro historiador influenciado foi Fernand Braudel (também da Escola dos *Annales*), o qual se utilizou dessa ideia para discutir temporalidades, que tratava de formas distintas

em termos de duração longa, média e curta em um dado espaço.

Apontar a discussão sobre o conceito de espaço nos leva a perceber como na História se ampliou o estudo do ser humano além do tempo, incluindo o espaço. Para Cerri (1996), rompeu-se o sentido de um campo que apenas se dedica ao estudo do passado, produzido por ações, transformações e permanências que "se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto" (p. 96). Portanto, para a História regional e local, região é, acima de tudo, uma construção humana e, portanto, submete-se a uma historicidade.

A categoria tempo é de grande importância para a escrita e definição da História, e aponta uma ampla discussão sobre como defini-la em seu melhor uso no trabalho historiográfico.

Por exemplo, o historiador Fernand Braudel, quando discute essa categoria, apesar de fazer fortes críticas a uma visão estruturalista, toma o tempo a partir de uma específica estrutura sistêmica, porém a traz um passo à frente, considerando que estruturas como essa não são totalidades estáveis, mas compartilham de escalas: a do tempo do mundo e da História. Para discutir sobre o ritmo de duração do tempo histórico, cerne do seu trabalho, considerou que ele não se submete a uma noção de espaço estática e única. A temporalidade não segue o ritmo escolhido pelo historiador e nem determina o recorte temporal historiográfico, muito menos o espaço. Por exemplo, no recorte de 10 anos em uma investigação histórica, podemos encontrar vários ritmos de temporalidade em um mesmo lugar.

**Reflita**

Para José D´Assunção Barros (2005), o impacto das ações e transformações de um espaço e região constituir-se-á em um espaço social, que pode ser imaginário, como a imaginação e a literatura e tantos outros mediados pelas relações humanas. Esse autor acredita que "em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o 'espaço virtual', produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial" (BARROS, 2005, p. 97).

Assim, a categoria tempo e espaço é objeto de uma discussão fundamental na História. Como bem lembra Barros (2005), nos estudos de Braudel sobre o Mediterrâneo, o historiador francês considerou haver alguns aspectos que conferiam certa unidade transcendente ao espaço nacional, e, ao mesmo tempo, uma diversidade nessa unidade, que fazia com que se convergisse tempo e espaço para um ritmo supralocal. Ou seja, o mundo mediterrâneo era um grande complexo de ambientes físicos dividido com uma pluralidade de regiões. Cabia decifrar a heterogeneidade do "grande espaço" regional em diferentes durabilidades de tempo.

O tempo como lugar da História torna-se matéria constante de discussão na metodologia da historiografia. Refere-se à agência humana, que provoca mudanças sociais e, também, se modifica por essas mudanças.

É o lugar onde a realidade está em estudo e por onde essa realidade esteve antes da investigação também. A temporalidade lida, de um jeito específico, com tudo que se refere ao ser humano, suas interações sociais e o lugar onde transita.

Cuida da permanência, das alegrias, tristezas, vivências, dos sonhos, do trabalho e da transformação da natureza. Lida com o comum e o imprevisto, com o presente implicado por um passado. O tempo é parte importante da materialidade da História.

Na Europa, a partir dos anos de 1950, uma nova tendência de abordagem valorizando o pormenor, a especificidade, retomava o embate de postular a categoria de tempo dentro de sua conceituação teórica. Os estudos sobre regionalidades e localidades precisavam lidar com essa categoria para entender sua abordagem.

Entender os conceitos de tempo e espaço é buscar lugares que antes, ou não eram pensados, ou eram esquecidos propositalmente. Por isso, dentro da categoria tempo e espaço, lidarmos com o lugar da memória.

A memória é a presença do passado, produzido de forma seletiva, nunca apenas de um indivíduo; portanto, também é a presença do presente, e insere o sujeito num determinado contexto social. Para o historiador Jacques Le Goff (1994), a memória relaciona uma identidade individual a uma coletiva. Nesse sentido, alerta para os lugares em que a memória se estabelece na sociedade.

É preciso, também, estar atento ao fato de que a memória se produz a partir de escolhas, seletivamente "dizendo" o que deve ser preservado, na relação entre o lembrado e o esquecido. Muitas vezes, é produzida por lacunas que se constituem em meio de silêncios e tencionam sua relação com a investigação científica, que pressupõe apreender a memória ao seu favor e como o lugar das fontes históricas e a partir das relações que estabelecem com o tempo e espaço que são mobilizadas. A memória não é a rememoração do passado: ela implica estabelecer uma complexa rede de diferentes temporalidades e lugares.

Seu uso permite outras leituras que não estejam ligadas apenas a determinadas classes sociais, ou lugares específicos. Com a memória, é possível produzir fontes que poderiam continuar sem existir se não mobilizadas como instrumento de coleta de dados sobre um objeto a ser investigado. Conta, ainda, o fato de ter a matéria humana como seu campo de atuação, o que mobiliza uma série de cuidados tanto na aproximação quanto na análise sobre o que for dela retirado.

A História regional e local, ao tratar da matéria humana próxima, do cotidiano, da esquina e da rua, do idoso serenamente sentado em sua varanda, possibilita o

resgaste de memórias individuais e coletivas que poderiam ficar durante muito tempo esquecidas no espaço público. É pela memória que se pode chegar à região e/ou local.

Utilizar da memória como lugar da História demanda alguns cuidados. Primeiramente porque a memória está muito além de apenas estar nas praças, museus, monumentos e prédios públicos (ou privados) – o que chamamos de patrimônio histórico. Ela está presente na memória de pessoas que vivenciaram histórias e suas experiências ao longo de sua existência, nos próprios relatos e registros deles e, ainda, no resgate da oralidade. É o lugar de vozes, mas também é o lugar de escolhas, de quem fala e de quem investiga. Uma leitura crítica sobre esse panorama estabelece um dos primeiros passos no trato da memória na História regional e local.

O historiador Peter Burke (2000) problematiza a relação entre o passado, a História e a própria memória, pois, ao buscar o passado, não se pode cair no engodo de conseguir "isolar" esse momento e descrevê-lo tal como ocorreu. O historiador, por exemplo, quando faz uma seleção sobre o que pesquisar, escolhe um ponto de referência por meio do qual diz o que entende daquele recorte investigativo. A pesquisa em História também pode ser distorcida ou ter interpretações equivocadas. O lugar da memória fala sobre um determinado lugar da História e reconstrói a memória a partir desses fragmentos, não sendo expressão pura de algo que aconteceu.

**Exemplificando**

"Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. 'Lembram' muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode se descrever a memória como uma reconstrução do passado". (BURKE, 2000, p. 70).

A memória relaciona-se diretamente com o passado e toma forma a partir das relações com o presente, e por isso mesmo ela também é transformadora. Todavia, também é seletiva e produz esquecimento, selecionando o que se lembra ou não, carregando em sua narrativa outra maneira de descrever o "real", ou também outra forma de "verdade". Com a memória se tem a possibilidade da inteligibilidade do passado, o combate ao determinismo e, se assim o quiser, a chance de escutar outras vozes que lançam luz sobre fragmentos de realidades passadas.

Fica indicado o caminho para entender a problematização extremamente necessária sobre a memória como o lugar da História e o entrelaçamento entre os conceitos de tempo e espaço na História regional e local.

### Pesquise mais

Para compreender a importância da memória, indicamos um filme brasileiro premiado e a leitura de um texto produzido a partir dele para discutir a relação memória-tempo-História:

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffè. Vânia Catani Produção. Brasil/França, 2003. 142 min. Son, Col, formato 16 mm.

ALVES, Carolina Assunção e. Um estudo sobre o tempo em Narradores de Javé. **Signum**: Estud. Ling., Londrina, n. 11/2, p. 33-50, dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3051/2594>. Acesso em: 2 ago. 2016.

### Vocabulário

**Lucien Febvre (1878-1956)**: um dos fundadores da Escola dos *Annales,* idealizou a revista *Revue des Annales* junto a Marc Bloch, e trouxe marcantes mudanças no estudo da História.

**Fernand Braudel (1902-1985)**: historiador francês e um dos importantes representantes da 3ª geração da Escola dos *Annales*. Trabalhou com a noção de tempo histórico de longa, média e curta duração a partir de seu estudo sobre o Mediterrâneo.

**Friedrich Ratzel (1844-1904)**: considerado por muitos o fundador da moderna geografia humana. Seus estudos geográficos foram um instrumento de legitimação expansionista do Estado alemão em fins do século XIX, ao defender uma geografia funcionista para o território, extremamente ligada às relações de poder e domínio da terra.

**Paul Vidal de La Blache**: geógrafo francês e forte opositor ao determinismo geográfico oriundo dos estudos de Ratzel. Considerado, também, o fundador da escola regional francesa.

## Sem medo de errar

As categorias de tempo e espaço são de fundamental importância na conceitualização sobre a abordagem da História regional e local. Essas categorias, como conceito, dão eloquência e inteligibilidade no trato com as fontes históricas para a abordagem em estudo. É um lugar de escolhas feitas sob muita discussão sobre como se constituem e sobre seus usos.

Fundamentalmente, não se pode esquecer a forte ligação entre as relações humanas e a constituição dos lugares e das temporalidades. O recorte de região e local se dá nessa relação entre espaços e paisagens naturais e a ação humana. A partir dessa conexão, emergem as vivências e experiências. Estamos no ato do acontecimento que se tornará a matéria-prima para a História regional e local, dando à categoria tempo um lugar relevante no corpo metodológico dessa abordagem.

A categoria tempo se relaciona com a dinâmica dos lugares e é de fundamental importância para a escrita da História. Quando falamos em regionalidades e localidades como lugares da História, devemos pensar também nas relações entre as categorias espaço e tempo em nosso estudo.

A posição que o historiador estabelece nesse sentido, ao apropriar-se do lugar como um "lugar" da História, permite que ele acesse uma temporalidade antes inacessível, sendo possível representá-la a partir de artefatos sobreviventes, que vão desde imóveis e objetos pessoais a arquivos com registros de depoimentos e imagens. Por isso mesmo, dizemos que a memória possibilita articular o geral e o particular, lidando com diferentes escalas de tempo e com ampla consciência da abstração a que as narrativas submetem o passado. A memória, portanto, não é uma descrição literal do que aconteceu.

Lidar com a memória é trabalhar com o que dá corporeidade ao fato. As narrativas conduzem a diferentes temporalidades e se posicionam a partir de determinadas escolhas. Contudo, apesar de todos esses cuidados, lidar com a memória permite reestabelecer o passado, mesmo que seja para arriscar entre o lembrar e o esquecer, que passam a ser categorias pertinentes à memória, incorporando os elementos necessários para uma interpretação crítica quando consideradas como fontes históricas, muitas vezes reveladas pelo recurso da oralidade.

Por esse caminho, vozes que poderiam não ser consideradas, ou nem mesmo ter sua existência lembrada, passam a ter importância, trazem sujeitos que serão capazes de se sentir historicamente ligados ao que construíram e permanecerão a construir com a experiência de produzir suas narrativas, relatos e histórias que edificam o lugar da História por meio do estudo das regionalidades e localidades.

## Avançando na prática

### Investigar lugares da memória: experiências com a História regional e local

### Descrição da situação-problema

Na cidade de Registro (SP), universitários (monitores) e docentes desenvolveram uma parceria com a Associação Cultural Nipo-Brasileira da cidade (Bunkyo), atuando no **Memorial da Imigração Japonesa**. Desde 2008, indiretamente com a Secretaria do

Estado da Educação, desenvolvem o projeto **Lugares de Aprender**.

São visitas organizadas gratuitamente para alunos da rede de ensino básico, em diferentes instituições culturais do estado. O Memorial da Imigração Japonesa, mantido pelo Bunkyo e pelo Departamento de Cultura da cidade, era uma das instituições credenciadas para receber a visitação.

O Memorial tem uma documentação variada. Documentos escritos, objetos de cultura material, muitas fotos e pinturas ilustram o processo de imigração japonesa. Além disso, há uma coleção de obras de arte de artistas japoneses ou de seus descendentes. Ao lado do lugar, existe um parque e alguns marcos e monumentos registrando a forte presença nipônica na região.

Imagine que você organizaria um passeio com seus alunos. Como seria seu roteiro para discutir o sentido da História daquele local? Como você trabalharia as noções de tempo e espaço nessa atividade? O que fazer para entender esse lugar como um lugar da memória?

**Resolução da situação-problema**

De início, pense a possibilidade de organizar uma exploração em dois momentos:

a) Na área externa, investigar o que trazem de histórias os monumentos e marcos, aproveitando também para saber como é a relação da população que transita naquele lugar. Pense em forma de registros dessas memórias para futuro trabalho de investigação, incluindo pessoas que não circulam mais por ali, mas que foram parte daquele lugar. Com certeza, esses sujeitos podem surgir a partir desse primeiro levantamento.

b) Na parte interna, ou seja, no Memorial, explorar o acervo do museu. É interessante pensarmos na apropriação desse lugar como um "lugar da memória". Conforme estudamos, não esqueça que o lugar não conta uma história por si próprio, mas é feito de escolhas e, aí sim, conta uma história a partir dessa seleção. A memória é seletiva e também produz um lugar a partir dessa seleção. Isso só é possível com uma leitura crítica e um bom amparo teórico e conceitual, além do cruzamento e diálogo com outros lugares e outras fontes.

## Faça valer a pena

**1.** "Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição" (OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: sudeste, nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de

Janeiro: 34, 1997. p. 26).

De acordo com o autor, sobre a definição de região, podemos dizer que:

a) É preciso propor um recorte da região como espaço físico a fim de facilitar o estudo.

b) A região é o espaço da homogeneidade, daquilo que caracteriza e torna imutável aquele dado espaço.

c) A região é um espaço de conflito onde aparece o econômico, o político e o social, sendo variáveis cheias de complexas relações.

d) Somente com o estudo da região é possível entender a má influência da humanidade sobre os espaços físicos.

e) A região é influenciada por tão somente uma relação harmônica entre espaço físico e relações sociais.

**2.** "[...] a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem" (HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13).

Assinale a alternativa que explica a afirmação anterior:

a) A memória possibilita confirmar o passado numa relação com o presente, apenas respondendo ao que se deseja saber sobre o passado.

b) A relação da memória com o tempo apresenta a necessidade de retomar seu sentido cronológico, de maneira a facilitar a classificação de épocas e lugares em linhas de tempo didáticas.

c) Aos professores de História, cabe tomar cuidado no uso da memória, porque, atualmente, não se tem mais a devida importância do passado.

d) O resgaste do passado por meio da memória é algo que, atualmente, não precisa ser pensado.

e) O uso da memória se torna uma ferramenta fundamental nos dias atuais, para uma melhor leitura de si e do mundo a partir da História.

**3.** "Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico [...]" (BARROS, J. D´A. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 152).

Assinale a alternativa que se relaciona com a afirmação anterior:

a) O erro justamente está em acreditar que a pormenorização contribui para olhar o global.

b) É preciso repensar se é realmente necessário estudar vários aspectos, como econômico, político e cultural.

c) O estudo de uma região específica exige a ampliação do sentido de espaço.

d) A região tem múltiplos recortes, como econômico, político, étnico e outros que a fragmentam.

e) O uso da História regional possibilita recortar apenas um dado aspecto, como o físico.

# Seção 1.3

## Memória e oralidade na História regional e local

### Diálogo aberto

Você já teve contato com as principais características da História regional e local desde seu surgimento, no contexto do século XX, como outra forma de abordagem historiográfica. Também, viu que essa abordagem valoriza o pormenor, novos personagens e as cenas comuns, e não apenas guerras e feitos de "grandes nações". Nessa direção, introduzimos o conceito de tempo e espaço como categorias importantes para essa abordagem. Ao se tratar de regionalidades, o espaço é visto como o lugar construído pela memória de cada sujeito e sua vida social, em um determinado tempo de acontecimentos.

A memória tem papel importante na constituição dessa reconstrução do espaço-tempo das regionalidades e localidades. Entendê-la conceitualmente possibilita pensar na produção de fontes quando elas correm o risco de não existir. Por exemplo, em uma cidade, pode não haver nenhum arquivo histórico, ou mesmo algo que se refira a um determinado acontecimento.

O trabalho com a oralidade faz emergir experiências, lembranças, fatos, histórias e, principalmente, o lugar da memória.

Quais são os caminhos que o uso da memória pode traçar na produção da História regional e local? Quais cuidados devem ser pensados para o rigor científico do uso da oralidade como fonte histórica? É preciso pensar que a História regional e local lida com a memória como espaço de produção do lugar e do tempo. Para o uso da memória como suporte, pode-se lançar mão da oralidade? As narrativas dadas pela oralidade podem ser instrumentos consideráveis na produção histórica?

Para se chegar a uma reflexão, é importante conhecer bem a fundamentação dessa categoria memória-oralidade a fim de se entender o trato com as fontes históricas.

## Não pode faltar

Iniciamos considerando que em alguns contextos o uso da memória e da oralidade foi tratado de forma restritiva. Isso se deu por certo fetichismo sobre a legalidade indiscutível que os documentos oficiais e escritos guardavam sobre si.

Era possível estar tudo "ali", sem a necessidade de procurar outras fontes, ou outras maneiras de abordá-las. Acreditava-se, a partir dessa lógica, numa certa "sacralidade" do documento escrito, pois condensava tudo o que deveria ser buscado. E, por meio desses documentos, seria possível reconstruir a História em sua totalidade.

Muito dessa concepção fetichista sobre o documento escrito como única fonte histórica confiável foi fruto de um debate existente desde o século XIX, sobre o sentido da objetividade e da metodologia para se produzir História, e de um discurso corrente na mesma época, que pretendia estabelecer uma distinção entre História e Literatura. Era muito comum que professores de História e Língua Portuguesa ensinassem a diferença entre a história, como algo ligado a fatos reais (e registrados, de preferência, em documentos escritos), e as estórias, que eram dadas como ficção, portanto, vistas como invenções que não configuravam uma fonte sobre a produção histórica.

É preciso dizer que a valorização do testemunho, da narrativa e do relato não é algo pertencente apenas à História regional e local. Os gregos antigos já se utilizavam dessa prática. O mesmo até acontecia na Idade Média, quando se valorizou muito o relato pessoal, o estudo das biografias.

Foi somente a partir do século XIX que as fontes orais começam a perder espaço. Para se alcançar a objetividade, era preciso afastar-se do tempo presente, cuidando apenas de passados distantes e, portanto, não considerados aptos a lidar com relatos, depoimentos e testemunhos de viventes. Tudo deveria estar arquivado e submetido ao crivo do tempo, afinal, somente assim se poderia garantir uma "distância crítica".

A questão do tempo era crucial para este tipo de abordagem, haja vista que, para esse momento, domesticar o tempo natural, como o uso do calendário, também tornava possível pensar no tempo vivido e naturalmente registrado. Estabelecia-se apenas uma oposição entre passado e presente, ou vice-versa.

### Pesquise mais

Como você já deve saber, é muito importante ouvirmos diferentes versões ou explicações com as quais temos contato. Para isso, indicamos um vídeo que discute a questão da História oral e a memória:

POSSAMAI, Anderson. **Memória e história oral completo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZryB0SnBGE>. Acesso em: 20 ago. 2016.

A História, quando pensada como início e fim do mundo e da humanidade, perde seu rigor científico e desloca seu sentido para uma noção de origem. Por isso mesmo, em novas correntes de pensamento sobre a abordagem da História, pensa-se cada vez mais na valorização da memória em detrimento de um tempo linear e cronológico, havendo um trabalho com diferentes durações históricas e sobre as quais se indaga e testemunha (algo que já era praticado desde a Antiguidade oriental), valorizando o aspecto da História enquanto relato e testemunho (LE GOFF, 1994).

**Assimile**

Heródoto, grego que viveu no século V, é considerado por muitos como o primeiro historiador no surgimento das sociedades ocidentais. Porém, essa ideia do relato e testemunho se deu em um espaço ainda mais remoto, nos impérios do extremo Oriente, onde indagar e testemunhar tinha a ideia do termo grego e da raiz indo-europeia *wid-, weid-,* "ver", ou seja, da expressão "Eu vi, senti", mostrando que a História teria iniciado a partir do relato.

O que queremos indicar é que memória e oralidade não são novidades, ou de uso exclusivo da História regional e local, mas são conceitos que "flutuaram" de forma diferente em determinados contextos sobre o pensar acerca da História e de sua produção. O que temos a partir das últimas décadas do século XX é cada vez mais uma maior discussão do documento não como um material bruto e objetivo, mas que exprime as relações sociais que se estabeleceram para produzi-lo. E a noção de documento abrange uma diversidade de tipos e possibilidades, incluindo a palavra, o gesto, os sentimentos e outras instâncias associadas a uma produção política, social e cultural.

O tempo presente precisa e se utiliza muito da oralidade, e como fonte histórica enfrentou forte oposição ao longo do século XX. Por ter sido relegado ao conceito de não história, não se dava o devido crédito às fontes orais nos meios acadêmicos. O estudo da história recente escapava das possíveis metodologias e não se podia confiar nos relatos orais, por estarem carregados de subjetividades, não sendo neutros e objetivos como os documentos escritos.

**Reflita**

Mesmo para a Escola dos *Annales*, que tanto influenciou a História regional e local, os períodos recentes eram tratados como problema. Considerava impossível captar suas especificidades que levariam a um mero relato jornalístico. A subjetividade era vista como visão distorcida, que dificultava a fidedignidade do relato e, por isso mesmo, desqualificava o uso de relatos pessoais, das histórias de vida e de biografias.

Segundo Picoli (2010), aproximadamente durante a metade do século XX, campos como a Psicologia, Antropologia e Sociologia lançavam mão do uso de fontes orais. Intelectuais norte-americanos, nos anos de 1940, de forma marginal, privilegiaram esse tipo de fonte, preenchendo lacunas deixadas pelos documentos escritos da história das elites.

Nesse contexto, nos Estados Unidos, entre meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, de forte efervescência na luta por direitos civis, desenvolveu-se uma história militante marcadamente política, pois a partir desse lugar se construiria uma consciência de grupo dos que eram marginalizados e excluídos. Isso aponta uma importante observação, de que o uso de fontes orais extrapolava o meio acadêmico, sendo, a partir de 1970, que essa metodologia passou a ser mais apropriada pelas universidades e suas pesquisas acadêmicas - na Inglaterra, com os estudos de E. P. Thompson e, concomitantemente, também, nos EUA, ambos saindo das estruturas para as redes, das normas coletivas para as situações singulares.

Nesse movimento histórico, a memória ganhou força e rompeu com o descrédito dado pelos paradigmas tradicionais da historiografia, principalmente nos anos de 1980, quando se passou a dar maior visibilidade à presença do sujeito dentro dos diferentes processos históricos. Nesse sentido, as grandes unidades nacionais cederam lugar às identidades individuais, que sobrepujavam a ideia do nacional. Houve um contexto de questionamento da premissa sobre a universalidade da razão, e passou-se a entender o lugar do efêmero, do fragmentado.

Esse contexto, segundo Picoli (2010), se explica pelo fato de que, quanto mais complexa, dinâmica e moderna for uma sociedade, maior será a busca por identidades, pelos indivíduos, como forma de compreender a realidade. Há, nesse contexto, um sentimento de perda de referências.

A memória permite reatar unidades, utilizando-se das narrativas. O estudioso Walter Benjamin, no ensaio *O Narrador*, escrito em 1936, considerava nossa sociedade moderna como o lugar da extinção da experiência na arte de narrar.

Por isso, Benjamin defendia a importância de resgatar essa capacidade de a vida humana ser a matéria e estabelecer-se de forma artesanal, como uma experiência coletiva, capaz de, diante da fragmentação de identidades da modernidade, criar novamente laços entre todos nós.

**Reflita**

Leia a entrevista publicada na Revista Fapesp, com a historiadora Ecléa Bosi, e reflita sobre a importância do uso da memória e da oralidade no campo da historiografia e sobre os embates e cuidados em relação a estes instrumentos.

MOURA, Mariluce. Ecléa Bosi: narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados. **Revista Fapesp**, São Paulo, ed. 218, abr. 2014. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/eclea-bosi-narrativas-sensiveis-sobre-grupos-fragilizados>. Acesso em: 14 ago. 2016.

Nesse sentido, o papel do historiador é, também, um papel político, pois o trato com a memória permite fazer emergir os sujeitos comuns e sua importante sujeição histórica. Segundo Burke (2000), o trabalho do historiador é ser um guardião da memória, dada a sua função social de trazer a todos aquilo que poderia estar esquecido na sociedade. Algo muito peculiar ao sentido da memória, que atua em fazer existir o que poderia ficar inacessível para sempre.

Quando, na sociedade, há o esvaziamento em relação ao tempo das experiências, há também um rompimento dos laços de identificação pessoal e perde-se a historicidade. É aqui que a memória atua significativamente.

Quando a lembrança e a vida atual conectam-se, ao ativar sua memória, é produzido um novo sujeito, o qual passa a entender que suas histórias têm a mesma validade que as histórias narradas nos livros de História.

Para Ecléa Bosi (1987), uma das mais importantes historiadoras que trabalham com memória no Brasil, ao se ouvir a história de um idoso, percebe-se que ele lança sobre si um olhar reflexivo sobre quem ele é, o que ele fez ou faz. No ato de narrar, dá-se conta de que suas histórias ecoam no interesse coletivo. Isso permite que ele também se reconecte com o passado no seu presente para emergir perspectivas para o futuro.

Esse sujeito, ao retomar e reviver suas experiências, cria novas expectativas ou dá outros significados que antes não operavam sobre ele e suas narrativas. A tomada de consciência opera na sua constituição enquanto sujeito histórico, faz da memória um projeto social.

A memória permite o cruzamento das diferentes temporalidades e espacialidades, selecionando o que se impõe na relação tempo-espaço, e por isso lida, além da lembrança, com o esquecimento. É um processo de seleção e interpretação que sublinha as maneiras como se registra e recorda o passado no presente e faz conjecturas sobre o futuro.

Ao lidar com estudos que tratam de regionalidades e localidades, não só o espaço está em questão, mas também o trabalho com a categoria tempo. A relação entre o presente e o passado permite que o uso da memória e da oralidade estabeleça essas complexas conexões.

O uso da história oral como metodologia, segundo Souza (2007), permite a constituição de fontes históricas e documentais a partir do registro de testemunhos, depoimentos e narrativas, salientando que são sempre visões subjetivas da realidade.

É, ao contrário do que se consideram os paradigmas amparados por uma perspectiva positivista, justamente nessa imprecisão que o historiador pode ampliar seus horizontes para interpretar e compreender de forma mais ampla, porque se permite que outros personagens digam, a partir de si mesmos, o que têm a dizer.

Carla Souza (2007) ainda alerta que trabalhar com oralidade não é apenas colher uma série de depoimentos registrados em algum tipo de mídia (audiovisual) para depois apenas citá-los, mas implica uma interpretação crítica e apurada sobre os acontecimentos ali marcados. Por isso mesmo, há a necessidade da pluralidade, de mais de uma entrevista ou relato, do confronto entre diferentes vozes e outros tipos de documentações possíveis que possam ser disponibilizadas.

**Exemplificando**

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado em 1973 e abriga, na Escola de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, conjuntos documentais relevantes para a História contemporânea do Brasil. Há um grande acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país disponíveis para consulta pública. Desde 1975, há o Programa de História Oral, que recolhe depoimentos de personalidades do cenário nacional, com mais de 5 mil horas de gravação de, aproximadamente, mil entrevistas. O CPDOC mantém linhas de investigação para que se estudem biografias e documentos oficiais e haja uma importante valorização da memória e oralidade do nosso país.

Procure explorar virtualmente esse espaço e observar como se dá a relação memória-oralidade-História. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 25 nov. 2016.

É preciso ter em mente que a História regional e local, ao fazer uso da memória e da oralidade, trabalha com narrativas que revelam a subjetividade. Quando a pessoa narra suas histórias, ativa a memória e busca suas lembranças sobre o que lhe foi solicitado. Mas sempre haverá outras conexões com outras situações, crenças e valores que esse sujeito traz. Narrar também significa uma questão de linguagem, de estabelecer um código semântico e linguístico inteligível no momento, para que se faça entender.

Por isso, é muito importante identificar palavras, frases, chaves, repetições, omissões e modelos narrativos, pois essa identificação permite reconhecer no narrador seus códigos culturais, as noções sobre o mundo, os sentidos sobre o que narra, suas crenças e valores morais. São nesses espaços que o pesquisador/historiador precisa estar atento para lidar com tais relatos, testemunhos e narrativas (SOUZA, 2007).

Para o historiador Alistair Thomson (1997), há uma tensão com as imagens e linguagens usadas pelos sujeitos que relatam suas histórias, manifestadas por um

desconforto, comparação ou avaliação. Por isso mesmo, algumas experiências não fazem, necessariamente, sentido num contexto coletivo mais amplo, sendo muito particular de um entrevistado. Também, essas memórias podem se manifestar não no momento, mas em outras épocas e lugares, já que experiências novas alimentam constantemente o repertório de memória.

Há um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências, tanto que, muitas vezes, quando tomamos um relato de alguém, numa outra ocasião, essa mesma pessoa poderá oferecer outro tipo de narrativa. Esse dado é importante para conhecermos os cuidados no uso da oralidade e da memória como fontes históricas, pois, se estamos cientes dessas tensões e problemáticas, essas fontes são riquíssimas para o trabalho com História regional e local.

Os registros da oralidade nas gravações de armazenamento, como gravadores, filmadoras e outras mídias, cuidam para que se preserve aquela memória transformada em história pelo sujeito depoente e/ou entrevistado, e, muitas vezes, pode-se lançar mão de ser ouvida ou mesmo transcrita para utilização em outro meio de registro e análise.

Segundo Portelli (1997), transcrever transforma o que era auditivo em visual, e isso implicaria mudanças na interpretação. Ao ter esse registro, agora escrito, a oralidade sai do seu campo de dizeres e entra para o lugar da escrita. Como registrar suspiros, silêncios, entonações sobre certas palavras, ou um desvio de olhar através da escrita?

Ao escolher esse recurso da oralidade, o historiador deve ter a consciência de que pode perder essas referências, que só a oralidade constrói. O registro escrito transforma a oralidade em outro contexto e, para que seja eficaz em seu intuito de "armazenar" a memória, é preciso se certificar de que, ao transcrever, seja possível registrar grande parte dessas expressões que dão um tom interpretativo do sujeito-narrador e que ao sujeito-pesquisador devem estar sensíveis no ato de registrá-las.

**Faça você mesmo**

Acesse o link <http://www.memoriasdaditadura.org.br> e elabore um pequeno roteiro de como você poderia explorar esse site a partir dos conteúdos apresentados nesta seção.

O historiador Marc Bloch (2001) considera que no trabalho do historiador as fontes são o passo decisivo para se produzir uma investigação. Diante da inexistência de fontes, deve ele lançar mão de instrumentos como o uso da oralidade. Quando se debruça sobre a História regional e local pode ocorrer essa situação. Isso permitirá dar voz àqueles que muitas vezes numa abordagem tradicional não existiram como sujeitos da História.

O pesquisador Cássio Guilherme (2012) pondera que, ao entrevistar um depoente, o grande esforço é fazê-lo entender que também é um sujeito histórico e que suas memórias são de importância fundamental para escrever a história daquele local e garantir às gerações futuras o acesso ao olhar sobre aquele espaço.

Esse depoente deve ser respeitado ao extremo, afinal, os historiadores se aproveitam dos sulcos da memória gravados nas experiências que serão colhidas por meio de uma gravação, ou de anotações, vídeos ou qualquer outra forma de registro. Um roteiro básico ajuda a criar uma linha de trabalho, pois jamais deve-se tomar apenas um relato, já que é preciso criar uma rede colaborativa de relatos que consigam alcançar, cada um deles, um ponto do estudo desejado pelo pesquisador/historiador.

A dinâmica da relação entre entrevistado e pesquisador tem seu próprio tempo e é preciso deixá-la acontecer. O ponto final (ou o término) da entrevista ou depoimento se dará pela dinâmica estabelecida entre o pesquisador e o narrador. É o lugar do acontecimento, pois está sujeito às dinâmicas da hora em que ocorre, mesmo que a entrevista tenha sido bem planejada no objetivo inicial. Há uma constante negociação entre quem interpela e quem responde; portanto, não é possível estabelecer uma relação de poder, ou o pesquisador acreditar que determina o que será dito. O sujeito que conta suas histórias negocia primeiro consigo mesmo a partir de seu universo social, e só assim se mostra como lhe convêm ao pesquisador.

Esta unidade lhe apresentou as primeiras caracterizações sobre a História regional e local, e agora você está pronto para aprofundá-las. Assim, você poderá pensar nelas como fonte de trabalho, seja de pesquisa ou no exercício da docência. Temos certeza de que, com as próximas unidades, você terá mais segurança para refletir e problematizar sobre essa abordagem historiográfica do estudo com regionalidades e localidades.

## Vocabulário

**Edward Palmer Thompson (1924-1993)**: historiador britânico marxista, graduado em História na Universidade de Cambridge, em 1946. A publicação do seu livro *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, tornou-se um marco para se pensar na História das classes populares e entender a experiência de vida de homens e mulheres reais. Estimulou o debate sobre a apropriação da História através dessas experiências e sua relação com a cultura a partir da memória como fonte histórica, dos lugares abordados, considerando uma "história vista de baixo", com outros personagens que não os da classe privilegiada.

**Walter Benedix Schöflies Benjamin (1892-1940)**: ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão que, em seu ensaio *O Narrador* (1936), discute as diferentes formas de narrativa. Passando pela

historiografia clássica (Heródoto) e conversando sobre a epopeia grega, a crônica medieval, o romance de cavalaria e o conto popular (Märchen), procurou mostrar como o narrador foi desaparecendo ao longo dos tempos. Nesse ensaio, ele busca algo em comum a todas as formas de narrativa, um fio condutor. Este seria justamente o aspecto coletivo, oral e pedagógico em oposição ao individualismo. Para ele, haveria uma desorientação moral das narrativas ditas modernas (romance moderno, *short-story*, jornal), o que apontaria um empobrecimento na experiência de comunicar-se, de maneira a afirmar que as melhoras narrativas serão as que menos se distinguirem das histórias orais contadas pelos diferentes narradores anônimos.

## Sem medo de errar

Narrar a partir da memória e da oralidade não é um fenômeno contemporâneo. Desde a Grécia já existia interesse por esses instrumentos. É importante entendermos que a memória trabalha com temporalidades que dialogam com as noções do passado-presente-futuro ao mesmo tempo, relembrando que História é o tempo da humanidade, e não apenas o estudo do passado.

Considerando o espaço da memória como o lugar das experiências, das vivências, dos acontecimentos, a oralidade se torna o registro dos depoimentos de sujeitos históricos, viventes, que testemunharam conjunturas, processos e acontecimentos. Expressa, portanto, diferentes modos de ser e de estar dentro de uma sociedade.

É pela memória que se realizam as conexões, sabendo que nem tudo que é vivido será armazenado. Por isso mesmo, ela é seletiva e atua de acordo com as necessidades do presente do depoente.

Por essa razão, as lembranças deixam de ser memórias para se tornarem histórias. Cria-se uma complexa rede de significações e respostas para a relação com o agora, olhando outras temporalidades que o lugar da memória esteja acessando.

Ao historiador cabe uma postura ética, uma leitura crítica e um olhar aguçado sobre esses registros, desde a sua abordagem, passando pela coleta e posterior análise. A memória pode não ter o estatuto da verdade, mas ela constrói uma verdade referenciada pelos sentimentos, gestos, desejos, silêncios, lágrimas e outras expressões que carregam essas narrativas – o que poucas vezes estará registrado, por exemplo, em uma gravação de áudio.

Quem pretende trabalhar com o que é produzido pela memória e pela oralidade na História regional e local precisa entender que estas fontes demandam a leitura atenta e multireferenciada. Por serem fragmentadas, expressam visões parciais que permitem, em conjunto, novas leituras e conhecimentos de determinada realidade.

## Avançando na prática

### Memória e escravidão: possíveis relações

### Descrição da situação-problema

Tema: A relação entre escravidão e memória no Brasil.

Fonte: VIEIRA, Leonardo. Historiadores traduzem única autobiografia escrita por ex-escravo que viveu no Brasil: Mahommah Gardo Baquaqua, nascido no norte da África no início do século XIX, trabalhou no país antes de fugir em Nova York. **Jornal O Globo on-line**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/historiadores-traduzem-unica-autobiografia-escrita-por-ex-escravo-que-viveu-no-brasil-14671795#ixzz3LDMf557p>. Acesso em: 23 ago. 2014.

Iremos utilizar um exemplo para que você possa pensar em outras possibilidades a partir do trabalho com artigos de jornais. A ideia é que, após acessar o link, você faça uma leitura atenta do texto e crie um roteiro de análise sobre o relato, pensando de que forma você problematizaria a leitura dele a partir dos conceitos de memória e oralidade. Lembre-se de recorrer aos conceitos trazidos no livro didático e construir perguntas que de fato levem à reflexão da relação dessa autobiografia com a discussão da memória e oralidade na História regional e local.

### Resolução da situação-problema

Considere, ao planejar e escrever o roteiro, que a notícia traz nitidamente um ponto da escravidão, justamente por olhar um registro autobiográfico de um sujeito que experenciou forçadamente o regime escravista. Para além da interpretação textual, é possível vasculhar nas entrelinhas o processo de produção de sua história, já que Mahommah conseguiu publicar suas memórias. E é justamente aqui que ocorre a emergência dos temas pedidos. Observe a complexa rede sobre ser um sujeito histórico e referenciar suas experiências e memórias através do registro em uma autobiografia, a partir de suas lembranças, esquecimentos e escolhas do que deveria ser publicado. É preciso entender na leitura sob qual ponto de vista se fala e quais são os alcances e limites para uma análise dessa autobiografia como uma fonte histórica sobre o período da escravidão.

Não se esqueça de pensar como essas memórias se constituem na oralidade do ex-escravo e sobre a temporalidade que ele estabelece e a que nós, leitores contemporâneos, lançamos sobre essa obra. Como já dissemos, a memória não é apenas a simples lembrança, assim como lidar com esses registros não é simplesmente lê-los. Há que se construir um referencial que permita estabelecer uma interpretação crítica sobre o que se tem relatado, considerando ser um registro daquele tempo e dialogando com o momento em que realizamos a leitura dessa matéria.

O roteiro deve propor poucas questões reflexivas, que, inclusive, podem lançar mão de citações das leituras que propomos, para ilustrar melhor o espaço de discussão que se quer debater. Também, é preciso considerar que a fonte deve ser submetida a outras experiências de leituras e vivências, jamais tomadas como totalizantes e exclusivas. Ela é singular, é uma visão subjetiva da realidade e, por isso mesmo, rica em dizeres que podem não ser encontrados em versões mais oficiais sobre a escravidão.

## Faça valer a pena

**1.** "[...] o conhecimento histórico deve implicar, sempre, na observação dos fatos no tempo. Um momento histórico é sempre resultante de processos anteriores, mas isso não aprisiona o investigador ao passado, ao contrário, pode auxiliá-lo na compreensão do presente" (ZURBA, Magda C. **Modos de subjetivação na vida cotidiana**: um estudo na Vila Cachoeira).

Assinale a alternativa correta sobre o tempo histórico:

a) O tempo histórico não deve ser levado em conta quando pensamos nos fatos ocorridos no presente, já que utilizar a memória para obter fontes desses fatos não é confiável.

b) O tempo presente não é preciso e ainda está indeterminado com sua relação no tempo.

c) A História deve se preocupar apenas com o estudo do passado.

d) Não cabe considerar o tempo presente como não histórico, pois o tempo histórico se relaciona com outras temporalidades.

e) Não cabe ao tempo presente a produção do momento histórico, ficando apenas relegado aos documentos oficiais escritos sobre o passado.

**2.** O uso da oralidade e da memória como fontes históricas não é exclusividade da História regional e local, porém estas são categorias fundamentais para se pensar dentro da historiografia a abordagem sobre as fontes. Leia atentamente as seguintes assertivas:

I – Nos EUA, entre os anos 1960 e 1970, a efervescência na luta pelos direitos civis desenvolveu uma história militante marcadamente política, que dava importância aos relatos desses marginalizados.

II – Durante a metade do século XX, a psicologia, a antropologia e a sociologia já faziam uso de fontes orais.

III – Para a Escola dos *Annales*, o tempo presente era visto como problema e os relatos não teriam credibilidade por trazer uma carga subjetiva sem garantir o rigor da veracidade do fato narrado.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente I está correta.

b) Somente II e III estão corretas.

c) Somente III está correta.

d) Somente I e II estão corretas.

e) I, II e III estão corretas.

**3.** "O conceito de ________ é crucial porque na ________ se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades, monumentalização e documentação, dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na ________ se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano, [...] se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação" (NEVES, Margarida. **História e memória.** 1998. p. 218).

Assinale a alternativa que melhor preenche as lacunas:

a) Espaço.

b) Tempo.

c) Memória.

d) Oralidade.

e) História.

# Referências

BARROS, José D´Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

________. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

BENJAMIN, Valter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: ______. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 197-221.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. História como memória social. In: ______. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

_______. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EdUnesp, 1992a.

_______. **A escola dos Annales (1929-1089)**: a Revolução Francesa da Historiografia. 2. ed. São Paulo: EdUnesp, 1992b.

CERRI, Luis Fernando. Regionalismo e ensino de história. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 135-146, 1996. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2020/1503>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CORRÊA, Anderson R. Pereira. História local e micro-história: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, n. 146, p. 11-27, 2012.

FIORE, Sedenir. História regional: interdisciplinaridade e identidade regional. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2013.

GUILHERME, Cássio A. Por uma história regional: história oral e outros tipos de fontes. **Oralidades**, ano 6, n. 11, p. 117-132, jun. 2012.

GULLAR, Ferreira. **Corpo a corpo com a linguagem**. Florianópolis: Museu Arquivo da Poesia Manuscrita, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ______. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MOURA, Mariluce. Ecléa Bosi: narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados. **Revista Fapesp**, São Paulo, ed. 218, abr. 2014. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.

fapesp.br/2014/04/24/eclea-bosi-narrativas-sensiveis-sobre-grupos-fragilizados>. Acesso em: 14 ago. 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local no Brasil:** fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/Salvador: UEFS/Ed. Arcádia, 2002.

PICOLI, Bruno A. Memória, história e oralidade. **Menemosine Revista**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 168-184, 2010.

POSSAMAI, Anderson. **Memória e história oral completo**. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=8ZryB0SnBGE>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROBERTO, Paulo. **Fontes orais**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IqgC6SJRspI>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: MARCOS, A. **República em migalhas, história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOUZA, Carla Monteiro de. Memória e Oralidade: entre o individual e o social. **Revista Textos e Debates**, Boa Vista, n. 12, p. 1-8, 2007.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

# A formação dos espaços em construção

## Convite ao estudo

Você já se questionou sobre a relação entre a história e a maneira como pensamos o espaço? Já se perguntou como se forma uma região? Como são definidas as suas fronteiras e como uma região é representada de determinada maneira? Por que alguns alimentos são associados a determinados lugares, por exemplo, o acarajé ao litoral baiano e o queijo ao interior de Minas Gerais?

A proposta desta unidade é discutir como as práticas sociais e culturais se relacionam na produção de sentidos que, ao longo do tempo e em diferentes espaços, moldam processos de regionalizações.

Por um lado, vista sob uma perspectiva tradicional, a região poderia ser definida como uma superfície terrestre delimitada por determinados critérios, como o limite de um perímetro geográfico ou político. Um exemplo dessa forma de classificação seria a "região serrana do Rio de Janeiro" ou o "Estado de São Paulo", com seu perímetro geográfico politicamente estabelecido.

Por outro lado, vista sob uma perspectiva contemporânea, a construção de uma região envolve também a produção e reprodução de diferentes grupos sobre o espaço. Além disso, a noção de "região" implica também a formação de diferentes grupos, classes, culturas e práticas sociais que se constituem e se sustentam pelas vivências e representações que conferem sentido ao espaço onde as pessoas vivem.

Portanto, ao falar sobre regionalidade, é preciso perceber que estamos tratando de um conjunto articulado de características socioculturais que delimitam o espaço. Nesta unidade, buscaremos apresentar a região como um espaço físico material, mas, principalmente, como espaço representado,

portanto, imaginado, simbólico e ideológico. Essas duas dimensões são inseparáveis.

Assim, nosso desafio aqui é compreender que a definição de uma região é uma tarefa que implica delimitações espaço-temporais sobre um determinado lugar.

Inicialmente, discutiremos a relação entre a história da formação social e as representações dos espaços regionais. O objetivo é mostrar como podemos investigar as relações entre a produção das regionalidades e as práticas socioculturais. Em seguida, apresentaremos uma abordagem dos conceitos de representação social e o significado desse conceito. Por fim, nosso objetivo será refletir sobre as dicotomias do espaço questionando as relações de poder que estão envolvidas nas nossas representações e as relações com a memória e a experiência.

Com base nos elementos apresentados nesta unidade, esperamos que você seja capaz de diferenciar os principais conceitos relacionados ao espaço apontando a dimensão sociocultural implicada nesse processo.

Bom estudo!

# Seção 2.1

## Formação social e representações dos espaços regionais

### Diálogo aberto

Nesta seção, você verá a relação que se estabelece entre a história da formação social e as representações dos espaços regionais. Ao abordar essa relação, vamos refletir sobre o espaço e a região como conceitos socialmente construídos e culturalmente significados. Aqui, portanto, perceberemos que esses conceitos só podem ser pensados a partir do modo como representamos os processos históricos, afinal, esse jogo entre a história e a sua representação possui implicações sociais e políticas.

Nesse percurso, será fundamental que mantenhamos um diálogo interdisciplinar que envolva outros campos de conhecimento das ciências humanas, como a geografia, a sociologia e a antropologia. Ao nos apropriarmos das ferramentas conceituais produzidas por essas áreas, também passaremos a questionar as diferentes relações que as pessoas e os grupos sociais estabelecem com o espaço.

Uma vez que falamos de representações, ou seja, do modo como significamos e estabelecemos sentido sobre um determinado evento, um objeto, uma pessoa ou um grupo delas, também discutiremos o papel da memória e da experiência como elementos centrais na produção de significados. Portanto, ao falar em espaço, não estamos nos restringindo ao entendimento do espaço físico, mas, de modo diferente, pensamos no espaço como sendo socialmente significado.

Assim, de modo resumido, poderíamos dizer que todo espaço físico depende de uma representação que é social. Em analogia com a visão, podemos dizer que representar algo é formar uma imagem mental sobre o objeto. Representações sociais, portanto, constituem um conjunto de explicações, imagens mentais, crenças, ideias e valores que nos permitem caracterizar e interpretar um acontecimento, um evento, uma pessoa ou um conjunto delas. Nesse sentido, mesmo não tendo experienciado toda a história brasileira, sentimo-nos parte dela.

Se a forma como pensamos e representamos a história do espaço onde vivemos depende das relações historicamente estabelecidas, então, também somos convidados

a questionar como a história local é articulada à nossa compreensão simbólica desse espaço. Dito de outra forma, como o modo como representamos o espaço se liga aos processos sociais que ali se desenvolveram? Qual é a importância das relações que os diferentes grupos e pessoas estabelecem com o espaço para o campo de estudos da história regional e local? Qual é o papel da memória na maneira como representamos?

À medida que adquirir domínio sobre essas diferenciações conceituais, você será capaz de identificar e contextualizar as múltiplas leituras sobre o tema.

## Não pode faltar

Práticas sociais são ações e relações que as pessoas e os grupos estabelecem entre si. Então, em certo sentido, práticas sociais são sempre culturais e históricas e, portanto, coletivas. Envolvem a tradição e os modos de pensar e, também, a maneira como interpretamos e explicamos o mundo à nossa volta.

Assim, as práticas sociais dizem respeito às maneiras de representar os objetos e as pessoas com as quais nos relacionamos. O que as pessoas pensam e fazem depende da maneira como elas representam aquilo que fazem dando sentido às suas atividades. Evidentemente, como são culturais, essas interpretações são variáveis de acordo com a cultura em questão.

Nossa vida está articulada às representações que temos dela e que nos foram passadas pelas gerações anteriores ao longo da história. As representações sociais formam um conjunto mais ou menos articulado de explicações, imagens mentais, crenças, ideias e valores que nos permitem caracterizar um acontecimento, um evento, uma pessoa ou um conjunto delas.

Desse modo, representações também são interpretações sociais sobre algo. Essas interpretações envolvem construções discursivas e produção de sentidos que são coletivamente partilhados. Representações, portanto, são o resultado da interação coletiva e daí o seu caráter "social". Daí a relação entre a oralidade e a história regional, da qual falamos anteriormente.

### Vocabulário

**Experiência**: é o processo pelo qual a subjetividade de todos os seres sociais é construída. É entendida como o processo pelo qual a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social, passando a perceber e compreender essa realidade de modo subjetivo. Diz respeito às relações materiais, simbólicas, econômicas e interpessoais, que são, de fato, sociais e, portanto, históricas.

**Memória**: é faculdade psíquica cuja propriedade é de conservar, reproduzir ou atualizar traços de impressões ou vivências passadas, ou reinterpretadas como passadas. A memória guarda, ao mesmo tempo, aspectos individuais e coletivos.

**Práticas sociais**: são comportamentos apreendidos ao longo das gerações e, portanto, dizem respeito à forma como as coletividades se estruturam por meio de normas e costumes.

**Representações sociais**: são o conjunto de explicações, imagens mentais, crenças, ideias e valores que nos permitem caracterizar e interpretar um acontecimento, um evento, uma pessoa ou um conjunto delas.

**Subjetividade**: diz respeito ao espaço íntimo ou à interioridade do indivíduo. Refere-se ao mundo interno a partir do qual o sujeito se relaciona com o mundo externo (social). É o espaço das marcas singulares na formação do indivíduo. Local onde se dá a construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, que informarão a experiência histórica e coletiva.

No caso do Brasil, formamos nosso imaginário nacional a partir das representações sobre a colonização, quase sempre percebida como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Assim, não é incomum que, por vezes, as narrativas sobre esse passado envolvam uma representação do processo colonial como sendo feito apenas de avanços e de maneira linear. Ou seja, o processo colonial é representado como uma linha reta e em direção ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, rumo ao país que conhecemos hoje.

**Assimile**

Como vimos anteriormente, uma região é o resultado de processos de formação social variados e mutantes. A imagem de determinadas práticas sociais ligadas a regiões específicas, como o acarajé à Bahia, é uma produção histórica de diferentes grupos, classes e culturas. As relações humanas, portanto, são o componente fundamental no estabelecimento de uma região. É inegável que o acarajé se tornou uma comida típica da cozinha baiana, mas não é assim que se passa em todas as regiões do estado da Bahia. A delimitação de uma região, portanto, também depende de um conjunto de representações sobre o espaço. Essas representações, em geral, acionam elementos de homogeneidade que evocam o pertencimento a um determinado espaço. Assim, é comum que a Bahia seja imaginada a partir do litoral, que são as imagens sociais mais veiculadas sobre esse lugar.

A história regional se faz em oposição crítica à história geral ou universal, uma vez que questiona, a partir da cultura, os efeitos contextualmente situados dos processos. Portanto, ao destacar o aspecto da regionalidade, apontamos para o caráter local dos processos históricos em busca de uma história em nível local, devendo antes assumir que esses processos não possuem a mesma abrangência e nem são percebidos da mesma maneira em todos os lugares.

A história oficial é marcada por uma leitura dos processos históricos que conduzem à formação da nação, imaginada como o resultado da conjunção entre um povo, um território com perímetro delimitado e uma língua. A narrativa da história nacional é também uma narrativa que produz uma representação sobre a unificação do país.

Para fins didáticos, a história do Brasil é dividida em três períodos principais: Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. Divisões desse tipo existem apenas para organizar de modo esquemático os conteúdos tidos como fundamentais para a formação do Brasil. Nesse caso, o descobrimento é tomado como o ponto de partida que conduz a uma história da unificação nacional.

Assim, as revoltas datadas do Período Colonial, como a Inconfidência Mineira ou outras rebeliões separatistas, são articuladas como processos que geram uma narrativa histórica na qual se funda parte do imaginário que alimenta a identidade nacional.

**Atenção**

A história regional lança mão de metodologias que consideram a oralidade e a memória como fontes de informação. Adotando a fala e a lembrança como via de acesso às representações sociais e às interpretações das pessoas sobre o cotidiano, o pesquisador pode estabelecer os nexos das relações sociais. Em termos metodológicos, a história oral permite conhecer em profundidade os padrões culturais, as estruturas sociais e os sentidos das práticas sociais. Ao lidar com as memórias vivas, as emoções e as percepções dos sujeitos sobre o passado, esse método permite uma abordagem mais próxima da subjetividade e da vida cotidiana.

O historiador Benedict Anderson (2008), ao analisar o tema do nacionalismo, aponta que as nações dependem das narrativas para formar a sua identidade tanto quanto as pessoas. Em certo sentido, narrar a identidade é também narrar sobre quem se é e sobre como nos tornamos o que somos. Porém, se por um lado, nas narrativas da identidade pessoal, o tempo é datado com um início (nascimento), um meio (vida) e um fim (morte), por outro lado, as nações quase nunca possuem uma data de nascimento claramente identificada.

Além disso, diferente do que se passa com as pessoas, a morte ou o desaparecimento de uma nação, quando ocorre, jamais é por razões biológicas. Para Anderson, isso implica que, uma vez que não há um criador responsável pela nação, é apenas por meio de recuos no tempo do presente para o passado que o historiador pode moldar a biografia das nações. Nesse sentido, tanto as identidades individuais quanto as identidades das nações dependem de uma narrativa capaz de ser imaginada.

A identidade nacional é, portanto, o resultado de um processo de formação de "uma comunidade política imaginada" (ANDERSON, 2008, p. 32). O termo comunidade refere-se ao fato de que, em uma nação, é possível que pessoas de diferentes classes e posições sociais coabitem de modo horizontal, unidas por uma narrativa e um projeto comum.

**Pesquise mais**

O antropólogo Peter Fry discute como ideias e práticas sociais semelhantes são interpretadas de maneira distintas de acordo com os termos locais, adquirindo novos significados. O texto mostra como, enquanto no Brasil, a feijoada foi incorporada como símbolo da nacionalidade, nos Estados Unidos se converteu em um símbolo de negritude, no contexto de liberação negra.

FRY, Peter. Feijoada e "soul food": notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. In: ________. **Para inglês ver** – identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Do ponto de vista do trabalho do historiador, a tarefa de compreender sobre a formação e as dinâmicas dessa comunidade se torna frágil sem um olhar que considere os elementos extrainstitucionais que vinculam as pessoas à comunidade.

As comunidades nacionais são imaginadas, limitadas e soberanas. Imaginadas porque os integrantes jamais conhecerão face a face todos os demais membros. Na prática, o que orienta os indivíduos é uma imagem da comunidade que integram. São limitadas porque suas fronteiras se estendem até o limite de outro território. Além do mais, a nação é em si um critério de distinção entre grupos, o que torna inviável a existência de uma nação que abarque toda a humanidade. As comunidades imaginadas são soberanas porque a capacidade de autodeterminação é um tema fundante dos Estados na modernidade; a soberania é, também, uma variação da ideia de liberdade (ANDERSON, 2008).

Os aspectos imaginados das comunidades evocam o tema das representações sociais e nos convidam a refletir sobre como pessoas e eventos só adquirem significado mediante uma representação mental que lhes atribui um determinado sentido. O que articula e confere sentido, no caso da narrativa colonial de que falávamos inicialmente,

é o processo de formação do estado nacional, daí a ênfase nas características de homogeneidade, ou seja, naquilo que temos em comum.

Assim, o sentido, aquilo que confere unidade e coerência à narrativa, é sempre um componente social e culturalmente elaborado. Portanto, não se trata de modo algum de um processo neutro, uma vez que representar é uma atividade que envolve relações de poder. Assim, ao falarmos sobre a história do Brasil, por exemplo, devemos pensar em quais perspectivas estão em jogo e sob qual perspectiva essa história é narrada.

Entretanto, é importante destacar que não se trata de buscar uma história dos "vencidos" em oposição a dos "vitoriosos", mas de observar as relações do cotidiano desde dentro, buscando os nexos entre as relações e os processos históricos e a vida cotidiana.

**Exemplificando**

Imagine que você foi contratado pela prefeitura de sua cidade para desenvolver um projeto de pesquisa histórica, cujo objetivo é recuperar o passado dos bairros do local. A equipe inicia a pesquisa recolhendo os dados disponíveis nas instituições locais, como a própria prefeitura, as escolas e os cartórios. Ainda assim, aos poucos, a equipe constata a ausência de dados sobre as atividades cotidianas da vida dos moradores, ou sobre como esse cotidiano se articulava às atividades econômicas da cidade. Nesse caso, as fontes orais seriam indispensáveis para que o trabalho ganhasse amplitude e densidade. Além do que, as narrativas seriam importantes para que os moradores da cidade se reconheçam na história. Uma saída prática seria buscar pelos moradores da cidade e, a partir das suas memórias, verificar quais são as práticas sociais, as representações e os sentidos que estão em jogo para aquele grupo. A população local também poderia ser estimulada a participar dessas atividades colaborando com este acervo documental a partir de fotografias antigas, por exemplo. Essa postura metodológica não reflete apenas o esforço pela incorporação de novos objetos e de uma nova documentação ao trabalho, mas também estabelece uma relação original e criativa entre o historiador e os sujeitos da história.

O historiador e filósofo francês Michel de Certeau certamente foi um dos autores que mais contribuições significativas trouxeram ao debate de uma perspectiva da história preocupada com o cotidiano. Desse ponto de vista, as atividades cotidianas são a porta de entrada para os sentidos que atribuímos a partir das representações.

Mas, para lidar com a dimensão das representações, não basta que o historiador simplesmente reconheça a existência da sua relação com as práticas sociais. Nas

palavras de Certeau, Giard e Mayol (1994, p. 142), para que haja cultura "é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza".

Desse modo, enquanto técnica e método de pesquisa, a oralidade, assim como a memória, permitem ao historiador captar as representações e os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências humanas. Além do mais, as narrativas orais e a memória são, para o historiador, fontes de interpretações qualitativas dos processos históricos. Em um nível mais profundo, podemos dizer que, à medida que as representações são acionadas, elas possibilitam que o pesquisador acesse a dimensão subjetiva das narrativas.

As narrativas se constituem para o indivíduo somente a partir do grupo. Uma vez que somos seres sociais, alguém só pode narrar a sua própria existência no mundo a partir de um grupo de referências. Alguém só pode se lembrar do que é inserido e habitado, referências transmitidas pelos grupos por onde circulou. Portanto, embora lembrar-se seja uma atividade desempenhada por um sujeito, a memória apenas pode se construir de modo coletivo, em grupo.

**Reflita**

Ao adotar uma metodologia que se vale da memória e da oralidade como fontes de investigação, implica-se que o pesquisador tem de lidar diretamente com as pessoas envolvidas. Ao entrevistá-las, o pesquisador compartilha de suas emoções e interpretações sobre a vida. Como você acha que a presença do pesquisador em campo e a sua postura influenciam o resultado das entrevistas? Como em qualquer metodologia, a história oral requer que o pesquisador proceda com um sentimento de responsabilidade. O comportamento profissional é fundamental para qualquer relação de pesquisa. Ele é explicitado por meio de uma atitude respeitosa, assumindo os compromissos pessoais e políticos implicados na relação com suas fontes e com as informações obtidas a partir delas.

Um grupo de referência é uma coletividade da qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma "comunidade de pensamentos", e identificou e (con)fundiu seu passado. O grupo permanece presente porque o indivíduo pode retomar, por meio da memória, as representações e a experiência comum do grupo.

Por meio da lembrança, as relações sociais são revitalizadas, dando um novo colorido às imagens que constituem a lembrança. À medida que depende de um contexto social, a lembrança é também um processo coletivo.

Jacques Le Goff (1990) aponta que se lembrar envolve duas atividades básicas: reconhecer e reconstruir. A lembrança implica reconhecer aquilo que já foi visto e reconstruir a imagem a partir da experiência. Além disso, é preciso considerar que

se lembrar é uma operação abstrata e, portanto, não se trata de reviver o passado de maneira linear. A memória é o local desse trabalho de reconhecimento e reconstrução, que atualiza os "quadros sociais". Ao recuar e avançar no tempo, as lembranças são sempre atualizadas e articuladas entre si.

### Assimile

Note que, ao longo da seção, foi enfatizada a dimensão coletiva das práticas sociais, das representações, da memória e da experiência. As memórias estão relacionadas aos processos de subjetivação, que englobam sensações e imagens mentais altamente privadas. Elas estão fundadas na nossa experiência, naquilo que fizemos, por onde passamos, com quem estivemos e com quem aprendemos a ser quem somos. Quem lembra são os indivíduos, mas essa experiência de caráter singular não pode ser pensada e interpretada sem o exterior em relação ao qual o sujeito se constitui.

Todos os tipos de fontes históricas, incluindo a memória, possuem uma dimensão subjetiva. Igualmente, a subjetividade também está implicada no trabalho do historiador, uma vez que a forma como interpretamos o mundo, a partir das nossas referências, influencia as escolhas sobre o que deve ser estudado e sobre as compreensões que se produzem.

### Faça você mesmo

O artigo a seguir mostra como diversas áreas do conhecimento lançam mão do uso da metodologia da história oral, com diferentes propósitos de investigação. Nele, os autores relacionam a dimensão ética da pesquisa com história oral e discutem as implicações envolvidas quando os significados cotidianos, a memória e as histórias de vida são tomados como objetos de estudo. Quais são as particularidades das pesquisas com fontes orais destacadas pelos autores? Além disso, o texto estabelece relações entre as implicações éticas e a subjetividade envolvida no papel do pesquisador, na medida em que suas fontes são sujeitos de carne e osso. Como você entende essa relação? Ao ler o texto, procure fazer anotações sobre as suas ideias e sobre os principais argumentos mobilizados pelos autores.

Vale destacar que, nas discussões aqui apresentadas, tanto a experiência situada do pesquisador quanto a dos pesquisados passa a ser considerada de modo relevante nos processos de formação da subjetividade e na produção do

conhecimento. Mas a experiência por si não é evidente, tampouco suficiente, uma vez que, ao narrar a sua experiência, as pessoas expõem também a sua interpretação sobre o vivido.

A historiadora feminista Joan Scott (1998) explora o modo como toda experiência é sempre interpretada. Enquanto categoria de análise, a experiência é sempre o produto de uma interpretação e requer que o pesquisador a interprete. Nessa abordagem, a experiência não é o ponto de partida da nossa explicação, mas aquilo que devemos explicar.

Esse tipo de abordagem questiona os processos pelos quais os sujeitos são criados e, em certa medida, reposicionam a compreensão sobre a história e o papel do pesquisador. Como vimos, a construção da experiência une dimensões psicológicas, políticas e cognitivas. Ao refletir sobre essas problemáticas, somos convidados a buscar novos caminhos para pensar o passado, mas, sobretudo, o futuro.

## Sem medo de errar

É pacífico que a história, enquanto estudo, é uma construção vinculada a uma perspectiva ou ao local de produção desse conhecimento. O papel da cronologia e os critérios de periodização igualmente possuem sua historicidade. Como vimos, ancorada nessa perspectiva crítica, as pretensões da história regional se constituem em oposição às problemáticas universalizantes que alimentam a visão de uma história geral. Note que, conforme discutimos anteriormente, assim como a história e a periodização, a região também é uma construção e, portanto, um produto das relações sociais.

Aqui, temos traçado uma abordagem sobre a região em seu sentido moderno, ou seja, enquanto resultado de relações sociais e, consequentemente, de disputas e consensos produzidos ao longo do tempo. A nação brasileira, por exemplo, nesse sentido, pode ser tomada como uma ideia, ligada a um período e a uma conjuntura cultural, política, econômica e social específica.

Vale destacar que o emprego do termo construção não se refere à criação espontânea, consciente, panejada e/ou voluntária a partir de um sujeito ou grupo. Trata-se de perceber que a maneira como encaramos a nação e como a representamos é o resultado de um processo de produção de consenso em torno de determinadas representações. Ou seja, trata-se de perceber a historicidade do sentido que atribuímos às coisas, aos eventos, às pessoas e às categorias.

Para o historiador, circunscrever uma região como objeto de estudos torna-se uma tarefa delicada, considerando que a homogeneidade, ou seja, aquilo que temos

em comum, atua como um fator decisivo no recorte que se estabelece. Nesse caso, a ênfase nas relações sociais dada pela perspectiva da história regional conduz o pesquisador a considerar os elementos culturais de maneira séria na delimitação do seu objeto.

Considerando que é a partir do grupo de referência que as narrativas se constituem para o indivíduo, a memória apenas pode ser entendida como construção coletiva. Ao considerar essa dimensão antropológica das relações sociais, o pesquisador busca compreender as representações sociais partilhadas pelos sujeitos.

A partir do modo como os significados e sentidos são compreendidos, novos nexos podem ser estabelecidos na compreensão sobre um determinado evento, um objeto, uma pessoa ou uma coletividade. Cabe ao historiador, portanto, a tarefa de recuperar o sentido coletivamente atribuído através das narrativas, a partir da memória e da oralidade. Desse ponto de vista, a subjetividade e a experiência situada de pesquisador e pesquisados passa a ser considerada de modo relevante na produção do conhecimento.

Ao percorrer os caminhos da memória, envolvemo-nos em um trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" e, por meio de avanços e recuos no tempo, articula e atualiza as lembranças, estabelecendo novos nexos.

## Avançando na prática

### Exercício de entrevista: refletindo sobre a elaboração do questionário

#### Descrição da situação-problema

Você está preocupado em descobrir as relações por trás do nome da sua rua ou do seu bairro, conforme a proposta da unidade anterior. Nesse momento, você já tem o seu projeto estruturado com objetivos, justificativa e um método de abordagem para a coleta de dados. Vamos considerar que você já possui alguns dados documentais e censitários obtidos em instituições públicas, mas optou por fazer uma entrevista, adotando a oralidade e a memória como fontes de pesquisa. Ao fazer essa escolha, levamos em consideração o nosso interesse por conhecer mais sobre experiências e memórias que vinculam as pessoas nesse espaço. Agora, interessa-nos conhecer quais são as práticas e representações sociais vinculadas ao espaço e a partir das quais os moradores constituem o seu pertencimento. Da perspectiva dos moradores, o que torna esse espaço singular em relação a outros?

Digamos que a estratégia adotada envolva estabelecer o contato com um antigo morador com o objetivo de realizar uma entrevista. Mas, para isso, precisamos pensar na elaboração de um roteiro para essa possível entrevista. Tendo em vista o que

discutimos até aqui, quais são as questões que você considera relevantes? Produza um roteiro com cerca de cinco questões que possam conduzir o diálogo. Lembre-se de que as questões devem viabilizar a formulação de respostas para a sua pergunta de pesquisa. O objetivo é que você reflita sobre as estratégias de pesquisa para acessar as representações sociais do espaço.

### Resolução da situação-problema

Ao refletir sobre a elaboração do questionário, você poderá empregar os conceitos apresentados na Unidade 2. Como vimos, a história regional fornece elementos teóricos e metodológicos para tomar os sujeitos empíricos como fonte de pesquisa por meio da memória e da oralidade. Desse ponto de vista, a entrevista, auxiliada por questionários semiestruturados, apresenta-se como uma poderosa ferramenta de pesquisa.

Em primeiro lugar, para formular o seu breve roteiro de questões, você deverá considerar que a entrevista tem como objetivo específico a obtenção de dados. Com ela, seu propósito é a obtenção de opiniões, percepções e atitudes diante de uma questão delimitada.

A entrevista deve oferecer ao pesquisador elementos que o permitam estabelecer os nexos entre os sujeitos e a situação em questão, viabilizando um entendimento sobre a questão em pauta.

O ideal é que as questões sejam abertas e permitam ao entrevistado expressar seu ponto de vista. As questões não devem ser construídas sob um encadeamento lógico que induza o entrevistado às respostas. Do mesmo modo, as questões devem ser elaboradas evitando ambiguidades ou contradições.

Uma vez que tratamos de um exercício inicial que será a sua primeira incursão em campo, essa primeira tentativa será valiosa para que você reflita sobre como formular as suas questões considerando o objetivo almejado.

## Faça valer a pena

**1.** Do ponto de vista dos seus membros, as comunidades clássicas se consideravam cosmicamente centrais, conectadas por uma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrena de poder. Essas comunidades tinham o caráter diferente das comunidades imaginadas das nações modernas: a confiança no caráter sagrado e único de suas línguas, que se tornavam o critério para a aceitação de novos membros. Um americano nunca vai conhecer nem sequer saber o nome dos 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento, mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles. Isso não quer dizer o nacionalismo tenha substituído a religião, nem que esteja

alinhado a ideologias políticas conscientemente adotadas, tratam-se de sistemas culturais (ANDERSON, 2008, p. 72).

A crítica de Benedict Anderson permite considerar que:

a) A nação é, sobretudo, o resultado da circunscrição de um perímetro geográfico reconhecido pelas autoridades.

b) A nação é o resultado da vontade das pessoas que, de maneira consciente e voluntária, decidem viver juntas.

c) O nacionalismo é uma problemática histórica desde as comunidades clássicas.

d) A língua sempre foi um critério para a aceitação de novos membros dentro das comunidades imaginadas.

e) Tanto a nacionalidade (ou condição nacional) quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos.

**2.** "[...] as representações [são] um repertório de motivos e de comportamentos que são partilhados pelo conjunto da sociedade (o que não significa que sejam pensados ou manejados por todos da mesma maneira)" (CHARTIER, 1990, p. 200).

A partir do texto acima, podemos depreender que:

a) As representações são formas de ser e estão na base da construção dos sentidos, bem como das diferenças e identidades, em uma determinada realidade.

b) As representações assumem invariavelmente uma única forma possível, pois é o um retrato fiel da realidade.

c) As representações são alegorias coletivas nas quais as pessoas voluntariamente decidem ou não acreditar.

d) O historiador apenas deve ouvir o que as pessoas têm a dizer, pois a partir de um único caso pode-se deduzir todos.

e) O historiador deve considerar, acima de tudo, os fatos históricos como elementos centrais para captar os sentidos socialmente atribuídos ao que eles representam.

**3.** “Vem na batida do tambor/ Voltar na memória de um griô/ Fala cansada, mãos calejadas/ Ouça menino beija-flor/ Ceiba árvore da vida/ Raízes na verde imensidão/ Na crença de tribos antigas/ Força incorporada nesse chão/ O invasor singrou o mar/ Partiu em busca de riquezas/ E encontrou nesse lugar/ Novas índias, outras realezas/ Destino trocado, tratado se faz/ Marejam os olhos dos ancestrais” (VELLOSO et al., 2015).

Ao compor a sua narrativa, o eu lírico da canção recupera o seu passado de origem de maneira articulada com o presente. Considerando o papel

da memória, podemos afirmar que:

a) O compositor inventa uma narrativa com base nos fatos que conhece para representar a história e que não corresponde, necessariamente, à realidade.

b) A canção estabelece relação entre fatos históricos que não poderiam ser lembrados por um indivíduo, pois se passaram há muito tempo e já não são mais tão importantes.

c) A canção aciona representações sociais sobre os povos africanos, a partir do Brasil, atualizando o passado numa narrativa que valoriza a memória dos seus ancestrais e reconhece a sua presença.

d) As representações sociais e a memória não mantêm necessariamente uma relação de dependência, podendo existir separadamente.

e) As práticas sociais são esquecidas e deixadas de lado e, no presente, lembrar-se de fatos como a colonização já não é mais tão relevante para compreender o Brasil.

# Seção 2.2

## Espaços, lugares e territórios

### Diálogo aberto

Como você observou, nossas compreensões sobre o espaço são socialmente elaboradas, ou seja, nós produzimos representações a partir das quais pensamos e entendemos o espaço. Nesse percurso, vimos como essas representações guardam uma dimensão “imaginada”, a partir do estudo sobre as comunidades nacionais.

Também, vimos que, para a história regional e local, a historicidade das ações e transformações sociais também podem ser investigadas a partir da vida cotidiana. Assim, homem, espaço e tempo não podem ser entendidos isoladamente e de maneira dissociada um do outro. Isso nos leva a considerar que o espaço está sujeito ao tempo, do mesmo modo como a temporalidade também está sujeita ao espaço.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscamos o intercâmbio de conceitos e abordagens teórico-metodológicas consagradas em outros campos do conhecimento. As noções de representações sociais, memória e experiência foram trazidas e mantidas em diálogo com as produções das ciências sociais e da psicologia. Considerando as relações entre as representações, a memória e a experiência, você elaborou um conjunto de questões que, mais adiante, guiarão a sua entrevista.

Nesse momento, seguiremos percorrendo o debate interdisciplinar, mas agora voltando nossa atenção para os intercâmbios entre a história e a geografia. Você verá que essa relação fértil resultou num alargamento da compreensão sobre o espaço e abriu novas possibilidades em termos de métodos e técnicas de pesquisa. Nesta seção, apresentaremos as noções de “lugar’”, “espaço”, “território” e “região”. O objetivo é que você consiga diferenciá-las enquanto ferramentas analíticas e conceituais poderosas para a compreensão sobre a vida social.

Você já pensou sobre o que diferencia o “espaço físico” do “espaço social”? Como os conceitos de lugar, território e espaço social podem ser mobilizados na pesquisa da história regional e local? Numa perspectiva interdisciplinar, quais contribuições podem ser apontadas a partir do intercâmbio entre a geografia e a história regional e Local? Como utilizar essas noções nas escolhas das estratégias e nos recortes de pesquisa?

Quais características são atribuídas a esse local e quais práticas estão associadas a ele? Quais são as relações que, nesse local, ganham destaque? Existem generalizações sobre o Brasil e o seu local? A partir da fonte, como o território é delimitado? Quais relações podemos estabelecer entre a fonte escolhida, os contextos históricos, políticos e culturais que cercam esse fenômeno?

## Não pode faltar

A história é um campo de conhecimento das ciências humanas que se dedica ao estudo do homem situado no tempo e no espaço. Por sua vez, em sua especificidade, a história regional e local tende a considerar a historicidade das ações e transformações que impactam na vida humana.

Como já vimos, uma vez que o espaço é socialmente elaborado, nossa compreensão sobre ele também guarda uma certa dimensão "imaginada". Um exemplo disso é o espaço produzido no campo das artes ou da literatura. Entretanto, de modo convencional, o espaço é tomado como lugar assentado em uma materialidade física. No entanto, nesta seção, passaremos de uma compreensão do espaço físico para a sua dimensão social, considerando seus aspectos políticos e simbólicos.

O espaço social é uma noção que está associada a uma compreensão do espaço a partir de múltiplas dimensões. Nesse caso, a dimensão em questão é a social, na qual as relações sociais são constituídas por meio das interações sociais entre os indivíduos e grupos. Ao longo da nossa vida, integramos diversos espaços sociais, com alguns sendo considerados fundamentais para o nosso desenvolvimento enquanto seres humanos, como é o caso da escola, da casa e do trabalho, apenas para citar os mais comuns. Em cada um desses espaços, as relações sociais são conformadas mediante critérios que consideram o poder e a força das relações de maneira distinta. Assim, o poder familiar exercido pelos responsáveis se apoia em justificativas e limites assentados em aspectos diferentes daqueles que sustentam e limitam o poder do chefe no espaço de trabalho, por exemplo.

### Assimile

Note que, enquanto a noção de espaço físico ou espaço geográfico diz respeito ao local propriamente dito, a noção de espaço social compreende os vários meios sociais nos quais a vida social se desenvolve. O espaço social prescinde da presença das pessoas para existir, enquanto o espaço físico não.

Da perspectiva da história regional e local, não é possível um entendimento sobre homem, espaço e tempo que desconsidere o fato de que esses três elementos não podem ser entendidos isoladamente, de maneira dissociada um do outro. Nos termos

colocados por Barros (2005, p. 106), “se o Espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço e do meio geográfico”. Essa proposta nos convida a perceber a noção de espaço como um “campo de forças” que é produto das relações sociais.

**Reflita**

Mas que importância isso teria para a pesquisa no campo da história regional e local? Qual seria a contribuição dessa visão quando pensamos na pesquisa e no ensino de história?

Podemos afirmar que a história regional é uma das várias linhas a partir das quais se pode estabelecer uma abordagem para o estudo histórico. A novidade trazida por essa vertente se caracteriza, principalmente, por uma nova abordagem analítica, capaz de perceber e questionar o papel do sujeito na história e no fazer cotidiano. Assim, cabe ao pesquisador estabelecer os nexos entre as relações existentes em âmbito local, regional e nacional. Não se trata de estabelecer uma escala que vá do micro ao macro de modo linear e complementar, mas de perceber que a definição de um termo prescinde do outro e que ambos estão envolvidos em uma relação dialética.

É possível que, para analisar as relações em torno de uma expressão cultural, religiosa ou política, você pense em um recorte de pesquisa a partir de um determinado espaço no qual essas atividades possam ser identificadas. Esse espaço pode ser caracterizado como uma região. É provável que essas práticas estejam inseridas em diversos outros espaços, com variações nas suas características, que vão das semelhanças às singularidades.

Nesse caso, temos uma situação em que a noção de região é situada para além do seu caráter político-jurídico, ou seja, ainda se trata de uma delimitação geográfica, cujas fronteiras são estipuladas e construídas pelo pesquisador, motivado pelo foco da pesquisa. A fronteira é, portanto, tanto o que produz a diferença cultural quanto o produto dessa diferença.

É importante que você perceba que essas relações não são alheias à pesquisa. Sem o devido tratamento, ou apropriadas sem uma reflexão prévia, os recortes espacializados podem moldar uma compreensão enviesada sobre o campo de investigação.

**Exemplificando**

Se considerarmos o Brasil como recorte, isso quer dizer que nossa investigação pressupõe um discurso sobre a unidade jurídico-política da

nação. Nossa pesquisa pode ter como meta ratificar esse discurso e, nesse caso, pode-se dizer que o desenho de pesquisa assenta seu território em conformidade com uma plataforma, que é a da história nacional. Porém, se nossa pesquisa pretende questionar essa plataforma, então será preciso apresentar as contradições e descontinuidades no interior do recorte nacional.

No entanto, se estabelecermos o Sul como recorte, o território em questão será outro. Podemos evitar, mas é provável que, em algum momento aflore um discurso "sulista" que questione o discurso nacional. Essa narrativa poderá ser verificada ou refutada, mas não poderemos negar a sua presença como um produto do nosso recorte e, ao mesmo tempo, como a definição de um novo território. Portanto, quer tenhamos ou não consciência dessas implicações, a delimitação de um recorte historiográfico sempre implicará uma atitude política.

Como observa a historiadora Vera Alice Cardoso Silva (1990), em termos metodológicos, a região apenas pode ser compreendida como parte integrante de um conjunto de relações. Assim, é possível falar de uma região no sistema internacional, por exemplo, quando nos referimos aos Tigres asiáticos, ou como parte interna de uma unidade nacional, como é o caso da Região Sul, mencionada no exemplo acima. Como você pode perceber, é possível que o pesquisador se refira a uma região cujas fronteiras não sejam delimitadas pelos mesmos critérios que circunscrevem o perímetro político-jurídico estabelecido pela unidade nacional.

O argumento de Silva estabelece um entendimento fundamentado na contribuição trazida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004, p. 111). Para o autor, em termos sociais, o principal elemento que atua na delimitação de uma região não é o espaço, e sim o tempo. A partir dessa perspectiva, toda fronteira é fundada em critérios de divisão do espaço, que resultam de classificações simbólicas coletivamente elaboradas a partir de disputas em torno da delimitação legítima desse espaço. Portanto, o fato de algumas classificações e delimitações serem socialmente reconhecidas de maneira legítima é apenas o resultado da aceitação dessas relações de poder ao longo do tempo e do espaço.

O intercâmbio interdisciplinar de ferramentas teórico-metodológicas entre a história e as demais áreas de conhecimento das ciências humanas foi um efeito do contexto das revoluções historiográficas do século XX, resultando na troca de conceitos e abordagens originalmente desenvolvidas em outros campos do conhecimento. Como era de se esperar, o espaço foi desde sempre uma problemática central para a geografia tradicional. No seu esforço de compreensão do mundo, o conhecimento geográfico contribuiu para um entendimento do espaço que considerava seus aspectos estéticos e sociais.

O historiador José D'Assunção Barros (2005, p. 103) observa que essa relação de troca insere a geografia como grade de interpretação para a história, trazendo o espaço para o primeiro plano, como sujeito da própria história. Assim, a apropriação de categorias, como "paisagem", "território" e "região", permitiu que os historiadores desenvolvessem uma compreensão da dimensão social do espaço, atenta à historicidade, guiada também por interesses de pesquisa e objetivos específicos. O Como resultado, houve um alargamento da compreensão sobre o espaço e a criação de novas possibilidades em termos de métodos e técnicas de pesquisa.

Nesse sentido, o conceito de lugar, trazido da geografia, refere-se a uma parte delimitada do espaço na qual se dão as relações. Diz respeito às relações de proximidade física, à dimensão cultural, às identidades e à vida cotidiana, afinal, todos vivemos em um lugar específico. Dito de outro modo, o lugar é tomado como um fenômeno ligado ao enquadramento do espaço geográfico.

Os lugares não são idênticos entre si, pois, como sabemos, cada qual guarda suas especificidades. Conforme argumentamos aqui, todo espaço é socialmente elaborado, e o lugar está ligado às relações que se dão nesse espaço, portanto, é possível supor que, sendo as relações modificáveis ao longo do tempo, o espaço também dependerá dessas relações e escalas temporais. Assim, salvaguardadas as variações mediante apropriações específicas, o conceito de território diz respeito ao caráter modificável e temporário do espaço.

Além disso, esse conceito aponta diretamente para as relações de poder que moldam os processos de construção e transformação do espaço geográfico. Isto é, diz respeito ao modo como as pessoas habitam, delimitam e se apropriam do espaço em função das relações de poder. Trata-se de um conceito que é, ao mesmo tempo, político e geográfico, porque o espaço físico é fragmentado e organizado por meio de processos políticos (GOTTMANN, 2012).

Nas abordagens contemporâneas, o território é entendido, grosso modo, como um espaço demarcado pelo uso de fronteiras – que podem ser visíveis ou não – e que se estabelece a partir de relações de poder. Além da possibilidade de serem muitos e superpostos, os territórios são entendidos como submetidos ao tempo e ao espaço, podendo ser deslocados ou interligados, de acordo com a conjuntura em questão. Dito de outro modo, o território pode ser estabelecido a partir de diferentes escalas e com ênfase em diferentes relações de modo que pode variar do local ao global. Territórios podem ser conformados com base em critérios naturais, geográficos, culturais e simbólicos, políticos, sociais, econômicos entre outros.

Note que o trabalho de pesquisa não se resume a uma simples percepção das relações de poder que, em uma determinada época, as pessoas estabelecem sobre o espaço. Se considerarmos que um determinado recorte de pesquisa estabelece um

espaço de poder e de controle que é resultado do próprio discurso historiográfico, então o trabalho de investigação é, em si mesmo, também produtor de novas territorialidades.

**Pesquise mais**

Acompanhar os dossiês temáticos organizados em periódicos científicos é uma excelente estratégia para se manter informado sobre as produções recentes relacionadas a questões específicas. Em 2015, a Revista Territórios e Fronteiras lançou um dossiê intitulado *Formação docente e ensino de história: fontes, objetos e categorias*, além dos vários artigos sobre o tema também disponíveis nos volumes anteriores. A revista é mantida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso, cuja área de concentração é "História, territórios e fronteiras".

REVISTA TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS. Cuiabá. UFMT. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/17/showToc>. Acesso em: 21 out. 2016.

Em especial, o artigo a seguir contribui com o debate aqui apresentado a partir da análise de fluxos migratórios no Paraná e, com foco na região de fronteira, explora os discursos sobre a brasilidade.

HAHN, F. A.; MORIGI, J. B. A fronteira em questão: um estudo da ocupação de Marmoré/PR. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/332/pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

Igualmente, ao delimitar a pesquisa no tempo e no espaço, o pesquisador coloca em movimento uma nova fronteira e, como consequência, um novo entendimento para as relações que se dá nesses locais. Uma fronteira não é uma divisão do espaço banal, ao contrário, é um mecanismo geográfico de diferenciação fundamentado na organização a partir do espaço. Portanto, esses recortes analíticos não devem ser compreendidos como meros resultados um do outro. Dito de outro modo, as relações microssociais não podem ser lidas como um reflexo imediato das decisões forjadas em esferas macrossociais. Uma visão desse tipo deixaria de lado justamente as particularidades que formam a própria região. Em síntese, trata-se de uma relação dialética.

**Pesquise mais**

Veja o modo como a autora da tese a seguir reflete sobre os discursos sobre a violência perpetrada por mulheres e homens em notícias no Oeste do Paraná, entre as décadas de 1960 e 1980, com foco no gênero. Ao

recuperar o passado, a pesquisa mostra como a violência era contraposta ao modelo de progresso e civilização encampado pelas elites da região. Perceba como, nesse caso, a articulação entre região e memória se dá a partir das notícias de jornais.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e gênero em notícias no Oeste Paranaense**. 2010. 177f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94067/278403.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2016.

Como vimos, espaço se constitui como um eixo fundamental para uma compreensão situada das relações que moldam o processo de organização e desenvolvimento da vida social. Isso se deve ao fato de que, a partir do século XIX, a sociedade passou a ser entendida como uma coletividade, com relativa autonomia e que se assentava em um território comum, constituída por uma cultura partilhada. Nesse período, marcado também pelo desenvolvimento da sociologia e da antropologia, as relações sociais passaram a ser entendidas não apenas como relações entre pessoas, mas também como relações entre instituições (como escola, religião, política, família, economia e mídia) que davam forma às sociedades.

No século XX, esse entendimento foi ampliado pelo debate a partir dos diferentes campos de conhecimento das ciências humanas. Ao passarmos a entender as relações entre pessoas e instituições de maneira articulada e inseparável, passamos a uma compreensão da vida social que a toma de maneira interdependente. Isto é, a vida social passou a ser entendida como o resultado das relações entre pessoas (interações microssociais) e instituições (relações macrossociais), sendo que as mudanças que ocorrem em uma impactam em transformação na outra.

Portanto, embora a noção de vida social aponte para as regularidades dos comportamentos individuais por meio de diversas interações que obedecem a padrões de comportamento e ideias, as relações sociais são compreendidas em sua dinâmica, em constante mudança. Assim, o entendimento de que há uma relação ativa entre indivíduos e instituições sociais constitui a base a partir da qual compreendemos a relação entre os indivíduos e a sociedade.

### Faça você mesmo

Analise a seguinte situação: você, junto a outros pesquisadores, está coletando dados para um projeto de pesquisa municipal que busca recuperar a memória do bairro mais antigo da cidade. O local fica na região central e possui moradores antigos dispostos a ajudar oferecendo

fotografias, jornais antigos e as lembranças do passado. Ao visitar as casas, você observa que há uma divisão entre os moradores, que consideram a parte mais nova do bairro como sendo diferente daquela onde residem, mais antiga e amistosa. Ao questionar os moradores, a resposta de todos é a mesma: desse lado vivem moradores mais antigos e que se conhecem há mais tempo. Nessa situação, de que maneira a apropriação cotidiana do espaço poderia ser caracterizada? Quais conceitos relacionados ao espaço poderiam nos auxiliar a compreender esse caso? Como a rua poderia ser caracterizada?

A perspectiva regional permite uma compreensão centrada no papel ativo do sujeito na história e da importância das atividades que compõem a sua vida cotidiana para uma compreensão apurada do passado e do presente. Como vimos, as práticas sociais em um determinado local ou região podem ou não vir a se contrapor ou colaborar com uma perspectiva produzida em âmbito nacional, daí a ênfase nas relações entre o local, o regional e o nacional, entendidos como uma articulação dialética.

## Sem medo de errar

Até aqui, vimos que os conceitos formulados para pensar o espaço e as relações sociais possuem um fundo interdisciplinar. Vimos também que os saberes produzidos pela geografia, combinados com as problemáticas abordadas pelas ciências sociais, mantêm um lugar de destaque nessa relação. Assim, o espaço passa a ser tomado não apenas em sua dimensão física, mas, sobretudo, a partir das relações sociais que se dão em nível local. Uma vez que o espaço é entendido considerando seus aspectos políticos e simbólicos, passamos a percebê-lo enquanto um "campo de forças" resultante das relações sociais.

Diante disso, o espaço físico e o espaço social passam a ser diferenciados a partir das relações sociais e dos significados que lhe são coletivamente atribuídos. Ainda que cada autor possa se apropriar com variações dessas noções, vimos que espaço, território e lugar são conceitos fundamentais para uma abordagem a partir da perspectiva da história regional e local.

### Atenção

Embora a história regional e local seja construída a partir de um contraponto alternativo e crítico às totalidades (como a história geral e a história nacional) pautadas pela produção de explicações abrangentes, isso não quer dizer que o extremo oposto seja a fonte para a solução de todos os debates. Isto é, não é possível proceder como se a perspectiva local fosse por si suficiente como fonte de explicação. De outro modo,

vale destacar que o que se pretende é encontrar outras conexões que permitam estabelecer novos nexos entre o regional e o contexto nacional no qual está inserido.

O pesquisador, por sua vez, ao adotar uma determinada perspectiva ou estratégia para seu recorte de pesquisa, invariavelmente implicará um gesto político, de modo que sua escolha não será neutra, tampouco desinteressada. Portanto, o trabalho de pesquisa não pode ser reduzido a uma mera percepção das relações de poder que, em determinada época, as pessoas estabelecem sobre o espaço, pois, ao delimitar um recorte de pesquisa, o historiador estabelece uma relação de poder e de controle que é resultado do próprio discurso historiográfico.

Para a solução da situação-problema específica desta seção, solicitamos que você busque o conteúdo das seções anteriores e verifique que as ações e transformações sociais se dão em um espaço que pode ser geográfico ou político, mas que, sem dúvidas, é social. De modo convencional, o espaço é tomado como lugar assentado em uma materialidade, mas passaremos de uma compreensão do espaço físico para a sua dimensão social, considerando seus aspectos políticos e simbólicos. Assim, a noção de espaço deve ser entendida como um "campo de forças", que é produto das relações sociais.

Desse modo, homem, espaço e tempo são tomados como três elementos que não podem ser entendidos isoladamente, de maneira dissociada um do outro. Para isso, será preciso aprofundar-se na compreensão de que, do mesmo modo como o espaço está sujeito ao tempo, a temporalidade também está sujeita ao espaço e ao meio geográfico. Essas relações não são alheias à pesquisa e, sem o devido tratamento, podem moldar uma compreensão enviesada sobre o campo de investigação.

## Avançando na prática

### Pensando o território

### Descrição da situação-problema

Para essa atividade, escolha uma obra, por exemplo, um texto literário, uma canção, uma imagem, um discurso jornalístico, uma fotografia, um discurso publicitário ou uma poesia que seja da sua preferência e que tenha como foco temático a região em que você vive.

**Lembre-se**

A região é sempre uma construção abstrata elaborada pelo pesquisador, tendo em vista os objetivos de sua pesquisa e, portanto, pode ou não coincidir com os limites estabelecidos por critério jurídico-políticos.

Você também poderá buscar outras referências, como pesquisas e outros trabalhos, para elaborar seu argumento. O produto dessa atividade será um texto que, ao final, será apresentado e discutido com seus colegas.

Nessa situação-problema, nosso objetivo é identificar e analisar as representações acionadas para caracterizar o local, tomando como fonte a obra escolhida. Procure estabelecer relações entre as representações construídas sobre a essa região e o espaço.

Algumas perguntas podem ajudá-lo nesse caminho: quais características são atribuídas a esse local e quais práticas estão associadas a ele? Quais são as relações que, nesse local, ganham destaque? Existem generalizações sobre o Brasil e o seu local? A partir da fonte, como o território é delimitado? Quais relações podemos estabelecer entre a fonte escolhida e os contextos históricos, políticos e culturais que cercam este fenômeno?

### Resolução da situação-problema

Conforme vimos na seção anterior, ao considerar a dimensão da experiência cotidiana, o pesquisador tem a possibilidade de incorporar novos elementos à análise, colocando-os sob uma perspectiva historiográfica. São exemplos disso as abordagens sobre os relacionamentos familiares, a religião, o lazer, o consumo e outras práticas sociais e culturais. Além disso, a noção de experiência permite uma compreensão dos indivíduos em sua relação com o tempo levando em consideração a maneira como as pessoas se pensam no mundo.

Enquanto produtos culturais, textos literários, músicas, poesias, fotografias e notícias de jornais também possuem a sua historicidade, e estão inseridos em um contexto que os molda, imprimindo as visões de uma época. O espaço, como uma noção elementar, é sempre parte desse enredo, ambientando essas mensagens sociais.

Ao lidar com essas fontes, o pesquisador precisa abrir-se ao escutar e ao olhar os dados, buscando compreender o presente e tendo em vista o futuro. As informações levantadas podem ser articuladas a outras, como atividades econômicas, culturais, políticas e sociais que fazem ou fizeram parte do lugar em questão. Esse trabalho, feito de modo adequado, permitirá captar as transformações físicas e sociais do espaço ao longo da história.

Vale lembrar que, embora uma construção histórica que considere as pessoas e a sua concepção sobre o cotidiano tenha aspectos que possam ser considerados inovadores, isso não quer dizer que o pesquisador não deva levar em conta a necessidade de manter um olhar crítico e objetivo. Enquanto registros históricos, essas obras estão impregnadas de uma leitura e de interesses particulares de seus autores e de uma época e, em alguns casos, são moldadas por produções midiáticas.

## Faça valer a pena

**1.** A análise a partir de biografias coletivas pode trazer novos elementos para a pesquisa historiográfica. Na medida em que estabelece as relações, o pesquisador passa a perceber tanto as dinâmicas das instituições de uma sociedade quanto as estratégias individualmente adotadas diante das condições materiais e culturais de cada ambiente.

Com base no texto, é possível afirmar que:

a) A biografia não é um elemento pertinente para uma análise preocupada com questões macrossociais, como questões ligadas às grandes transformações históricas.

b) A biografia, por ser estritamente baseada em uma experiência individual, não permite a elaboração de conexões com grandes eventos históricos.

c) A biografia é um instrumento de análise pertinente para compreender a vida social, pois permite lançar um olhar desde dentro sobre as condições de vida tanto em seus aspectos materiais quanto culturais.

d) A biografia permite que o pesquisador estabeleça apenas conexões parciais e de curtíssimo alcance, sobretudo quando lida com pessoas com pouca experiência de vida.

e) Embora permitam que o pesquisador estabeleça relações maiores, as biografias limitam as pesquisas apenas à vivência individual e sob o olhar de um único sujeito.

**2.** Todas as sociedades, assim como o pesquisador, simbolizam o espaço. Esse recurso é motivado por objetivos diferentes, mas, em ambos os casos, o resultado é a organização do território em escalas, traçando as suas fronteiras. Ao agir desse modo, é como se, pelo sentimento de pertencimento a um lugar de uma cultura distinta, diferentes universos identitários atuassem como fronteiras. Nesse sentido, a noção de pureza e homogeneidade é sempre um recurso artificial.

O texto permite depreender que:

a) Os territórios são elementos construídos de forma natural, com base exclusivamente em características de homogeneidade.

b) Os territórios são elementos constituídos de forma natural, com base exclusivamente em características de heterogeneidade.

c) Os territórios são culturalmente estabelecidos, mas têm pouca validade sem o reconhecimento jurídico-político.

d) Os territórios são culturalmente estabelecidos com base em características selecionadas de maneira arbitrária.

e) Os territórios são espaços que obedecem a limites estabelecidos com base na topografia dos locais.

**3.** “Se o Espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço e do meio geográfico. [...] Desta maneira o Clima (um aspecto físico do meio geográfico) reconfigura o Espaço, e este redefine Ritmo de tempos em que se desenrolam as ações humanas, Espaço e Homem” (BARROS, 2005, p. 106)

Considere as afirmações a seguir:

I - O texto defende que a história não deve examinar apenas e necessariamente o passado, mas deve tomar como objeto de estudo as ações e transformações humanas (ou continuidades) que se dão ou se organizam em um determinado período de tempo como seu objeto de estudo.

PORQUE

II - O estudo de certos processos que se referem à vida humana numa diacronia – isto é, no decurso de uma passagem pelo tempo – ou que se relacionam de outras maneiras sempre se faz articulado com uma ideia de "temporalidade", que se torna central nesse tipo de estudo.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta:

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e) As asserções I e II são falsas.

# Seção 2.3

## Questionando as dicotomias do espaço

### Diálogo aberto

Aqui, vamos discutir como a relação entre cidade e campo atravessa de modo central as problemáticas de parte significativa da literatura produzida pela historiografia. Como você já deve saber, a prevalência da cidade sobre o campo marca, principalmente, as narrativas sobre as sociedades capitalistas industriais modernas.

Examinaremos como os adjetivos "urbano" e "rural", análogos à cidade e ao campo, são empregados para descrever um conjunto de relações culturais, socioeconômicas e espaciais. Nosso objetivo é questionar as fronteiras entre a cidade e o campo. Ao longo da seção, perceberemos que essas delimitações dicotômicas progressivamente perderam o caráter rígido que as caracterizaram até o século passado. No mundo contemporâneo, pode-se dizer que essas fronteiras não possuem mais um caráter puro, mas que foram borradas, ganhando contornos difusos e de difícil delimitação.

Por exemplo, no caso brasileiro, ao longo dos séculos XIX e XX, o Estado foi marcado pela ação indutora nos processos de formação do território nacional. Isto é, os padrões de planejamento, de produção e de gestão do espaço urbano e metropolitano foram impulsionados e conformados pela ideologia do nacionalismo, da modernização e do desenvolvimentismo.

Dito isso, como podemos pensar as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou Salvador? Como podemos compreender as cidades médias, como Ribeirão Preto ou Londrina? Como entender as dinâmicas daquelas cidades menores, situadas nas órbitas de cidades médias e de pequeno porte? Onde começam e onde terminam? De que maneira podemos caracterizar o campo no Brasil contemporâneo? Como caracterizar os povoados e distritos afastados ou as periferias das grandes cidades que compõem a chamada "área rural"? Ou, ainda, como podemos refletir sobre as grandes fazendas, as agroindústrias os acampamentos do MST na região Nordeste, no cerrado ou na Amazônia?

Em qualquer um dos exemplos mencionados acima, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo quanto da cidade, torna-se cada vez mais difusa e

interdependente. Ao avançarmos nesse debate sobre as contradições entre o local e o global, buscaremos também novas possibilidades de interpretações e compreensões sobre o regional e a dinâmica da sua formação social.

## Não pode faltar

Nas seções anteriores, discutimos como a memória e a experiência são elementos centrais no processo de formação de uma região. Em resumo, buscamos responder à seguinte pergunta: como se forma uma região? A partir de uma perspectiva histórica, concluímos que as relações sociais têm um grande peso no sentido que as pessoas conferem às transformações e mudanças, variando no modo como se refletem nas práticas sociais de acordo com o contexto em questão.

Também, vimos que, no debate historiográfico, a cultura é entendida a partir das múltiplas e diferentes maneiras de apropriação. De modo simples, entre os historiadores, o termo "cultura" é empregado em um sentido amplo, como referência às convenções sociais que englobam quase todas as práticas sociais que podem ser apreendidas em uma dada sociedade – por exemplo, comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.

Nesse sentido, o termo cultura refere-se ao espectro de convenções presente nas manifestações dos sujeitos históricos e que os liga de modo identificador e singular a um conjunto social específico. Desse modo, ao falar em uma história da cultura, também estamos nos referindo a uma história das ações ou noções que compõem o solo comum da vida cotidiana.

Com a noção de territorialidade, buscamos não apenas incorporar um entendimento da esfera estritamente política, mas também as relações econômicas e culturais. Com isso, percebemos que o território possui uma dimensão funcional e simbólica. Isto é, o território está ligado diretamente ao modo como as pessoas utilizam a terra, à maneira como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. Nesse caso, a tarefa do pesquisador é estabelecer os nexos entre sua historicidade e sua variação conforme os contextos sociocultural e geográfico.

Como vimos, o debate da história regional e local emerge como uma crítica aos modelos teóricos da história nacional que tomavam o espaço como um elemento dado previamente. Nesse caso, a região e o recorte político, jurídico e administrativo eram mantidos inalterados e a salvo de interpretações críticas e contestatórias. Além disso, há uma postura de recusa às produções centradas em sujeitos ilustres, como ocorria com as crônicas regionais do século XIX.

Mais do que isso, essa vertente historiográfica resultou da combinação entre o interesse em desenvolver uma abordagem de maior alcance interpretativo e alguns métodos de pesquisa que viabilizaram um aporte teórico-metodológico capaz de dar

suporte a um tipo de investigação cujo foco são regiões mais localizadas (GOUBERT, 1992). Em termos específicos, a busca era também por um tipo de pesquisa que operasse como alternativa às abordagens seriais e estatísticas, especializadas em lidar com dados referentes a populações inteiras.

Uma crítica aos estudos que adotam o recorte administrativo é que, desse modo, o pesquisador opta por uma escolha confortável, já que o trabalho de busca pelas informações fica unicamente centrado em arquivos e documentos disponíveis nos departamentos administrativos das regiões já reconhecidas e definidas. Além disso, a pesquisa centrada em uma região geográfica particular, cujos registros estão reunidos e disponíveis para consulta, guardava a ambição de que toda a pesquisa poderia ser feita por um homem sozinho (GOUBERT, 1992).

Ao fazer coincidir a região investigada e uma unidade administrativa, o pesquisador poderia sanar todas as suas carências em termos de fontes e arquivos a serem auscultados, reduzindo-os a uma única unidade, por exemplo, uma pequena paróquia rural ou a prefeitura de um pequeno município. Na abordagem que figura no centro da crítica proporcionada pela história regional, nesse caso, a partir de uma única fonte arquivística, o pesquisador poderia conceber a série a partir da qual seria possível extrair os dados tanto sobre a população quanto sobre a coletividade examinada.

Como vimos, ao optar por um desenho teórico-metodológico que atrela o espaço ou o território historiográfico a uma pré-estabelecida região administrativa de caráter geográfico, jurídico ou político, implica-se deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não cabem em delimitações previamente estabelecidas. Nesse sentido, para a vertente da história regional e local, cabe ao pesquisador romper com essa comodidade em relação aos arquivos, dedicando-se a um tipo de trabalho mais artesanal, sem com isso rejeitar as fontes documentais, mas as enriquecendo com elementos da vida social.

**Pesquise mais**

O artigo a seguir aborda os debates teórico-metodológicos em torno da questão do regional/local relacionado com o global. Considerando as realidades criadas pelas experiências das atividades humanas e da interdependência entre global e as particularidades e singularidades que se manifestam, principalmente, no nível local, o autor explora novas fronteiras interpretativas. O texto busca ampliar os horizontes para as pesquisas no campo da história, especialmente, à história da educação.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/273/281>. Acesso em: 22 out. 2016.

Procedendo dessa maneira, uma prática cultural específica pode enredar uma compreensão sobre um determinado território específico que antes não era evidente e que pode ou não ter relação com o recorte administrativo de um centro comunitário, escola, paróquia ou município. Talvez surja dessa pesquisa um recorte que combine partes de unidades distintas ou atravesse os municípios ou partes deles. Igualmente, uma configuração econômica específica não necessariamente obedece às delimitações geográficas de uma região no sentido convencional.

Além das críticas de caráter teórico-metodológico à produção de um tipo de história nacional, assumir uma posição crítica ao nacionalismo também figura entre as preocupações das pesquisas associadas à vertente da história regional e local. Mais ainda, como vimos anteriormente, a dimensão das implicações políticas do trabalho de pesquisa compõe o tempo todo o horizonte de decisões que moldam a pesquisa. Isto é, esses estudos assumem a posição radical para a qual todo recorte implica um gesto político (BARROS, 2005).

Conforme já discutimos, as culturas nacionais são também discursos que buscam construir sentidos para a experiência coletiva a partir de uma narrativa de unidade. Os símbolos e representações coletivas são elementos centrais na composição das culturas nacionais. Esses sentidos formam as identidades com as quais podemos nos identificar. Um exemplo disso é o modo como nos referirmos às nossas identidades nacionais como identidades culturais e, desse modo, afirmamos que somos italianos, haitianos ou brasileiros.

Como mostrou Benedict Anderson (2008), o caráter imaginado dessas identidades coletivas construídas a partir daquilo que temos em comum, em geral, parte de uma posição na qual essas identidades essencialmente nos pertencem, quando, na verdade, elas inicialmente habitam fora de nós, coletivamente. A língua é um dos elementos cruciais na unificação de uma cultura nacional, muitas vezes colocada como a única a ser falada e na qual os cidadãos devem ser alfabetizados dentro do sistema educacional nacional. Em certo sentido, o reconhecimento de escolas bilíngues por parte do Estado nacional é também um efeito que assume o fato concreto de que, por vezes, há mais de uma língua forma um mesmo território.

**Pesquise mais**

A dissertação a seguir discute a relação entre as práticas socioculturais e a regionalidade a partir das relações estabelecidas entre os participantes da Festa das Espadas, em Cruz das Almas. O recorte temporal estabelecido entre as décadas de 1950 e 1990 permite à autora reconstituir as relações a partir das memórias dos participantes. A pesquisa explora as dimensões das experiências vividas na festa por brincantes de ruas, espadeiros e frequentadores de bailes de clube. Pertencimento e subjetividade também

são temas que compõem a análise, que toma as experiências sociais como entrada para compreender como sujeitos e seu contexto e local de pertencimento são articulados.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre a cruz e as espadas**: práticas culturais e identidades no São João em Cruz das Almas - BA (1950-1990). 177f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus V. 2012. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/_dissertacoes/adriana_da_silva_oliveira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

Nesse sentido, Stuart Hall (2002) aponta que a identidade nacional é constituída a partir de uma narrativa da nação, que envolve a literatura, a história nacional, a forma como esta história é contada e recontada e, também, a forma como essa narrativa é expressa tanto na mídia quanto na cultura popular. Para o autor, as narrativas sobre a nação são cercadas de imagens, sons, histórias, símbolos e triunfos que dão sentido ao "ser nação". Essas narrativas são articuladas, sobretudo, às nossas representações cotidianas.

Igualmente, há, por parte dessa narrativa, uma ênfase nos aspectos de continuidade que, com frequência, são apoiados na tradição e na temporalidade. Também é comum que os elementos da nacionalidade se mantenham imóveis diante da história. Por fim, uma vez que tratamos de práticas socialmente inventadas e que se moldam mediante uma série de valores e atividades culturais, temos que as tradições são sempre inventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1984). As culturas nacionais são atravessadas por muitas diferenças, mas são unificadas pelo exercício de diferentes formas de poder cultural.

### Vocabulário

**Citadino**: relativo à cidade; aquela pessoa que vive na cidade.

**Dicotomia**: é uma forma de classificação para a qual cada uma das divisões e subdivisões contém apenas dois termos. Por exemplo, a dualidade corpo e mente é uma dicotomia que organiza o pensamento filosófico ocidental. Igualmente, Oriente e Ocidente é um exemplo de uma dicotomia fundada na espacialidade.

**Rural**: tem origem na palavra de origem latina *ruralis*, "relativo ao campo", de *rus*, "campo, terra para agricultura".

**Urbano**: tem origem na palavra de origem latina *urbs*. É interessante notar que a raiz *ur*, empregada para referir-se à cidade, aparece em praticamente todo o mundo, inclusive na palavra *burgo* de origem germânica.

Conforme já discutimos, a crítica aos modelos que partem do recorte regional-administrativo ou de recortes geográficos-políticos não surgiu apenas das buscas historiográficas por novos horizontes, mas também do envolvimento profundo entre os saberes da história e da geografia. Nesse sentido, diante das novas problemáticas e dos objetos com os quais a ampliação dos limites historiográficos se deparou ao longo do século XX, o modelo de região derivado da escola geográfica foi colocado em xeque ao conservar intocada a problemática de que qualquer delimitação espacial é uma delimitação arbitrária.

De modo similar, também foi questionada a ênfase na continuidade histórica que se refletia em análises para as quais, ao longo do tempo, tanto as relações sociais quanto o espaço sofriam poucas alterações. Assim, o cenário contemporâneo coloca uma questão central para a história regional: reconhecer as características singulares, as diferenças, especificidades e especialidades das variadas dimensões e os múltiplos significados que lhes são conferidos pela vida social.

**Assimile**

O meio urbano tem características específicas que contrastam com o meio rural, por exemplo: densidade populacional; infraestrutura, como vias públicas; transportes; escolas; hospitais; áreas residenciais, comerciais e industriais; opções de lazer e entretenimento; ofertas culturais; hábitos particulares associados à vida cotidiana. Por sua vez, em termos históricos, o meio rural tem a vida no campo como principal referência. Ao longo do tempo, o campo teve seu significado transformado e, por vezes, associado ao atraso e à simplicidade de um modo de vida com um caráter rústico.

Essa tarefa desafia os pesquisadores a reconhecerem que os limites se entrecruzam e se sobrepõem. O arranjo social contemporâneo nos desafia a compreender o espaço de maneira que, situados em um ponto qualquer, não estamos apenas dentro de um, mas sim de diversos espaços definidos a partir de diferentes relações.

**Exemplificando**

É simples imaginar como uma paisagem rural pode ser alterada a partir da ação humana. Esse exemplo simples é ilustrativo a respeito dos limites que estão implícitos na escolha do pesquisador por considerar regiões geográficas fixas. Ao mesmo tempo, vale considerar que isto ganha contornos e uma importância singular quando tratamos dos estudos da América Latina no Período Colonial, algo que não pode ser considerado análogo em estudos relativos à Europa do mesmo período. Dito de modo mais simples, note que o território apenas pode ser compreendido se

considerarmos sua relação com o desenho de pesquisa, o âmbito que a pesquisa pretende alcançar (mental, econômico, cultural e político) e os aspectos da vida social que estão em questão.

É comum que rural e urbano sejam tomados como dimensões socioespaciais opostas e, ao mesmo tempo, complementares. Entendida a partir da perspectiva que historicamente predominou na economia política, a cidade emerge como resultado do acirramento da fragmentação socioespacial em uma comunidade. Essa divisão é efeito tanto da divisão do trabalho quanto de influxos decorrentes da abertura para o contato com outras comunidades de fora.

Essa literatura pensa a cidade sob processos regulares de troca, pautados pela lógica do mercado e impulsionados pela competição e pela cooperação entre os agentes. Assim, o sedentarismo e a organização socioespacial interna à comunidade, bem como o intercâmbio de bens e pessoas entre comunidades, passam a ser entendidos como princípios organizadores implícitos à vida social num contexto de urbanidade. Desse modo, a ênfase da análise recai sobre as relações sociais entendidas como relações de poder.

A noção de territorialidade, nesse sentido, além de cobrir a face política, abarca também as relações econômicas e culturais, uma vez que o território está diretamente relacionado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como são as relações de organização no espaço e como são estabelecidos os significados atribuídos ao lugar (SACK, 1986).

**Faça você mesmo**

Produza um texto que responda à seguinte questão: do ponto de vista da pesquisa historiográfica, como podemos interpretar as articulações contemporâneas entre campo e cidade, ou regional e nacional?

O sociólogo Louis Wirth (2001, p. 45) aponta que o grau de "urbanidade" com o qual podemos caracterizar uma cidade não pode ser medido pela sua extensão territorial nem pela sua densidade demográfica. Como os centros urbanos são incapazes de eliminar completamente os traços da vida rural, Wirth percebe a cidade como um "agregado relativamente extenso, denso e estável de indivíduos socialmente heterogêneos". Dito de outro modo, a contribuição desse pesquisador é notar que os traços do campo permanecem na vida social urbana e, sobretudo, nas vidas dos seus habitantes, ou seja, mesmo vivendo nas cidades, os citadinos ainda conservam práticas sociais tipicamente associadas ao campo.

A ideia de Wirth vai ao encontro da formulação do geógrafo Yves Lacoste (1988), para quem o contexto atual impõe o reconhecimento de "especialidades diferenciais", ou seja, tratamos de categorizações do espaço que operam sob dimensões e significados

variados cujos limites se entrecruzam e se superpõem, formando conjuntos espaciais definidos de diferentes modos. Tais conjuntos espaciais carregam uma multiplicidade de representações espaciais que correspondem a toda uma série de práticas e de ideias mais ou menos articuladas sob a materialidade física sobre a qual se movimenta o homem em sociedade.

Desde a industrialização, o par cidade/campo é central nas interpretações sobre a organização da vida social. Por um lado, em decorrência da divisão social do trabalho e de sua escala, os centros urbanos viabilizam a multiplicidade, a pluralidade de modos de vida; enquanto, por outro lado, considerando sua variedade interna, os campos conservaram, também, diversidades internas. Dito de modo mais simples, é preciso considerar a existência de uma variedade de relações e de escalas dentro dos termos campo e cidade. Quando falamos sobre o campo, estamos operando de modo que o termo campo seja reduzido a um conjunto de características homogêneas e que, potencialmente, possam ser estendidas para todos os contextos não urbanos? Há variações nas características desse campo ao longo do tempo e do espaço?

Em resumo, considerando o exemplo da economia-política focado nos processos de produção, poderíamos afirmar que tanto o campo quanto a cidade guardam processos de competição e cooperação, ainda que os processos gerenciais sejam coordenados pelas cidades. De modo similar, é possível compreender que tanto a dimensão local quanto a dimensão nacional ou global guardam processos similares e difusos, cujos limites se entrecruzam e se sobrepõem.

Ao perceber essas relações, você verá que existe um conjunto diversificado de categorias disponíveis que se aproximam mais da realidade vivida e que não coincidem, necessariamente, com os recortes administrativos e geográficos que aparecem nos mapas convencionalmente. Trata-se de uma postura crítica a um projeto de delimitação do espaço em regiões rigidamente definidas, cujas fronteiras não parecem suscetíveis ao tempo ou às ações sociais.

**Reflita**

Mas que importância isso teria quando pensamos nos problemas que ocorrem ao longo de uma pesquisa historiográfica ou no cotidiano escolar de professores envolvidos com o ensino de história? Qual seria a efetiva contribuição do conhecimento da história regional e local quando pensamos em situações práticas e imediatas, como aquelas que, muitas vezes, ocorrem em uma escola ou no percurso de pesquisa? Podemos dizer que o grande mérito, a grande contribuição dessa vertente da historiografia é desenvolver uma reflexão crítica sobre a especialidade, questionando categorias amplas e universalizantes, assumindo o caráter político implícito aos recortes de pesquisa?

## Sem medo de errar

Até aqui, nossa discussão apresentou uma problemática implícita ao recorte espacial, refletindo sobre as suas implicações para a pesquisa. Nossa discussão centrada nos pares de categoriais – "rural" e "urbano", "campo" e "cidade", "regional" e "nacional", "local" e "global" – questionou os limites das compreensões que tomam essas dimensões socioespaciais simultaneamente como opostas e complementares.

Além disso, retomamos a noção de territorialidade como uma alternativa para dar conta da dimensão política, econômica e cultural das relações sociais, sem perder de vista que a materialidade do espaço é fundamental para a vida social. De outro modo, nossas discussões nos forneceram elementos teórico-conceituais para pensar as relações de organização no espaço e como são estabelecidos os significados atribuídos ao local.

Nesta seção, apresentamos um conjunto diverso de categorias e críticas às dicotomias rígidas sobre a espacialidade, formuladas pelos saberes de diferentes disciplinas e incorporados pelas pesquisas situadas na vertente da história regional e local. A crítica à postura rígida que circunscreve o espaço em regiões bem delimitadas e que, com frequência, coincide com os recortes administrativos e geográficos expostos nos mapas aponta para o caráter dinâmico da espacialidade diante da temporalidade e das ações sociais às quais está submetida.

Por fim, vale destacar o papel central dos Estados nacionais na formação desses recortes administrativos e geográficos e que conferem sentido à experiência coletiva baseando-se numa narrativa de unidade. A partilha desses sentidos forma as identidades com as quais podemos nos identificar. Local e global são, ao fim e ao cabo, categorias abstratas que precisam ter sua validade constantemente aferida e questionada pelas pesquisas, levando em consideração que todo contexto é sempre situado.

### Atenção

Os recortes dicotômicos de campo e cidade, rural e urbano, regional e nacional, assim como local e global, possuem dimensões complementares, de continuidade e de disjunção. Do mesmo modo, enquanto recortes analíticos, a dimensão local sempre guardará relações com processos amplos de amplitude nacional ou global. Uma vez que tratamos de processos similares e difusos, cujos limites se entrecruzam e se sobrepõem, cabe ao pesquisador, considerando os interesses e objetivos da pesquisa, estabelecer os nexos e as fronteiras mais adequados à investigação.

## Avançando na prática

### Delimitando as fronteiras do recorte

#### Descrição da situação-problema

Ao elegermos o local como perspectiva de abordagem para a historiografia, delimitamos um recorte, uma fronteira, um limite a partir de onde algo começou a se fazer presente: quer seja com foco em sociabilidades múltiplas, em temporalidades diversas e/ou em territorialidades variadas, nosso objeto é moldado a partir da busca pelos resultados, pelos efeitos de outros processos de pesquisa.

O pesquisador, então, deve lidar com o dilema de como definir os contornos gerais e mais amplos das relações, mas sem torná-las abstratas e genéricas, considerando as especificidades locais. Porém, o pesquisador também não pode se perder nas minúcias e singularidades, numa descrição pormenorizada que impeça a compreensão das relações dentro de uma totalidade.

Enquanto pesquisador, como é possível equacionar esse dilema? Se essa situação gerasse uma pesquisa, como você delimitaria o tema e o problema a serem investigados?

**Lembre-se**

Os arranjos sociais contemporâneos colocam uma problemática crucial para a história regional, pois, situados em um ponto qualquer, não estamos dentro de apenas um, mas de vários espaços definidos a partir de diferentes relações. Ao mesmo tempo que precisa reconhecer as características singulares, as diferenças, especificidades e especialidades das variadas dimensões e os múltiplos significados que lhes são conferidos pela vida social, o pesquisador não pode perder de vista que os limites locais, na prática, entrecruzam-se e sobrepõem-se.

#### Resolução da situação-problema

Do ponto de vista da história regional e local, o desafio que se apresenta diante do pesquisador é o de estabelecer os nexos entre aspectos de escala global e as relações que observa em uma comunidade localizada, o que acaba por impor à investigação algumas limitações óbvias. Porém, como vimos, também existem vantagens. Ao tomar uma comunidade situada como foco da investigação, a pesquisa pode se deparar com problemáticas que podem ser verificadas em diversas outras unidades sociais. As unidades menores viabilizam a exploração minuciosa da pesquisa e, em certo sentido, até microscópica.

**Faça você mesmo**

Você pensaria num recorte de pesquisa com um desenho diferente? Como isso aconteceria? Em sua opinião, é possível analisar as relações em sentido microscópico sem analisar o contexto mais amplo no qual estão inseridas? Faça um texto refletindo sobre as outras possibilidades que você levantou.

## Faça valer a pena

**1.** "A eleição da história local não diminui ou reduz e, muito menos simplifica, os aspectos relativos às relações sociais. No âmbito do recorte local cada detalhe adquire um significado próprio, o que não se constata com as análises macroestruturais [...]. Desta forma, as análises sobre a história local permitem redimensionar o aparente antagonismo entre o centro e a periferia, isto é, o local e o global, ao deslocar a centralidade do problema da discussão para a apropriação de informações concernentes às relações que plasmaram os grupos sociais" (CARVALHO, 2007, p. 54).

O trecho acima permite afirmar que:

a) A história regional e Local apresenta novos sujeitos e problemas porque incorpora outros elementos à sua compreensão.

b) Os conceitos científicos são imutáveis ao longo do tempo, de modo que as realidades devem ser adequadas às categorias disponíveis.

c) A vertente da história regional preocupa-se exclusivamente com uma abordagem microscópica da vida social.

d) A vertente da história regional preocupa-se exclusivamente com abordagens macroestruturais e de longa duração.

e) A história regional e local preocupa-se, sobretudo, com os processos sociais relacionados às periferias das grandes cidades.

**2.** "[...] todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [...] [a territorialidade] vincula os homens ao meio, à terra, ao espaço" (HAESBAERT, 2013, p. 93).

No trecho anterior, são examinadas as relações entre a vida social e o espaço. Nesse sentido, avalie as afirmações a seguir:

I - Espaço e território são termos interdependentes, isto é, ambos são inseparáveis, sendo que a existência do território prescinde do espaço.

II - Enquanto o espaço se liga aos objetos e à superfície, o território diz respeito ao seu caráter socialmente elaborado com base nas relações sociais situadas numa temporalidade e numa espacialidade específica.

III - A territorialidade está ligada ao pertencimento e à apropriação que os indivíduos e grupos sociais percebem em relação ao espaço.

IV - O território é compreendido pelo seu uso.

É correto o que se afirma em:

a) I, II, III e IV.

b) II, apenas.

c) I, II, III, apenas.

d) I, III, IV, apenas.

e) I e IV, apenas.

**3.** Leia as afirmativas a seguir:

I - A caracterização da cidade-campo e do urbano-rural, na atualidade, é um processo complexo cujas fronteiras não podem mais ser prontamente discerníveis.

PORQUE

II - Os deslocamentos recentes em termos de organização social não se dão de forma tão homogênea e linear no tempo-espaço, com estruturação e reestruturação de fluxos, relações e contradições em diferentes níveis e intensidades entre a cidade e o campo acentuando ainda mais a relação de interdependência.

Assinale a alternativa correta:

a) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a afirmativa II justifica a I.

b) A afirmativa I é falsa, e a afirmativa II é verdadeira.

c) As duas afirmativas são falsas.

d) A afirmativa I é verdadeira, e a afirmativa II se contrapõe à afirmativa I.

e) A afirmativa I é verdadeira, e a afirmativa II é falsa.

# Referências


ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2211/1691>. Acesso em: 29 out. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/273/281>. Acesso em: 22 out. 2016.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **BIBLOS**, [S.l.], v. 16, p. 7-24, dez. 2007. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/125>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL; Pierre. **A invenção do cotidiano I**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE LAURETIS, Teresa. **Alice Doesn't**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

FRY, Peter. Feijoada e "soul food": notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. In: ________. **Para inglês ver** – identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOUBERT, Pierre. História local. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 6, p. 45-47, jan./jun. 1992.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 20 out. 2016.

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. XIII, n. 43, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/111/11127581009.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAHN, Fábio André; MORIGI, Josimari de Brito. A fronteira em questão: um estudo da ocupação de Marmoré/PR. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/332/pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. Introdução: A Invenção das Tradições. In:

_____. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre a cruz e as espadas**: práticas culturais e identidades no São João em Cruz das Almas - BA (1950-1990). 177f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus V. 2012. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/_dissertacoes/adriana_da_silva_oliveira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

REVISTA TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS. Cuiabá: UFMT. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/17/showToc>. Acesso em: 21 out. 2016.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: It's theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 303-304, 1998.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

VELLOSO J. et all. **Um griô conta a história**: um olhar sobre a África e o despontar da Guiné Equatorial. Caminhemos sobre a trilha de nossa felicidade (Samba enredo). Intérprete: Neguinho da Beija-Flor, 2015.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: FURTUNA, Carlos (org.). **ensaios de sociologia, cidade, cultura e globalização**. Oeiras, Portugal: Editora Celta, 2001.

ZIMMERMANN, Tania Regina. **Violência e gênero em notícias no Oeste Paranaense (1960–1990)**. 2010. 177f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94067/278403.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2016.

# História, memória e identidade

## Convite ao estudo

Nas unidades anteriores, você foi apresentado(a) aos conceitos que contemplam a história regional e local, as categorias de tempo e espaço na regionalidade e também sobre a formação dos espaços e a dicotomia entre nacional e regional, e rural e urbano. A compreensão desses conceitos é importante para que você possa refletir com propriedade sobre a importância da memória para a construção das identidades individuais e coletivas que se relacionam com a história e a cultura regional.

Nesta unidade, estudaremos a abordagem e a construção dos conceitos de memória e identidade. A partir da perspectiva da história regional, vamos desenvolver os estudos teóricos que nos apresentam uma compreensão sobre a memória individual e coletiva, a formação da memória social e as relações entre a memória e o esquecimento.

A proposta desta unidade é que você seja capaz de conhecer a região como um espaço produtor de memórias sociais. Ao pensar os indivíduos e a sociedade, percebemos a relação intrínseca que existe entre ambos, não havendo como compreendê-los em separado. O indivíduo só pode ser compreendido a partir da sociedade em que vive e na qual atua. Somos seres sociais e, além dessa constatação, é preciso considerar as categorias de espaço e tempo. O espaço como o lugar no qual acontecem as relações sociais e onde a dinâmica histórica se desenrola, e o tempo que marca o momento, a datação. Na compreensão do conceito de memória, todas essas categorias relacionam-se: "Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação" (ARENDT, 2001, p. 130). O trecho apresenta uma percepção da memória como capacidade própria do indivíduo a ser alcançada por meio da recordação, da lembrança.

Desse modo, o objetivo desta unidade é um estudo sobre a história, a memória e a identidade dentro da perspectiva da chamada história regional, ou melhor, para ampliar a compreensão dessa história e das representações sobre ela.

Para alcançar esse objetivo, propomos a seguinte situação geradora de aprendizagem: na unidade federativa em que você reside, a Secretaria de Cultura propôs um concurso com o objetivo de resgatar as raízes culturais de cada região do estado. Nesse concurso, as regiões devem apresentar uma ou mais referências culturais de sua região e também como esse elemento está presente na memória e na construção da identidade da sociedade que habita naquele espaço. O concurso foi criado com o objetivo de valorizar as diferentes localidades do estado e gerar um sentimento de pertencimento/reconhecimento nos e dos sujeitos a partir de um elemento que passaria a compor o patrimônio cultural da região. A tarefa de promover o concurso e mobilizar a sociedade para a participação e contribuição ficou a cargo de uma equipe de professores das áreas de história, geografia, sociologia e artes. Esses professores foram selecionados pelo estado e cada grupo é representante de uma das diferentes regiões.

A partir dessa situação, como as equipes de professores poderão encaminhar suas atividades para atender a demanda proposta? De que maneira podem incluir os diferentes indivíduos que fazem parte de sua região na realização desse propósito? O que pode ser considerado elemento representativo de cada região? Como esse ou esses elementos podem estar presentes na sociedade? E como podem ser estudados e apresentados?

Para auxiliá-lo(a) a refletir sobre a situação e as questões apresentadas, vamos abordar, nesta unidade, o conceito de memória; sua (re)construção permanente a partir do presente; as diferenças e os diálogos entre a memória coletiva e a memória individual; a importância da memória social e elementos da história do cotidiano; e a relação da memória com o esquecimento. Bons estudos!

# Seção 3.1

## Memória e sociedade

### Diálogo aberto

Você foi convidado a compor a equipe que deverá trabalhar no concurso cultural proposto pela Secretaria de Cultura de seu Estado. O concurso proposto aponta que as regiões devem apresentar uma ou mais referências culturais próprias e apresentar como esse elemento está presente na memória e na construção da identidade da sociedade que habita naquele espaço. O concurso surgiu com o intuito de valorizar as diferentes localidades do estado e promover condições para reconhecer a identidade cultural e, ao mesmo tempo, gerar um sentimento de pertencimento/reconhecimento nos e dos sujeitos a partir de um elemento que passaria a compor o patrimônio cultural da região.

A partir do projeto proposto, você, junto aos professores das outras áreas que fazem parte da equipe – geografia, sociologia e artes –, deve elencar os procedimentos a serem realizados para definição de um ou mais elementos ou referências culturais que devem compor o patrimônio cultural de sua região. Esses procedimentos devem apresentar uma justificativa, ou seja, demonstrar porque a referência escolhida deve compor esse patrimônio regional e ser reconhecida como elemento importante na composição social daquela região.

A história e a memória são importantes conceitos para pensar essas questões relacionadas às referências regionais. Compreendendo o conceito de memória e história, e também como a memória é essencial para a construção/desconstrução das identidades, é possível perceber os marcos de memória, ou os lugares de memória, conforme apresentado por Pierre Nora. Nesta seção, vamos desenvolver os conteúdos e trabalhar com os conceitos que devem fornecer condições para que você consiga pensar a situação-problema apresentada e, também, consiga refletir sobre a história regional, sua construção e suas representações.

Em sua tarefa junto à equipe, o que você deveria considerar? Quais elementos ou referências culturais de sua região poderiam fazer parte desse projeto? Como selecionar essas referências culturais? De que maneira é possível inserir a participação

da sociedade nesse projeto? Por que a referência escolhida deve ser reconhecida como patrimônio cultural da região?

## Não pode faltar

“A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 1994, p. 53).

A memória é o elemento essencial para o reconhecimento do ser. Sem a memória, não temos parâmetro ou referência para construir uma definição de nós mesmos. Imagine uma situação na qual uma pessoa, seja por uma doença degenerativa ou por um grave acidente, perca a memória. Esse indivíduo não se lembra de sua história, sua trajetória, tudo o que viveu e aprendeu e, desse modo, não consegue definir-se, não reconhece sua identidade ou identidades (no plural porque se refere à multiplicidade de identidades que assumimos em nossa vivência cotidiana, o que abordaremos mais adiante). Sem referências, sem lembranças e sem conexões entre essas lembranças e sua vivência presente, esse indivíduo não saberá dizer quem é. Ao refletir sobre essa questão tão pontual como a perda da memória, podemos perceber a relação entre a memória e a construção da identidade do indivíduo.

Na mitologia grega, acontece a “divinização da memória e a elaboração de uma vasta mitologia da reminiscência na Grécia arcaica” (VERNANT, 1965, apud LE GOFF, 1992, p. 433). Mnemósine é a deusa que personifica a memória. Ela teve nove filhas com Zeus, as nove musas, e entre elas Clio, a musa da história. Na mitologia grega, então, aparece a íntima relação entre memória e história, a qual é bastante significativa, pois a história era filha da memória.

O título desta unidade é *História, memória e identidade*, por isso, vamos procurar elucidar um pouco a relação entre esses três conceitos. Apontar as convergências entre história e memória tem sido um desafio para os historiadores. A história oral, enquanto metodologia para produção de fontes históricas (transcrições de relatos orais), vem ganhando cada vez mais espaço nas pesquisas historiográficas, mas o debate acirra-se a partir da questão da subjetividade e da constante transformação da memória.

A história pode ser, grosseiramente, apresentada a partir de duas definições: a primeira enquanto fatos, acontecimentos, vivências, aquilo que Marc Bloch (2001) define como as ações do homem no tempo; e a segunda seria o resultado do trabalho do historiador a partir das fontes provenientes dessas vivências e da atuação dos homens no decorrer do tempo. Buscando a mesma citação de Marc Bloch (2001), agora completa, a história é o estudo das ações do homem no tempo. Nesse sentido, a história é o processo histórico, as vivências humanas e o que o historiador faz desse

processo, a história analisada, refletida, produto de um saber específico, baseado em metodologias próprias desse campo do conhecimento, um saber científico.

Ao pensar a história enquanto um produto do historiador, que está situado no presente e analisa as fontes a partir dos questionamentos próprios de sua realidade e vivência, podemos inferir a proximidade da história com a memória.

> Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla. (GADDIS, 2003, p. 19)

A história não é uma apropriação do passado, mas a construção de uma compreensão sobre o passado, uma reapresentação dos fatos e acontecimentos permeada pelas questões e vivências atuais do historiador e da sociedade na qual está inserido. O passado somente poderia ser novamente vivenciado a partir da invenção de uma máquina do tempo, e ainda assim o viajante teria apenas o seu ponto de vista, e não, como apresenta Gaddis (2003), comparando essa situação com a história, a amplitude capaz de perceber toda a paisagem.

O limite que se apresenta na produção da história enquanto reflexão sobre o passado aproxima essa ciência da concepção de memória. A memória, assim como a história, não apresenta o passado tal como ele aconteceu, as lembranças do sujeito que lembra estão permeadas de suas vivências posteriores ao acontecimento rememorado. É por isso que se destaca a ideia de que a memória é constantemente reconstruída, pois o indivíduo olha para suas lembranças a partir de questões que fazem parte do momento presente. Como apresentou Le Goff (1992, p. 471), "a memória, onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro".

O olhar do presente sobre o passado gera novas significações para elementos que compõem a memória, fazendo com que o sujeito/grupo que lembra ou rememora crie novas representações sobre o passado. A memória, nesse sentido, está relacionada ao momento presente, assim como a história. A relação entre a história e a memória é de alimentação recíproca. A memória influencia a construção da história, e a história influencia a (re)construção da memória, trazendo novos elementos, preenchendo lacunas que antes existiam e gerando novas compreensões.

### A diferença entre a memória e a lembrança

Sobre a memória e a lembrança, existe mais proximidade e similitude do que,

propriamente, diferenças. Ambos os conceitos estão interligados. A memória é a capacidade de armazenar ou reter informações, aprendizados e vivências; já a lembrança é o ato de evocar a memória, é o que fica registrado na memória, a recordação. Maurice Halbwachs (2003), ao apresentar seu estudo sobre a memória coletiva, traz, em muitos momentos, o termo lembrança para referir-se ao que fica presente na memória do indivíduo e do grupo a que ele pertence. Quando evocamos a memória, dizemos "eu me lembro" ou "as lembranças que tenho", ou a sua negativa, "não consigo me lembrar" ou "não tenho essa lembrança". A memória, nesse sentido, é uma construção formada pelas lembranças que nela se inserem, e é, ao mesmo tempo, evocada por essas mesmas lembranças, que sofrem transformações a partir das relações sociais com os grupos dos quais fazemos parte.

Ecléa Bosi (1994) apresenta uma distinção entre "duas memórias", que cabe aqui discorrer: a **memória-hábito** e a **imagem-lembrança**.

A **memória-hábito** está relacionada à memória dos mecanismos motores e é adquirida pelo esforço da atenção e por meio de repetidos gestos e palavras. Trata-se de um exercício repetidamente realizado até a sua fixação, que se torna um hábito. É por meio da memória-hábito que sabemos os movimentos necessários para comer adequadamente, para escrever, para dirigir um veículo automotor, para realizar um trabalho de artesanato, etc. Ela seria o nosso "adestramento cultural".

A **imagem-lembrança** está relacionada às lembranças autônomas, que não estão relacionadas a um hábito, são lembranças singulares "que constituiriam autênticas ressurreições do passado" (BOSI, 1994, p. 49). É o momento em que o indivíduo acredita viver um momento único e não repetido da vida. E, por isso, seu caráter evocativo, e não mecânico, de aparecimento na memória. A imagem-lembrança é datada – diferente da memória-hábito –, corriqueira, de ações automáticas, próprias do cotidiano, aquela que se reporta a um acontecimento definido, específico. É a matéria da qual seriam feitos os sonhos e as poesias.

Bosi (1994) relaciona essas "duas memórias" a uma percepção que vem de longa data, vita contemplativa e vita activa, referindo-se à ideia apresentada pelos teólogos medievais. A autora apresenta essas duas percepções para questionar sobre a memória dos velhos, que é o foco do seu referido trabalho: por não ser tão necessário realizar a ação planejada e novos aprendizados, estariam mais propensos a serem presas alternativas ora da memória-hábito, ora da memória-sonho? A partir desse questionamento, infere-se que o velho, "nos longos momentos de inação, poderia perder-se nas imagens-lembrança".

As "duas memórias" apresentadas por Ecléa Bosi trazem os registros captados e armazenados pelos sujeitos no decorrer de sua vida. Mas as referentes à imagem-lembrança são aquelas evocadas pelos indivíduos ou grupos para dar sentido à sua realidade, ao seu presente, à sua vivência cotidiana, são continuamente (re)construídas,

atualizadas. E diferem da memória-hábito, mecânica e, na maioria das vezes, automática e imperceptível.

### Assimile

Sobre os conceitos de memória e história, vejamos o que diz o *Dicionário de conceitos históricos*, no verbete memória: "A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia. Só no fim da década de 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória.

[...]

Outra distinção entre História e memória está no fato de a História trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público". (SILVA; SILVA, 2009, p. 275 e-276).

Ler os verbetes história e memória completos em:

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

"[...] pois lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição" (CHAUÍ apud BOSI, 1994, p. 49). A memória é o trabalho do sujeito para dar significação às suas vivências e experiências cotidianas.

Lucília Delgado (2006, p. 31) apresenta a história e a memória como um remédio contra o esquecimento e um recurso para a imortalidade, assim, "História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico na vida em sociedade".

Pierre Nora (1993) apresenta a memória como elemento vivo, ou seja, pulsante e em constante transformação. A dialética que acontece entre a lembrança e o esquecimento é inconsciente, mas cabe ressaltar que a evocação da memória acontece a partir das inquietudes mais atuais dos indivíduos e grupos.

A memória é seletiva. Segundo Michael Pollak (1992), o indivíduo não consegue

gravar ou registrar todas as informações ou detalhes da vivência ou experiências de sua vida. A memória é uma construção na qual o indivíduo seleciona as experiências que julga mais relevantes ou que tiveram maior impacto. É comum que esse indivíduo preencha as lacunas das suas experiências com elementos da memória de outros indivíduos, principalmente ligados aos grupos sociais dos quais é integrante.

Para Pollak (1992), os elementos, os personagens e os lugares são o que constituem e fundamentam a memória. O autor traz orientações interessantes sobre a percepção da memória, por exemplo, acontecimentos que podem ou não terem sido vivenciados pelo indivíduo, mas que ganham tamanho vulto por fazerem parte da experiência do grupo ao qual pertence e que o próprio sujeito toma para si como experiência própria. Da mesma maneira, os personagens são as pessoas, nesse caso, assim como os acontecimentos, as pessoas que são conhecidas de outros integrantes do grupo também acabam sendo conhecidas de um determinado indivíduo, ainda que não tenha pertencido ao espaço-tempo do sujeito que se apropria da memória do grupo. E os lugares são definidos pelo espaço geográfico, o local onde aconteceu o fato da memória.

Sobre a seletividade da memória:

> A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsifica-lo. (STERN, 1967 apud BOSI, 1994, p. 28)

Nesse sentido, memória é construção, não é um dado. A memória é um trabalho que está relacionado à ação do indivíduo, uma construção ativa e uma reconstrução constante. Retomando os aspectos levantados por Pollak, a relação do sujeito que lembra com os grupos aos quais pertence também é relevante para compreender essa dinâmica de construção/reconstrução da memória. O indivíduo compõe sua memória a partir da experiência e da convivência nos grupos aos quais pertence.

### Os lugares de memória

Pierre Nora é um historiador francês que desenvolveu o conceito de lugares de memória, o qual foi desenvolvido tendo como referência a sociedade francesa, refletindo sobre sua memória e identidade, mas se tornou amplo a ponto de ser utilizado para analisar outras sociedades também.

Analisando a sociedade contemporânea, Nora (1993) constata que a memória não mais existe. Uma afirmação radical, mas que se fundamenta na ideia da globalização e na tentativa de uniformizar as sociedades. Assim, as diferenças culturais e históricas seriam gradativamente ignoradas. A constatação da dinamicidade e da aceleração das sociedades atuais causaria uma preocupação em preservar a memória, que, segundo Nora, não mais existe. Para esse historiador, restaram apenas os vestígios da memória, que ele denomina **lugares de memória**.

A aceleração das sociedades atuais e sua dinamicidade trazem um medo do eterno presente, por isso a busca em preservar a memória, um passado, sua história, o que leva à criação de espaços destinados ao armazenamento de registros, os arquivos, os lugares para guardar a história.

> Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p.8).

Segundo Nora (1993), por se caracterizar pela efemeridade, nossa sociedade não vivencia as mesmas ações, não evoca o passado a partir das ações cotidianas, mas, ainda assim, precisa do passado e de sua significação, por isso, surgem os lugares de memória.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Se não existe uma memória espontânea, existe a viabilidade de recorrer a uma memória reconstruída ou restaurada. Os lugares de memória, nesse sentido, têm a função de relembrar o passado. As festas nacionais, assim, aparecem como um mecanismo de identificação entre os indivíduos, pois se tornam lugar de memória, uma vez que fazem relembrar, reviver e rememorar; além disso,  geram sentimentos de reconhecimento e pertencimento, ambos ligados ao processo de construção das identidades.

Assim, os lugares de memória são os resquícios do passado, concretos ou simbólicos, materiais ou imateriais, que possibilitam que os indivíduos e/ou grupos recuperem a memória sobre o passado, sobre momentos e acontecimentos, uma

evocação, uma rememoração, reforçando o sentimento de pertencimento e de identificação.

### Reflita

Um importante recurso para análise dos materiais que estudamos é entender o autor e o contexto de sua produção. Para realizar esse exercício e compreender o desenvolvimento do conceito de lugares de memória, conforme proposto por Pierre Nora, sugerimos a leitura de uma entrevista realizada com esse historiador e, a partir dela, a reflexão sobre: qual é a influência do contexto histórico e social sobre a realização da pesquisa que levou ao desenvolvimento do conceito de lugares de memória por Pierre Nora?

BREFE, Ana C. F. Pierre Nora ou o historiador da memória. Entrevista. **História Social**, Campinas, n. 6, p. 13-33, 1999. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/363/314>. Acesso em: 16 nov. 2016.

## Memória e identidade

"A atomização de uma ideia geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente" (NORA, 1993, p. 18). A memória, a partir da citação de Nora, reavivada, evocada nos indivíduos, força o reconhecimento de si e dos outros, o encontro com o pertencimento, o reconhecimento de pertencer a um determinado grupo, sociedade, ou mesmo a uma família. O sentimento de pertença está relacionado à alteridade e, também, à identidade dos indivíduos.

De acordo com Michael Pollak (1992), a identidade é construída tendo o outro como referência, para isso apresenta os critérios aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade como elementos constitutivos desse processo. Ao reconhecer o "eu" em oposição ao "outro", inicia-se o processo de identidade, tanto individual como coletiva. A aceitação, o reconhecimento de características, as experiências, os anseios comuns e as semelhanças são o que geram o pertencimento a um grupo em oposição ao outro.

Para Le Goff (1992), a memória é um componente fundamental para a identidade do indivíduo e/ou grupo, e a busca por essa identidade é uma das mais consideráveis ações dos indivíduos. Dessa forma, a criação dos denominados lugares de memória é justificada por meio da busca pela significação das ações presentes dos indivíduos e grupos.

Outro elemento essencial para a compreensão da relação entre memória e identidade é apresentado por Michael Pollak (1992) como o trabalho de enquadramento da memória. Na construção das memórias de grupo ou memórias coletivas, esse enquadramento da memória seria a busca de coesão, concedendo a cada integrante "o sentimento de unidade, continuidade e de coerência" (POLLAK, 1992, p. 2). Esse enquadramento da memória seria a tentativa de torná-la um conteúdo de base comum; ainda que os integrantes tenham pontos de vistas diferentes, seriam visões, não discordantes, sobre um mesmo acontecimento. Por isso, é necessária a afirmação dos indivíduos, ou seja, ainda que a memória esteja coesa dentro de um determinado grupo, o indivíduo desenvolveria o sentimento de pertencimento apenas ao reconhecer-se naquela lembrança, pois é preciso ter significação para que haja reconhecimento.

Dessa maneira, a construção/desconstrução das identidades individuais e coletivas encontra-se intimamente relacionada à memória. O indivíduo que lembra reconhece as disparidades e/ou semelhanças entre o "eu" e o "outro", e essa percepção gera reconhecimento e sentimento de pertença, ou o seu oposto, a não identificação com o grupo, que por consequência apresenta uma consciência de si. Das duas formas, por meio do reconhecimento ou do não reconhecimento no outro, o indivíduo encontra-se a si mesmo, decorrendo o processo de identificação.

### Exemplificando

Neste espaço, selecionamos um trecho que trata do conceito de história, que pode auxiliar a compreensão dos conceitos trabalhados nesta unidade.

**História**: "[...] Para a pergunta 'o que é História?' não existe uma resposta fechada ou simples, e muitos são os historiadores que têm contribuições a dar. E todos os professores e historiadores devem procurar responder a essa pergunta. Se concordarmos com Bloch sobre o fato de que a História situa a Humanidade no tempo, dando referências às ações dos indivíduos, e com Hobsbawm, que defende o papel político do historiador, iremos entender que o professor de História tem papel político dos mais importantes em nossa sociedade, papel ao qual não pode se furtar, mas que muitas vezes não percebe, o de formador de consciências" (SILVA; SILVA, 2009, p. 184-185).

**Ler o verbete história completo em**:

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>. - Acesso em: 10 nov. /11/2016.

## Identidade nacional e identidade regional

Para abordar a identidade nacional e a identidade regional, vamos retomar alguns conceitos que você já estudou nas primeiras unidades deste material: tempo, espaço e região.

Todo trabalho historiográfico deve partir de uma problemática que tenha bem definido o recorte temporal e espacial da análise. O tempo é fator essencial para identificar os processos, as rupturas e permanências do objeto de estudo do historiador. O espaço delimita a análise, define o lugar no qual os acontecimentos serão observados e como esse mesmo espaço influencia a dinâmica histórica. Tempo e espaço são definidores, e não há como desenvolver um estudo da história sem a clara delimitação proposta por esses elementos.

Assim, os marcos temporais são fundamentais para a história e, ao refletir sobre a lógica do espaço, reconhecemos a diferenciação, como campo e cidade, centro e periferia, local e nacional. O espaço é a referência para a existência da história.

Na dinâmica do espaço, inserimos a compreensão do conceito de região, que deve ser considerada como constituinte de uma unidade. A unidade, assim considerada, possui uma identidade comum e, ao mesmo tempo, abarca as diferentes regiões que a compõem. Cada região, como integrante de um todo, que pode ser o nacional, por exemplo, deve ter sua identidade conhecida, ou seja, aquilo que a torna distinta de um outro espaço.

Para exemplificar, tomamos o exemplo do Brasil, que equivocadamente é apresentado como um país de clima quente, mas, devido à sua proporção territorial, sabemos que existem diferentes condições climáticas nas regiões brasileiras. Da mesma forma, temos o todo, nacional, com eventos e memórias que marcam a identidade brasileira, mas temos, também, eventos e memórias regionais, que marcam e diferenciam as diversas localidades brasileiras.

Existem elementos de nossa cultura, trajetória e memória que são marcadamente uníssonos para o território nacional, e na mesma perspectiva e de forma mais incisiva, temos elementos culturais, históricos e da memória que marcam nossa identidade regional. Essas características nos aproximam, pois apresentam mais lembranças ou decorrências dos acontecimentos que são comuns aos indivíduos que ocupam um determinado espaço geográfico.

O trabalho do historiador, nesse contexto, está diretamente relacionado com o espaço e o tempo para analisar as ações do homem nessa dinâmica histórica. Entretanto, não é possível, e isso é relevante, desconectar o estudo da história local da unidade à qual ela faz parte. De forma mais clara, o historiador não pode analisar a região por ela mesma, devendo inseri-la no contexto mais amplo, nacional. Para identificar as especificidades de uma região, é necessário observar a paisagem

completa, ou seja, a influência das questões econômicas, políticas, culturais, sociais e nacionais naquela região.

A partir da compreensão do conceito de memória e sua relação com o conceito de identidade, podemos concluir que a formação da identidade nacional é decorrente de uma memória comum, que é construída historicamente e por meio da historiografia. A história como a produção do historiador é uma forma de memória, pois registra e armazena uma compreensão do passado. Nesse sentido, a construção da história contribui para a formação das identidades nacionais e também regionais. Na região, por apresentar elementos específicos que não compõem a unidade ou o todo, a memória segue como promotora da construção de identidades. A história, hoje, tem se voltado para as questões regionais, principalmente para perceber as representações e as identidades, e como ferramenta, os historiadores estão fazendo uso da metodologia da história oral e desenvolvendo suas pesquisas por meio da memória, o que possibilita a construção da história a partir de sujeitos e/ou grupos que antes estavam excluídos da análise historiográfica.

Essa relação entre a história e a memória contribui para a (re)construção das memórias regionais e nacionais e também para a (des)construção de identidades, posto que incentiva a lembrança, evoca o passado e insere os sujeitos nesse processo de análise.

**Exemplificando**

Neste espaço, selecionamos um trecho que trata do conceito de identidade que pode auxiliar a compreensão dos conceitos trabalhados nesta unidade.

**Identidade**: "O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Sua origem remete à Filosofia e à Psicologia, mas hoje a Antropologia tem sido uma das ciências mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área interdisciplinar conhecida como Estudos Culturais – um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais – também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação. Nesse contexto, a noção de identidade gerou muitos conceitos diferentes: identidade nacional, identidade étnica, identidade social, cada um deles com uma gama de significados e métodos de análise próprios.

[...] E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais". (SILVA; SILVA, 2009, p. 202 e 204)

**Ler o verbete Identidade completo em**:

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

De acordo com Stuart Hall (2006), a identidade do sujeito pós-moderno é, agora, definida historicamente, ou seja, a partir das diferentes vivências e situações que são experienciadas pelos indivíduos. Nesse sentido, "o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos", e estas seriam "identidades contraditórias" (HALL, 2006, p. 13). As identidades do sujeito, segundo Hall, são deslocadas e fragmentadas porque, a partir dos estudos sociológicos, pôde-se perceber que o sujeito não age individualmente. Ainda que pratique uma ação de forma individual, aquela mesma ação está diretamente relacionada a outros indivíduos, assim como o sujeito que o faz. O próprio ato de pensar não é isento, pois pensamos e construímos nossas reflexões a partir das relações com os outros, a partir de nosso aprendizado e das nossas experiências.

O "eu", de acordo com Hall, seria formado nas relações com os outros, "nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas" (2006, p. 13). E ainda sobre a identidade, Hall (2006, p. 38) afirma:

> **Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'.**

Por conseguinte, conforme o tema de nossa unidade, história, memória e identidade, percebemos, nesta primeira seção, alguns elementos essenciais para compreender a relação entre esses conceitos e, também, para iniciar nossa reflexão sobre o conceito de região e a construção da história regional.

### Pesquise mais

Para aprofundar as discussões, sugerimos a leitura do artigo de Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim:

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e história oral. **Jus Humanum**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 2012. Disponível

em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/viewFile/75/53>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Sugerimos, também, assistir aos vídeos:

TV PAULO FREIRE. **História**: Representações, memória e identidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I9EBX0Mz9kg>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ANNA GICELLE GARCIA ALANIZ. **Cantinho da História 136**: Le Goff História e Memória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fkw6pgKHjAE>. Acesso em: 25 jan. 2017

## Sem medo de errar

A partir da reflexão teórica sobre os conceitos apresentados, cabe, agora, lembrar da situação-problema apresentada nesta seção. A Secretaria de Cultura de seu estado propôs a realização de um concurso cultural para resgatar as raízes culturais de cada região do estado, e você, como professor(a) de história, foi selecionado(a) para atuar na sua região para o desenvolvimento desse projeto. Em conjunto com os professores das outras áreas selecionadas, a proposta é que sejam elencados os procedimentos a serem realizados para definir um ou mais elementos ou referências culturais que devem compor o patrimônio cultural de sua região. Após a definição dos procedimentos, deve ser elaborada uma justificativa demonstrando porque a referência escolhida deve compor esse patrimônio regional e ser reconhecida como elemento importante na composição social daquela região.

Para iniciar o processo de reconhecimento do patrimônio histórico da região, é preciso conhecer sua história. Então, o primeiro procedimento seria um levantamento bibliográfico de todas as produções historiográficas sobre a região. A partir da análise do contexto histórico, você já terá condições de perceber elementos que constituem a história de sua região.

Em um segundo momento, já de posse de informações importantes sobre a história da região, seria interessante elencar os principais eventos culturais ou "lugares de memória" e escrever uma espécie de roteiro contendo perguntas que poderiam ser respondidas por moradores de sua região a partir de entrevistas orais. Esse roteiro deve levar em consideração os elementos analisados sobre o contexto histórico da região e o objetivo da realização das entrevistas, que seria a identificação de elementos constitutivos da memória regional.

Após o desenvolvimento de um roteiro de entrevistas, o próximo passo seria a seleção dos entrevistados, que são os sujeitos que poderiam representar os diferentes grupos que compõem a região, e pensar qual é a logística para a realização das

entrevistas e sua posterior transcrição (processo que registra de forma escrita as entrevistas orais).

Com a pesquisa historiográfica e por conhecer sua região, você já terá alguns elementos que podem ser indicados como constituintes da memória da região e que deveriam compor o patrimônio histórico, mas essa confirmação somente se daria após a realização das entrevistas e a análise delas. Sendo assim, nesse primeiro estágio da realização do projeto, você deve dar sequência buscando justificar a possível escolha dos elementos culturais levantados na pesquisa e que compõem as questões da entrevista. A justificativa deve mostrar a relevância dos elementos culturais para a história da região, para a construção de uma memória comum e para a formação de uma identidade regional, além de mostrar por que esse elemento se apresenta como um fator de reconhecimento comum entre os sujeitos, capaz de gerar um sentimento de pertencimento.

Assim, você já terá delineado todo o processo de desenvolvimento do projeto proposto pela Secretaria de Cultura de sua região, apresentando os passos ou procedimentos de realização; realizando a pesquisa na historiografia; desenvolvendo o roteiro de entrevista a ser realizada com alguns dos sujeitos que compõem a região; e já desenhando a justificativa para a possível escolha dos elementos culturais que devem compor o patrimônio histórico da região.

## Avançando na prática

### Identidade e história regional

### Descrição da situação-problema

Suponhamos que você lecione para o terceiro ano do ensino médio em um colégio público de sua cidade. Como proposta de trabalho com projetos, você e os demais professores de história da instituição sentem a necessidade de trabalhar com a questão da identidade regional.

Para iniciar os trabalhos, é preciso apresentar para os alunos os conceitos de memória e de identidade e também mostrar a relação entre a construção da memória e a construção das identidades dos indivíduos e dos grupos. Após essa introdução, você poderá expor aos alunos o que deve ser desenvolvido para a realização do projeto proposto.

Seguem algumas questões que podem auxiliar na construção de uma proposta de trabalho com os alunos:

- Quais elementos de nossa história são significativos na memória das pessoas de nossa região?

- Como esses elementos contribuíram para o reconhecimento de experiências comuns entre os indivíduos?

- De que maneira é perceptível o reconhecimento desses elementos do passado e o decorrente sentimento de pertença que geraram nos indivíduos e/ou grupos?

### Resolução da situação-problema

Para resolver essa nova situação-problema apresentada a você, é preciso recorrer ao referencial teórico trabalhado nesta seção, identificando os conceitos e sua importância para compreender a história regional, além de elementos que mostrem as especificidades da história regional e a construção de uma memória sobre a região, bem como a identidade dos indivíduos e grupos.

Um segundo passo deve retomar os conteúdos apresentados a você na Unidade 1 deste material, que trata da metodologia da história oral. A partir dela você poderá direcionar os alunos à realização de entrevistas utilizando um roteiro estruturado, levando-os a construir/analisar a história de sua região e, ao mesmo tempo, possibilitando que eles possam se reconhecer como sujeitos históricos e integrantes desse processo.

Assim, ao unir o referencial teórico que fundamenta a análise histórica e nos apresenta os elementos constitutivos da memória e da identidade como os objetivos próprios do ensino de história, inserimos os alunos no processo de construção do conhecimento histórico escolar, favorecendo e incentivando o desenvolvimento da pesquisa. E, concomitantemente, provocamos um processo de (re)construção da memória e das identidades, pois evocamos o passado a partir das questões que regem o presente, dando ao passado uma nova significação.

## Faça valer a pena

**1.** À história estão intimamente conectados dois progressos essenciais: a definição de pontos de partida cronológicos (fundação de Roma, era cristã, hégira, e assim por diante) e a busca de uma periodização, a criação de unidades iguais, mensuráveis, de tempo: dia de vinte e quatro horas, século, etc. (LE GOFF, 1990, p. 13).

A partir do fragmento acima, considere as afirmativas a seguir:

I. Espaço e tempo são categorias dissociáveis que não se integram aos conceitos de história e memória, posto que a historiografia e a lembrança individual são autônomas e não precisam vincular-se a esses termos.

II. O tempo é uma categoria fundamental para a compreensão da

história e para a análise da memória, posto que apresenta a datação dos fatos e acontecimentos.

III. O espaço, assim como o tempo, também é essencial para a análise histórica, pois o espaço representa o lugar no qual a dinâmica histórica acontece; e o tempo refere-se ao momento quando aconteceu.

A partir da análise das afirmativas, assinale a alternativa correta:

a) Apenas I está correta.

b) Apenas II está correta.

c) Apenas III está correta.

d) I e II estão corretas.

e) II e III estão corretas.

**2.** Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p. 7).

Sobre o conceito de lugares de memória, assinale a afirmativa correta:

a) Lugares de memória são os espaços criados pelos indivíduos para realizar a reflexão sobre o passado, resumido à sucessão de eventos dissociados entre si.

b) Lugares de memória é o conceito que reflete a dinâmica da memória-hábito, que se torna corriqueira entre os indivíduos, mas precisa ser rememorada constantemente.

c) Lugares de memória são os vestígios da memória, espaços destinados ao armazenamento de registros, os arquivos, os lugares para guardar a história.

d) Lugares de memória estão relacionados com o uso do passado para a promoção de um ideal de ser humano, de outras temporalidades, sem relação com o presente.

e) Lugares de memória são o fio condutor para o presente, situando o indivíduo na história relevante para a evolução humana.

**3.** O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Sua origem remete à filosofia e à psicologia, mas, hoje, a antropologia tem sido uma das ciências mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área interdisciplinar conhecida como estudos culturais – um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais – também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação. Nesse contexto, a noção de identidade gerou muitos conceitos diferentes: identidade nacional, identidade étnica e identidade social, cada um deles com uma gama de significados e métodos de análise próprios (SILVA; SILVA, 2009).

Sobre o conceito de identidade, considere V para verdadeiro e F para falso:

1. A relação entre a história e a memória contribui para a (re)construção das memórias regionais e nacionais e, também, para a (des)construção de identidades.

2. A identidade do indivíduo é única e imutável, desde o nascimento até o fim da vida, o sujeito permanece com suas características identitárias.

3. Por meio do reconhecimento ou do não reconhecimento no outro, o indivíduo encontra-se a si mesmo, decorrendo o processo de identificação.

4. O processo identitário perpassa a construção das memórias dos indivíduos, que devem reconhecer a ausência da memória coletiva em suas lembranças.

A partir da análise das afirmativas anteriores, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, considerando V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas.

a) 1-V; 2-V; 3-F; 4-F.

b) 1-V; 2-F; 3-V; 4-F.

c) 1-F; 2-F; 3-V; 4-V.

d) 1-F; 2-V; 3-V; 4-F.

e) 1-V; 2-V; 3-V; 4-V.

# Seção 3.2

## A formação da memória social

### Diálogo aberto

Caro(a) aluno(a), conforme apresentamos no início da unidade, temos a seguinte situação: em seu estado, a Secretaria de Cultura propôs um concurso com o objetivo de resgatar as raízes culturais de cada região que o compõe. No referido concurso, as regiões devem apresentar uma ou mais referências culturais e mostrar como esse elemento faz parte da memória e contribui na construção da identidade daquela sociedade. A promoção do concurso e a mobilização da sociedade para a participação e contribuição ficaram a cargo de uma equipe de professores das áreas de história, geografia, sociologia e artes. Esses professores foram selecionados pelo estado e cada grupo é representante de uma das diferentes regiões.

Ainda como componente da equipe responsável pelo desenvolvimento desse projeto em sua região, você, como professor de história, deverá utilizar a história do cotidiano para analisar as especificidades de sua região e relacionar essa análise com o conceito de memória social. Para exemplificar a situação de sua região, você deverá realizar um recorte temporal e espacial e a análise de um elemento cultural que faz parte do cotidiano dos sujeitos.

É importante que você relembre que os procedimentos para realização do projeto já foram elencados, assim como a justificativa para que o elemento escolhido faça parte do patrimônio cultural de sua região. Sendo assim, a análise ou o levantamento da história do cotidiano em sua região poderá contribuir significativamente para a percepção da influência desse patrimônio na vivência dos sujeitos e, ao relacionar essa análise com o conceito de memória social, poderá apresentar os mecanismos de reprodução e preservação desse patrimônio.

A partir dessa proposta de atividade, seguem alguns questionamentos para que você possa refletir: de que maneira a história do cotidiano pode contribuir para pensar a memória social? Qual é a relação entre a história do cotidiano local com a história global? Como podemos realizar uma análise local e inseri-la no contexto mais amplo, nacional, por exemplo?

Aproveite os conceitos apresentados nesta seção para desenvolver essa atividade e não esqueça de acessar todos os materiais indicados para auxiliar na compreensão deles.

## Não pode faltar

### Memória individual e memória coletiva

“A memória social, produto do entrecruzamento de diversas disciplinas, não constitui um território unívoco, mas um território polissêmico” (GONDAR, 2008).

Na seção anterior, trabalhamos o conceito de memória, mas, agora, vamos aprofundar um pouco mais discutindo a formação da memória social. Para compreender o que é a memória social, é preciso abordar o que é a memória individual e coletiva, assim conseguimos compreender as diferenças que existem entre elas.

De acordo com Maurice Halbwachs (1990), o caráter espontâneo da memória é excepcional, pois a lembrança não é um retorno ao passado ou um reviver, mas um trabalho de reconstrução desse passado a partir das preocupações e ideias atuais. O inconsciente dos indivíduos é o lugar onde se concentraria o passado “tal como aconteceu”, e a lembrança seria a reconstrução desse passado a partir da consciência mais recente do sujeito.

Halbwachs afirma que essas memórias são coletivas, pois são apresentadas à consciência dos sujeitos por outros sujeitos, pois “mesmo que trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós." (1990, p. 27).

Segundo esse autor, ainda que os sujeitos se desloquem de um grupo para outro, cada um apresentará um ponto de vista sobre uma mesma realidade. Por vivermos em sociedade, incorporamos as lembranças uns dos outros, e são os grupos que nos auxiliam no processo de reconstrução da memória.

De acordo com essa constatação, a memória precisa ser evocada, “é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças” (HALBWACHS, 1990, p. 10).

Para exemplificar, Halbwachs apresenta uma análise das memórias da infância, e salienta que a maioria das lembranças é proveniente da memória familiar, ou seja, daquilo que é lembrado pelos familiares, que, ao contar, a partir de conversas, forma a memória dos indivíduos sobre determinados fatos e acontecimentos do passado. As lembranças passam a fazer sentido porque apresentam elementos próprios da realidade, evocam sentimentos comuns e se fundem ao sujeito a partir dos diferentes pontos de vista que retratam o conjunto do fato lembrado. A memória não é do indivíduo, mas faz parte dele a partir do reconhecimento.

Esse exemplo, que parte da memória da infância, faz-nos refletir sobre a dinâmica de construção dessa memória em nossa relação constante com os outros, com os grupos e com a sociedade de um modo geral. As lembranças que parecem ser somente nossas são, na realidade, construídas coletivamente. Ainda segundo Halbwachs, a memória individual seria um ponto de vista sobre a memória coletiva, e seria ainda fácil afirmar que a lembrança do grupo preenche um espaço significativo em nossas lembranças devido à confiabilidade das lembranças, que podem ser comprovadas e até complementadas pelos demais, sem gerar dúvidas, pois os outros vivenciaram também, e reforçam detalhes e aspectos que podem não ter sido percebidos pelo sujeito naquele momento do fato, ou mesmo, *a posteriori.*

> [...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Dessa maneira, a base da memória do sujeito ou a memória individual é a memória coletiva, pois dá consistência às lembranças, reforçam-nas e, até mesmo, as completam. Ecléa Bosi (1994) também reforça essa percepção apresentada por Halbwachs ao discorrer sobre a atividade mnêmica como regida pela função social que o indivíduo exerce no momento atual. Ou seja, a construção da memória está diretamente relacionada ao papel do indivíduo na sociedade.

### A memória social

Retornando à frase apresentada inicialmente de Jô Gondar, a memória social é um território polissêmico por ser decorrente do entrecruzamento de diversas disciplinas. E, nesse sentido, a distinção entre memória individual, memória coletiva e memória social é problemática, pois comportaria diversos sentidos, de acordo com a disciplina ou o estudioso que dela se ocupe. Como nosso campo de conhecimento é a história, vamos focar os historiadores que a definem ou os autores que estão mais próximos do nosso campo.

De acordo com Jacques Le Goff (1990), a designação da memória coletiva é relacionada aos povos ágrafos, e o significado da memória social estaria relacionado aos povos com a escrita. Esses povos teriam os registros escritos como testemunhas e, por isso, têm a possibilidade de construir sua história.

Disso, podemos identificar que Le Goff apresenta a memória social como a possibilidade de construir sua própria história, fazer um registro do passado e construir uma memória comum, que seria amplamente divulgada e aceita socialmente.

Sobre o conceito de memória social, o antropólogo Donizete Rodrigues apresenta que a antropologia cultural:

> **[...] procura entender como as sociedades, dos primórdios até hoje e em diferentes regiões do mundo, produzem, reproduzem e materializam o saber, isto é, como as diferentes sociedades formam e transmitem o seu conhecimento acumulado ao longo dos tempos. Dito de outra forma, como elas formam e transmitem a sua memória social. (RODRIGUES, 2012, p. 4)**

Segundo esse estudioso, é a forma como as sociedades acumulam e transmitem o seu conhecimento, os costumes e as tradições que consiste em sua memória social. Assim, podemos inferir que a memória social é o esforço coletivo de construção de uma história, e disso decorre uma série de disputas e influências.

Rodrigues afirma que as escolas históricas e sociológicas francesas foram importantes para a análise antropológica da memória social. E, ainda, aponta que "a historiografia de Philippe Ariès e Pierre Nora defende que a cultural popular, a história da vida familiar e a religiosidade são elementos importantes na construção social da memória" (sic) (2012, p. 4-5).

Ou seja, as disputas que envolvem a construção da memória estão relacionadas aos aspectos culturais e cotidianos da vida dos sujeitos, elementos que compõem suas vivências e que, de certa forma, apresentam características que são significativas para a formação de uma memória.

Da mesma forma, a memória social é seletiva e está relacionada aos jogos de poder, às influências e à busca pela construção de uma memória que privilegie e ignore alguns aspectos do passado.

Na apresentação de Donizete Rodrigues (2012), assim como em outras definições, a memória social aparece como a memória coletiva e, aparentemente, existe uma linha tênue que as separa. Se a memória coletiva é a forma de memória de um grupo ou sociedade, a memória social também, mas essa aparece como um registro, seja a partir da história ou da definição de um patrimônio histórico, algo que traga essa memória que a apresente como algo concreto e já definido e, por isso, contempla um âmbito maior.

## Assimile

Sobre a história como memória social, atente para a citação apresentada a seguir:

> A visão tradicional da relação entre a História e a Memória é relativamente simples. A função do historiador é ser um "lembrador", um guardião da Memória dos acontecimentos públicos, postos por escrito em benefício dos seus atores, para lhes dar fama, e também para benefício da posteridade que poderá, assim, aprender com o seu exemplo. A História, como escreveu Cícero numa passagem que tem sido repetidas vezes citadas a partir desse momento, é "a vida da memória" (vitae memoriae). Historiadores tão diversos quanto Heródoto, Froissart e Lord Clarendon afirmaram escrever para manter viva a Memória de grandes feitos e de grandes acontecimentos. Dois historiadores bizantinos defenderam longamente este ponto de vista nos seus prólogos, utilizando as metáforas tradicionais do tempo visto como um rio e das ações apresentadas como textos que podem ser apagados. (BURKE, 2006)

Assim, memória social, conforme apontou Le Goff, é decorrente da escrita, dos registros do passado e, por isso, a história pode ser considerada uma memória social, pois sistematiza uma memória do passado, registra-a e, ao tornar-se aceita socialmente, integra o grupo ou a sociedade.

Retornando à definição delineada por Le Goff, a memória coletiva viria da tradição oral e, ao ser registrada, forma um documento, solidifica-se enquanto uma memória social. A história, nessa definição, caracterizaria uma memória social, pois é uma memória sobre o passado registrada em diferentes documentos, principalmente os escritos.

E ainda segundo Rodrigues (2012), os objetos da cultura, tanto os materiais – como os visíveis – quanto os imateriais – como ideias, comportamentos e religião – são reproduzidos e preservados pela chamada memória social. Nesse sentido, ao reproduzir e/ou preservar o passado presente na cultura material e imaterial, a sociedade e/ou os grupos estão construindo a memória social, e essa construção está intimamente relacionada com a formação das identidades, a qual está na base dessa construção.

### Pesquise mais

Para aprofundar os conteúdos relacionados aos temas apresentados nessa seção, sugiro que você assista ao vídeo:

RAFAEL BORGES. **Paisagem e memória: identidade coletiva e memória social**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I2eddBgv0WE>. Acesso em: 27 nov. 2016.

## A história do cotidiano

A construção da história no século XIX até o início do século XX contribuiu para a presença de lacunas e esquecimentos. Isso se deu pelo fato de que a história tradicional – dita positivista – preocupava-se com a história factual, linear, das grandes personalidades políticas e dos heróis nacionais, deixando de contemplar a história das pessoas comuns, do homem ordinário.

Os estudos historiográficos desenvolvidos posteriormente pelos Annales trouxe consideráveis mudanças a essa perspectiva sobre a história. Conforme a própria definição proposta por Marc Bloch, a história é o estudo do homem no tempo, que lançava luz sobre uma visão engessada, que excluía da construção da história a maioria das pessoas.

Conforme você pôde observar na primeira seção desta unidade, as categorias de tempo e espaço são fundamentais para compreender a dinâmica histórica, pois a história tem como foco o processo, as rupturas, transformações e permanências que acontecem por ação do homem no espaço e no tempo. Devido a essa constatação, existem longos debates que envolvem o campo da historiografia sobre o fazer história e sobre a possibilidade de construir uma história do cotidiano.

### Reflita

A partir dos conteúdos estudados até o momento, sugerimos algumas questões para que você reflita:

- Seria possível construir uma história do cotidiano?

- Qual é a relação entre memória social e cotidiano?

Sobre a definição de cotidiano, a resposta das ciências não se distancia muito do senso comum. De acordo com George Duby (2009), em seu prefácio da coletânea História da vida privada, a vida cotidiana está ligada aos usos e costumes, dessa maneira, estaria relacionada aos aspectos comuns, corriqueiros da vida dos sujeitos.

Sobre a visão de Duby, Ismael Tinoco (2014, p. 324) ressalta que "a não historicidade

do cotidiano se instaura na visão dicotômica do processo histórico da temporalidade, onde a acumulação, apropriação e transformação opõem-se a reprodução e a permanência das ações humanas". E disso decorre a questão apontada anteriormente: se história é processo, como fazer uma história do cotidiano?

Le Goff (1992) lança luz sobre essas indagações ao apresentar a interdisciplinaridade como uma metodologia para a abordagem da história do cotidiano, ou seja, buscar elementos das outras ciências sociais para a construção dessa história, por exemplo, a antropologia, com os estudos etnográficos, e também a arqueologia, com o estudo dos objetos da cultura material.

A vertente da história cultural tem contribuído significativamente para essa análise da história por realizar a microanálise, ou seja, a diminuição da escala e de recorte, que favorece a percepção mais aprofundada que "valorizam sujeitos como indivíduos, famílias, comunidades que sofrem e enfrentam os condicionamentos do processo histórico mais amplo" (BRASIL, 2008, p. 51).

Porém, a resposta para a possibilidade de historicidade do cotidiano, de acordo com Tinoco, é oferecida por Fernand Braudel:

> **[...] entendendo o tempo histórico tripartido: em um viés geográfico (imóvel), social (quase imóvel) e um tempo do indivíduo (fugaz). Utilizando como plano de fundo a história econômica, ele investiga o cotidiano dos séculos XV- XVIII em uma sociedade pré-capitalista. (TINOCO, 2014, p. 327)**

Assim, a história do cotidiano possibilita a compreensão das práticas culturais, dos costumes e das tradições e está relacionada aos aspectos corriqueiros da vivência humana, que são observáveis a partir da redução da escala de análise: quanto maior o recorte da análise, mais profundamente o estudioso poderá construir para a história do cotidiano.

### Exemplificando

**Cotidiano**: "É comum o cotidiano ser entendido como o dia a dia, como algo que envolve monotonia e repetição. Entretanto, cotidiano é mais do que o dia a dia e, além disso, ele pode também ser o lugar da mudança." (SILVA; SILVA, 2009, p. 75)

Para aprofundar os conceitos aqui abordados, indico a leitura do verbete cotidiano, no dicionário de conceitos históricos, de Kalina Vanderlei Silva

e Maciel Henrique Silva (p. 75-78). Disponível em: <https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

**Memória social**: "Devido a polissemia do conceito, a própria distinção entre memória individual, coletiva e social se torna um problema." (GONDAR, 2008, s/p.)

Para aprofundar o conceito aqui abordado, indico a leitura do texto de Jô Gondar, *Memória individual, memória coletiva, memória social*. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

**Pesquise mais**

Para buscar novos conteúdos relacionados aos temas apresentados nessa seção, sugerimos a leitura do artigo:

TORINO, I. H. C. A memória social e a construção da identidade cultural: Diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las ciencias sociales**, dez. 2013. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.

## Sem medo de errar

Para solucionar a atividade proposta no item *Diálogo aberto*, você deverá levar em consideração a abordagem realizada nesta seção, que traz aspectos importantes que compõem o conceito de cotidiano e as possibilidades de construir uma história do cotidiano. Lembre-se de que essa vertente trabalha com a história dos hábitos e costumes que envolvem os sujeitos e, por isso, as fontes de estudo do historiador devem estar relacionadas ao seu objeto de estudo. A pesquisa do cotidiano somente pode ser realizada com vestígios do cotidiano dos indivíduos ou grupos.

Você deverá utilizar o **métier do historiador**, isto é, desenvolver um estudo a partir da metodologia específica relacionada à construção da história para pensar a história de sua região numa escala reduzida. Para isso, realize um recorte temporal e espacial para ampliar e aprofundar a possibilidade de análise. Conforme já abordamos na primeira seção, as categorias de tempo e espaço são essenciais para definir um tema histórico. Para realizar uma pesquisa historiográfica, é preciso responder às questões: o quê? (objeto de estudo); quando? (tempo); onde? (espaço).

É importante destacar que, quanto mais reduzido for o objeto de análise, mais profundamente você conseguirá estudá-lo. Por isso, realize o recorte espaço-temporal de forma reduzida.

O enfoque desse estudo deve estar relacionado aos aspectos culturais, próprios do cotidiano de sua localidade. Para realizar essa ação, você pode fazer uso, também, da história oral como metodologia para a produção de fontes para a pesquisa, além de fotografias, cartas e objetos da cultura material de um modo geral que possam auxiliar na construção dessa história.

Essa pequena investigação deve estar relacionada à proposta da situação apresentada no início da unidade, por isso, é importante refletir sobre a formação do patrimônio cultural da região e sua influência sobre aquele recorte realizado por você para o estudo.

## Avançando na prática

### História do nosso cotidiano

### Descrição da situação-problema

Para avançar na prática, você, como professor de história de um colégio de ensino médio, seguindo a proposta das diretrizes curriculares de seu estado e os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino de história, deverá propor um projeto para o estudo da história do cotidiano com os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio.

Esse projeto deverá partir da realidade dos alunos e da prática cotidiana deles e de suas famílias. Além do tema que será estudado, o projeto deverá conter os tipos de fontes que serão estudadas; a justificativa da relevância do tema para o aprendizado dos alunos e a formação da consciência histórica; a metodologia de trabalho, ou seja, o passo a passo do estudo, como você mediará as atividades junto aos alunos; e os objetivos, o que você pretende que os alunos aprendam e o que eles devem alcançar com essa atividade.

Aproveite as discussões sobre a história do cotidiano e sobre a memória social e construa um projeto de ensino voltado para essa temática.

### Resolução da situação-problema

Para desenvolver esse tipo de trabalho, é necessário envolver toda a comunidade escolar. Um bom exemplo é pensar essa atividade a partir dos objetos da cultura material, pois, a partir do estudo de objetos antigos, é possível construir, junto aos alunos, uma história das práticas diárias, uma história do cotidiano. Mobilize os alunos e pais a trazerem à escola objetos antigos como ferramentas de trabalho, ferros de passar, moedores de carne, moedores de café, escovão, entre outros, e a partir desses

objetos (vestígios do passado) os alunos devem pensar o contexto que envolvia as vivências de seus antepassados.

Além de tornarem-se agentes no processo de construção do conhecimento histórico escolar, essa atividade pode proporcionar aos alunos a compreensão de si como sujeitos históricos.

## Faça valer a pena

**1.** Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. (HALBWACHS, 1990, p. 32)

A partir do trecho acima, sobre a memória do indivíduo, de acordo com Halbwachs, assinale a alternativa correta:

a) Um depoimento sobre um evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito algum vestígio do referido evento.

b) Um acontecimento pode ser lembrado ainda que não haja testemunho ou recordação do mesmo no indivíduo.

c) Um evento histórico pode ser rememorado por qualquer indivíduo, mesmo sem sua participação, desde que exista um depoimento sobre o mesmo.

d) A história é responsável por inserir memória ou mesmo lembranças de fatos não vividos no espírito dos indivíduos.

e) A lembrança pode ser construída por meio da inserção de uma narrativa coerente, ainda que não reste vestígio do acontecimento no indivíduo.

**2.** Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 39)

A partir desse trecho podemos concluir que:

a) Não existe memória individual, somente memória coletiva, o indivíduo não possui lembranças próprias.

b) Somente dessa maneira podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

c) O reconhecimento do passado ocorre individualmente e sem relação com os outros indivíduos ou acontecimentos.

d) A memória é fragmentada e ocasional, independe de um trabalho de rememoração ou evocação, é tarefa simples.

e) A reconstrução do passado somente acontece quando o indivíduo transporta-se mentalmente para o passado e o reviva.

**3.** Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de [------] quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 1990, p. 41)

A partir da leitura do trecho acima, assinale a alternativa que apresenta o termo correto para completar a lacuna:

a) Memória individual

b) Lembrança

c) Memória coletiva

d) Identidade

e) Esquecimento

# Seção 3.3

## Memória, esquecimento e silêncio

### Diálogo aberto

Caro(a) aluno(a), conforme apresentamos no início da unidade, temos a seguinte situação: na unidade federativa em que você reside, a Secretaria de Cultura propôs um concurso com o objetivo de resgatar as raízes culturais de cada região que a compõe. No referido concurso, as regiões devem apresentar uma ou mais referências culturais e mostrar como elas fazem parte da memória e contribuem na construção da identidade daquela sociedade. A promoção do concurso e a mobilização da sociedade para a participação e contribuição ficaram a cargo de uma equipe de professores das áreas de história, geografia, sociologia e artes. Esses professores foram selecionados pelo estado, e cada grupo é representante de uma das diferentes regiões.

Como atividade desta seção, você, ainda como componente da equipe de professores responsável por esse projeto, imagina que deveria selecionar duas ou três pessoas idosas de sua localidade, que tenham vivido na região desde longa data, e entrevistá-los tendo como pergunta única uma questão relacionada à referência cultural de sua região. Nessa hipotética situação, sua tarefa seria elaborar essa entrevista e refletir sobre os possíveis problemas que poderia encontrar nesse processo de entrevista; como as narrativas seriam construídas; e quais elementos poderiam ser considerados nessa atividade (relacionada à referência cultural da região).

Para auxiliar na reflexão sobre a atividade, seguem alguns questionamentos:

- Qual(is) questão(ões) seria(m) importante(s) para alcançar o objetivo da tarefa?

- Como você poderia realizar a análise das narrativas apresentadas?

- Como identificar a relação entre referência cultural da região e a construção da narrativa?

## Não pode faltar

### A relação entre narrar e a construção da memória

Na seção anterior, abordamos a formação da memória social e também a história do cotidiano. Agora, para fechar a discussão sobre história, memória e identidade, vamos abordar aspectos sobre a narrativa e sua relação com a construção da memória e sobre os silêncios e esquecimentos.

> São as vozes do passado atualizadas no presente que presenteiam o futuro com a fonte essencial da vida: a memória. Os documentos orais, tais quais os lugares da memória, como assim os denominou Pierre Nora (1984), são bastiões das lembranças, já que nascem do sentimento de que não há memória espontânea. (DELGADO, 2006, p. 46)

O ato de narrar, seja a partir da história ou da memória coletiva ou individual, é essencial para a construção, transmissão e reprodução da memória. As narrativas são capazes de preservar o passado, livrá-lo do esquecimento, transportá-lo para o presente e fazer sua reformulação e reconstrução. O trabalho de evocação das lembranças traz o esforço da reconstrução da história, decorrente da experiência de vida do indivíduo durante esse processo. O ato de relembrar o passado traz em si a tentativa de compreendê-lo, e esse trajeto é permeado pelas preocupações atuais do sujeito. O sujeito que lembra o faz a partir de seu contexto atual, das suas vivências, então, ele olhará para o passado buscando dar significado a essa trajetória, refletindo e buscando entender.

Todo esse esforço de rememoração faz com que o indivíduo perceba as similitudes e particularidades, compreenda-se enquanto parte de um grupo e, ao mesmo tempo, identifique suas especificidades, aquilo que o diferencia dos outros.

Nesse sentido, a narrativa está intimamente relacionada ao processo de construção da memória sobre o passado. É necessário que o indivíduo encontre uma lógica, uma sequência dos acontecimentos que possa fazer sentido e apresentar uma compreensão sobre o passado. O exercício da narrativa faz o indivíduo repensar ou mesmo trazer um novo olhar para o passado, um olhar atualizado com as questões do presente. Conforme nos aponta Ecléa Bosi sobre o trabalho de coleta dos depoimentos:

> Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito. (BOSI, 1994, p. 39)

Uma lembrança puxa outra, por isso, a narrativa tem papel significativo na (re) construção da memória. A coleta de depoimentos, parte importante da metodologia da história oral, é capaz, ao mesmo tempo, de captar essa memória e propiciar o surgimento de novas conexões nessa memória, resultando em novas compreensões sobre o passado.

Bosi (1994) afirma que a construção social da memória é decorrente de um intenso esforço conjunto, no qual o grupo é capaz de criar modos coerentes de narração e de interpretação dos fatos, o que ela chama de verdadeiros "universos do discurso" e de significados, apresentando um conjunto de informações de base, que traz uma história própria, o que seria uma versão consagrada dos acontecimentos. Dessa forma, a narrativa dentro dos grupos possibilita a coerência, uma compreensão em conjunto desse passado, trazendo um discurso mais unificado e aceito pelo grupo. O que, por sua vez, contribui para o reforço ou a construção das identidades, devido ao processo de reconhecimento e do sentimento de pertença que decorre disso.

É interessante observar que, a partir dessa narração conjunta ou conversas dos grupos, Bosi afirma que "os fatos que não foram testemunhados 'perdem-se', 'omitem-se', porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente" (1994, p. 61). Assim, tudo o que foge ao contexto atual do referido grupo é deixado de lado, é excluído da memória.

São os fatos comentados, ou seja, narrados, que permanecem na memória dos integrantes de um grupo, e ainda que alguns pontos de vista prevaleçam entre uma narrativa e outra, a base da memória permanece comum, pois foi construída de forma coletiva.

**Assimile**

O tema narrativa e história é objeto de um debate na historiografia contemporânea em relação ao qual as ciências sociais não deveriam estar desatentas: seja diante das questões envolvidas nas reconstruções históricas da sociedade, isto é, diante dos modos de percepção ou representação dos seus tempos históricos, seja diante da forma que a escrita de uma história a ser reconstruída pode tomar (CARDOSO, 2000).

A narrativa é o ato de narrar, expor um ou vários acontecimentos que tenham uma conexão, sejam eles reais ou imaginários, a partir do uso de palavras ou de imagens. Nesse sentido, tanto a história, produto do historiador, como o relato oral da memória, constituem-se em narrativas. Uma forma de refletir e pensar sobre o passado, um trabalho de organização das ideias para que tenham um sentido, apresentem uma significação.

## A importância do silêncio como parte da narrativa

"Saber esquecer é uma sorte mais que uma arte. As coisas que gostaríamos de esquecer são aquelas de que melhor nos recordamos" (GRACIÁN apud ROSSI, 2010).

Outro aspecto importante sobre a memória é o silêncio. De acordo com Michael Pollak (1989), os silêncios podem ser considerados como mecanismos de sobrevivência. Ao discorrer sobre o processo de reescrita da história da União Soviética, isso fica bem latente. A mudança de perspectiva sobre o líder Stalin revelou que existia uma memória sobre as perversidades do governo dessa personalidade, e que essa memória foi repassada às gerações que se seguiram. Pollak (1989) afirma que eram memórias subterrâneas, pois o medo de serem punidos impedia que o assunto fosse abordado abertamente.

**Reflita**

- Por que o silêncio é parte integrante da narrativa?

- Qual é a importância do silêncio para a compreensão do passado e do presente?

- Como é possível identificar os silêncios?

Ao abordar a situação dos judeus após a Segunda Guerra Mundial, Pollak aponta o silêncio como a necessidade de criar um *modus vivendi*. Os judeus teriam buscado no silêncio sobre os sofrimentos impostos pela guerra e pelo holocausto uma forma de proteção, por não motivar um sentimento de culpa.

Nesse sentido, o silêncio não denota esquecimento, mas, antes, pode ser considerado uma estratégia de sobrevivência. O silêncio é aquilo que não pode ser dito, é algo que está na memória, porém não é comentado, seja por medo, por vergonha ou por interesses diversos. Assim, podemos dizer que uma história oficial encobre as memórias até que elas possam ressurgir e trazer à tona todas as lembranças daquele passado, possibilitando uma revisão e reconstrução da história.

O que não é dito, as omissões, devem ser consideradas tanto quanto aquilo que é transmitido pelos relatos. O silêncio também tem suas significações e pode possibilitar

outro olhar sobre o passado, uma nova perspectiva sobre os fatos, lançando as dúvidas e mostrando as incertezas.

E aqui retomamos o que nos apresentou Michael Pollak sobre a questão do enquadramento da memória, esse trabalho disciplinador dela. A memória coletiva não pode ser construída de forma arbitrária, mas ser plausível, justificável. A história é responsável por fornecer subsídios para esse trabalho de enquadramento, sendo interpretada e combinada a elementos próprios da memória do grupo. As disputas que se concentram no tempo presente promovem um constante trabalho de reinterpretação do passado. Entretanto, essa reinterpretação precisa estar coerente com os discursos já existentes, assim, as mudanças não serão bruscas, sob o risco de incitar tensões difíceis de dominar.

Dessa forma, a coesão interna é extremamente necessária para o surgimento do sentimento de pertença, o reconhecimento do "eu" e do grupo ao qual esse "eu" faz parte. Os historiadores, segundo Pollak, seriam os responsáveis por esse trabalho de enquadramento.

**Exemplificando**

Os silêncios da memória, geralmente, estão relacionados a momentos traumáticos da história, como Pollak apresenta, na questão das atrocidades do governo stalinista ou do holocausto judeu. Silêncio é diferente de esquecimento. O primeiro é intencional, seja por vergonha ou medo; o segundo pode ser inconsciente e está relacionado à ausência ou perda da identificação com o fato/acontecimento olvido.

O silêncio pode ser quebrado a partir do momento em que passa a existir uma segurança maior, perde-se o medo ou não existem mais as condições que antes levavam a esse medo.

### A relação da memória com o esquecimento

Como abordamos o conceito de mnemósine na Seção 3.1, outro elemento interessante da mitologia grega, conforme citado por Le Goff (1992), era Lethe ou Lete, a fonte do esquecimento, ou o rio do esquecimento. Quem bebia de suas águas esquecia de tudo que havia vivido. Na *Divina Comédia*, obra de Dante Alighieri escrita no século XIV, quando Dante bebe das águas do Lethe, sua memória é apagada, assim como seus pecados, e é como se houvesse um renascimento. Algumas fontes mostram a relação antagônica e complementar entre mnemósine e Lethe. Antagônica por terem funções opostas, mas complementares por exercerem funções necessárias para os seres humanos, para o recomeço e a busca da compreensão. A necessária remissão das faltas pelo esquecimento, e a memória para a imortalidade.

> A memória aparece então como um dom para iniciados, e a anamnesis, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano das doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no letes, mas, ao contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade. (LE GOFF, 1992, p. 434)

*Forgive and Forget*, perdoar e esquecer, assim como nos ensinamentos de Jesus; esquecer é necessário para seguir em frente, ter perspectiva de futuro. Esquecemos que somos mortais para seguir com a vida e não entrar em depressão, esquecemos da fragilidade. Esquecer é um exercício relacionado a estratégias de sobrevivência. A memória e o esquecimento criam recursos e subterfúgios, desvios, apagam da memória e afirmam pela negação. O esquecimento pode ser consciente ou inconsciente, mas pode ser considerado um mecanismo de defesa, conforme nos aponta Paolo Rossi:

> O entrelaçamento entre memória e história é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e irreparáveis e transformações radicais. Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto a que diz respeito ao futuro. (ROSSI, 2010, p. 25)

Rossi aponta que temos tanto a necessidade de passado como a de futuro, o que tem relação com as utopias e distopias. Quando as preocupações com o presente nos fazem olhar o passado e identificar saídas ou possibilidades de avanço, temos, em geral, as utopias, a perspectiva de um futuro promissor; mas se, ao contrário, olhamos para o passado com pesar e esse mesmo passado nos indica retrocessos no momento presente, não é possível enxergar boas perspectivas de futuro, o que nos leva às distopias.

David Lowenthal (1989) traz a ideia de que a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido. Por sua subjetividade, é ao mesmo tempo dúbia e segura, é um guia para o passado, um transmissor de experiência. A memória seria, nesse sentido, um processo, a leitura do passado no presente e um projeto de futuro.

Disso decorre a negação de um passado ou a busca do esquecimento: *never more*, nunca mais. Esse processo é frequente após guerras, tanto para os envolvidos diretamente como para os indiretamente relacionados ao evento. As marcas dos

conflitos permanecem nos sobreviventes, o esquecimento é um passo na busca de uma proposta de futuro, uma estratégia.

A própria ideia de anistia nada mais é do que o esquecimento institucionalizado. Ao assinar uma anistia, é preciso esquecer, perdoar e, a partir do momento da aceitação, as partes já não podem mais recorrer aos eventos passados, os conflitos ou as questões envolvidas devem ser esquecidos, e tem-se um novo início, um novo projeto de futuro, que não mais vai se amparar no fato/acontecimento que gerou os danos.

E, para concluir, uma citação bastante clara de Petrarca (1584) sobre o esquecimento: "Com razão, disse Temístocles aos que lhe queriam ensinar a arte de exercitar a boa memória, então descoberta por Simônides, que teria preferido aprender a arte de esquecer em vez da arte de ter em mente".

**Pesquise mais**

Para aprofundar as discussões apresentadas nesta seção, sugerimos a leitura do artigo de Michael Pollak, *Memória, esquecimento, silêncio*, disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2016.

## Sem medo de errar

A situação-problema apresentada nesta seção está relacionada à narrativa. A partir dos conhecimentos adquiridos nesta unidade e na unidade que trata da história oral, você deveria pensar em uma entrevista a ser desenvolvida com duas ou três pessoas idosas que moram e que fazem parte da sua região desde longa data. Utilize os procedimentos próprios da história oral e elabore uma questão única ou que possa se desmembrar em mais questões sobre a referência cultural de sua região. Reflita sobre a importância da elaboração das questões da entrevista para a coleta dos depoimentos e, a partir da metodologia da história oral e dos conteúdos discutidos nesta seção, identifique a relação entre a memória, o esquecimento e o silêncio para a construção das narrativas orais.

A partir dessa reflexão, você poderá, de forma hipotética, identificar as possíveis relações do objeto cultural estudado com a construção das narrativas, elencar possíveis diferenças e similitudes entre as narrativas e refletir sobre a construção da memória. Considere as questões apresentadas: qual(is) questão(ões) seria(m) importante(s) para alcançar o objetivo da tarefa?; como você poderia realizar a análise das narrativas apresentadas?; como identificar a relação entre referência cultural da região e a construção da narrativa?

Procure pensar no desenvolvimento da entrevista e na relação entre a memória, o esquecimento e os silêncios para construir sua questão. Ao pensar sobre a construção

das narrativas e sua relação com a identificação dos sujeitos, você conseguirá elaborar a entrevista que auxilie no alcance do objetivo proposto para tal atividade. É importante destacar, nessa reflexão, se existe alguma ligação sentimental e o que pode ter levado o sujeito a desenvolver essa ligação. Se se tratar de um evento/festa cultural que acontece há muito tempo, é relevante pensar se poderiam existir resquícios de esquecimento e se ele estaria relacionado ao grupo de convívio dos sujeitos.

Por se tratar de uma situação hipotética, você deverá realizar um esforço para situar-se como um professor/pesquisador da área de história e utilizar os referenciais teóricos para pensar a situação e os seus possíveis desdobramentos.

## Avançando na prática

### História da família

#### Descrição da situação-problema

Para avançar na prática, você, como professor de história do ensino fundamental, deverá elaborar um projeto para seus alunos sobre a “História da família”, no qual você deverá elaborar uma atividade que faça seus alunos entrevistarem os pais e os avós, contando a história da família, e solicitar que tragam fotos para mostrar eventos que fazem parte dessa história.

O projeto deve conter: os objetivos de aprendizagem dos alunos, que devem estar relacionados ao tema; uma justificativa que apresente a relevância do projeto para a aprendizagem dos alunos; e a metodologia, ou seja, como você, junto aos alunos, desenvolverá essas atividades.

A partir do projeto, você deverá apontar como desenvolverá a avaliação dos alunos, ou seja, como identificará a aprendizagem deles a partir da atividade proposta. Com base nessa proposta, você deverá identificar, nos relatos apresentados, a relação entre as narrativas que apresentam a memória da família com os silêncios e esquecimentos. Para traçar um paralelo entre as histórias familiares, é importante articular os relatos aos acontecimentos regionais e/ou nacionais.

#### Resolução da situação-problema

Para desenvolver esse projeto, primeiro, você deve pensar no público estudantil que será alvo da tarefa. A elaboração da atividade deve levar em consideração a idade e o desenvolvimento dos alunos, cabendo a você identificar o que precisa ser trabalhado antes e durante o desenvolvimento das atividades para que os alunos consigam realizá-la.

Como o tema já está definido, "História da família", você terá de pensar e desenvolver os objetivos de aprendizagem, a justificativa e a metodologia do projeto levando em conta a metodologia própria da história oral. Se os alunos forem mais novos, por exemplo, 6º e 7º anos, você pode pedir uma narrativa simples com uma maior apresentação das fotografias de família. Se forem alunos maiores, 8º e 9ª anos, poderá dar um enfoque maior na narrativa, complementando com as fotografias.

O objetivo dessa atividade para o professor é observar como seus alunos constroem a narrativa, como percebem a história e como trabalham com a memória de seus familiares. Esse tipo de ação contribui para que o aluno se perceba como sujeito histórico, gerando sentimento de pertença e identidade, favorecendo o desenvolvimento da cidadania também.

Ao relacionar as narrativas que apresentam a história familiar com o panorama histórico regional ou nacional, você terá referências importantes para pensar como os alunos construíram a narrativa, o que foi esquecido e o que deixou de ser dito, o que foi considerado importante e o que não foi tão relevante assim para aquele grupo familiar. Dessa forma, você conseguirá perceber as nuances do discurso, muitas vezes não claras,mas que apontam o que deixou de ser dito, o que não teve importância e o que, possivelmente, foi omitido propositalmente.

## Faça valer a pena

**1.** Quem se dispõe a contar uma história participa da vida da palavra e da memória, mas, essencialmente, assume um compromisso com o futuro. (GUSMÃO & SOUZA, 2010, p. 289)

Qual a importância do ato de narrar?

a) O ato de narrar situa o indivíduo no passado e o faz revivê-lo tal qual aconteceu.

b) O ato de narrar é essencial para a construção, transmissão e reprodução da memória.

c) O ato de narrar remete à prática de escrita da história e não pode estar vinculado à tradição oral.

d) O ato de narrar requer a escolha dos memorialistas adequados ao objetivo da construção da memória nacional.

e) O ato de narrar vincula-se à construção de um passado homogêneo e sem conflitos ou discordâncias.

**2.** À história e à memória compete buscar empreender tal tarefa. Sua contribuição maior é a de buscar evitar que o ser humano perca referências

fundamentais à construção das identidades coletivas, que mesmo sendo identidades sempre em curso [...]. (DELGADO, 2003, p. 14)

Sobre a narrativa e a memória, considere as afirmativas a seguir:

I. O trabalho de evocar as lembranças apresenta o esforço da reconstrução da história, que decorre da experiência de vida do indivíduo durante esse processo.

II. A narrativa está relacionada ao processo de construção da memória sobre o passado, pois é preciso que o indivíduo encontre uma lógica, uma sequência dos acontecimentos, que possa fazer sentido e apresentar uma compreensão sobre o passado.

III. A evocação da memória relaciona-se à narrativa do passado pelo passado. Ao buscar lembranças, o indivíduo situa-se em uma linha que o separa da vivência atual, sem correlação com o presente, trazendo a narrativa pura do passado.

A partir das afirmativas acima, assinale a alternativa que apresenta o que for correto:

a) Apenas I está correta.

b) Apenas II está correta.

c) Apenas III está correta.

d) I e II estão corretas.

e) I, II e III estão corretas.

**3.** Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito (BOSI, 1994, p. 39)

Analise as afirmativas a seguir e assinale o que está correto sobre as narrativas em história oral:

a) A coleta de depoimentos é capaz de captar a memória e propiciar o surgimento de novas conexões nessa memória, resultando em novas compreensões sobre o passado.

b) Os depoimentos orais revelam a fragilidade da memória e a não possibilidade de uso deste tipo de fonte na construção historiográfica, pois revelam interpretações falsas do passado.

c) O trabalho de coleta de depoimentos orais revela que o indivíduo que lembra o faz sem relação com as questões propostas, recusando uma sequência lógica para os fatos.

d) Os depoimentos orais estão relacionados àquilo que o sujeito deseja mostrar, àquilo que deseja lembrar, possibilitando uma construção lógica e real sobre o passado.

e) A narrativa dos sujeitos pode ser compreendida a partir do sujeito que colhe os depoimentos, pois é ele que direciona a lógica dos depoimentos, sua sequência e o que deve ser lembrado.

# Referências


AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. História, memória, identidade e história oral. **Jus Humanum**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/viewFile/75/53>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ANNA GICELLE GARCIA ALANIZ. **Cantinho da História 136**: Le Goff história e memória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fkw6pgKHjAE>. Acesso em: 25 jan. 2017

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica no Paraná**. Componente Curricular: História. Paraná, 2008.

BREFE, Ana C. F. Pierre Nora ou o historiador da memória. Entrevista. **História Social,** Campinas, n. 6, p. 13-33, 1999. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/363/314>.

Acesso em: 16 nov. 2016.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: ______. ANASTÁCIO, Vanda. **O mundo como teatro**: estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, nov. 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva e memória social. **Revista Morpheus**, v. 7, n. 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A,

2006.

LE GOFF, Jacques. **história e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. Projeto História: Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC, n. 17, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, PUC, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PETRARCA, Francesco. **Dos benefícios de uma e outra fortuna**. v. 19 Veneza, 1584.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_________. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAFAEL BORGES. Paisagem e memória: identidade coletiva e memória social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I2eddBgv0WE>.

Acesso em: 27 nov. 2016.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Ubimuseum**, Universidade da Beira Interior, Portugal, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TINOCO, Ismael. A história do cotidiano: uma análise conceitual. **Historien (Petrolina)**, ano 5, n. 10, p. 322-335, jan./jun. 2014.Disponível em: <http://revistahistorien.com.br/arquivos/18ismael.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: Diálogos na contemporaneidade. **Contribuciones a las ciencias sociales**,dez. 2013. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.

TV PAULO FREIRE. **História**: representações, memória e identidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I9EBX0Mz9kg>. Acesso em: 25 jan. 2017.

# A história local e o ensino de história

## Convite ao estudo

> A história se passa na década de 1970 em uma das 16 comunidades da Maré, a Baixa do Sapateiro, onde havia um imenso chiqueiro. A região era composta por palafitas, mangue e uma parte já estava aterrada. Foi numa manhã nublada e cinza que tudo aconteceu. Zuleide estava eufórica e apressava o passo até a casa de Chico seu amigo para contar a fofoca do dia. Os dois moravam na comunidade Nova Holanda, vizinha da Baixa do sapateiro. (MUSEU DA MARÉ, 2011, [s.p.])

Esse é um fragmento da obra *O porco com cara de gente*, um dos contos que compõem a história e o imaginário dos moradores da Comunidade da Maré, no estado do Rio de Janeiro.

Em cada um dos seus versos, é possível identificar a experiência íntima dos antigos moradores com o lugar quando descrevem as ruas, vielas, moradias e, mais do que isso, as interações sociais estabelecidas por entre esses lugares.

Não por acaso, esses versos são apresentados a você na abertura desta unidade, pois congregam temáticas como a emergência da regionalidade, a formação social dos espaços, a memória social e a história do cotidiano, abordadas nas unidades de estudo anteriores.

Essas temáticas serão brevemente retomadas no decorrer das seções desta unidade para que possamos compreender os seus desdobramentos para a prática do ensino de história na medida em que nos instiga a pensar sobre como dar voz a essas histórias e valorizar a pluralidade sociocultural e

a produção de novos conhecimentos. Como os jovens em idade escolar podem conhecer essas histórias e sentirem-se parte delas? Qual é o papel da escola no processo de identificação dos alunos com a sociedade em que estão inseridos e na formação das identidades pessoais e coletivas?

Partindo desses questionamentos, na Seção 4.1, intitulada *A problemática da história local na sala de aula*, você compreenderá a convergência entre as contribuições das vertentes historiográficas contemporâneas e as condições que tornaram viáveis a regionalização dos currículos escolares na educação básica.

Na sequência, na Seção 4.2, *História local e a construção do saber histórico*, a história oral será apresentada como uma ferramenta capaz de evidenciar os rearranjos da história com a inclusão dos relatos de diferentes sujeitos históricos que por décadas foram marginalizados pela historiografia. Ou seja, a história oral, como metodologia de análise, fomentará debates sobre a história local e a pluralidade sociocultural, indispensáveis ao ensino de história.

Por fim, na Seção 4.3, *O uso da história local na sala de aula*, será discutida a utilização de documentos locais na prática do ensino de história não mais como uma prova irrefutável da realidade, mas como vestígios passíveis de problematizações diversas no processo de construção dos saberes históricos escolares.

# Seção 4.1

## A problemática da história local na sala de aula

### Diálogo aberto

O surgimento dos museus não é um fenômeno recente. Desde a Antiguidade, templos acondicionavam oferendas feitas pelos mortais às musas da arte e da ciência como forma de gratidão pela inspiração divina concedida aos considerados merecedores. Na Mesopotâmia, atual Iraque, e no Império Romano, a prática de coletar objetos do cotidiano passou a ser recorrente.

Mais adiante, já no período renascentista, os chamados armários de curiosidades serviam como enciclopédias físicas de artefatos de toda natureza: de pedras preciosas e esqueletos humanos às invenções tecnológicas. Grande parte desses acervos era privada e, mesmo depois de alguns tornarem-se públicos, o acesso era restrito, e apenas as classes mais abastadas podiam visitá-los.

Atualmente, museus buscam democratizar o acesso às informações criando programas de incentivo para que as escolas e toda a comunidade visitem seus acervos e, além disso, para que estabeleçam intercâmbios com as exposições propostas, a fim de evitar a manutenção das relações de poder que por tanto tempo caracterizaram as instituições museológicas.

Agora, imagine que você, professor de história, foi convidado, por sua experiência docente, para desenvolver, junto à equipe do museu da cidade, estratégias que despertassem o interesse das escolas de educação básica para visitas pedagógicas à instituição no ano em que a cidade completaria 70 anos. O que você deveria avaliar para o planejamento das ações do museu? Qual abordagem seria adequada para contar a história da cidade? Quais estratégias você sugeriria para dar voz aos diferentes sujeitos históricos na construção da história da cidade? Finalmente, como os alunos poderiam ser envolvidos nas ações propostas pelo museu?

## Não pode faltar

A história local tem sido requerida no ensino de História como uma abordagem que possibilita a compreensão do aluno sobre o seu entorno e os entrecruzamentos de histórias de que faz parte. É a interdependência entre os eventos locais e universais, do presente e passado, que permite que os alunos identifiquem a dinâmica do lugar e as transformações do espaço a partir do estabelecimento de vínculos com outros lugares e tempo.

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos:

> **[...] só a totalidade em movimento cria novos eventos. Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugares. E as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar. (SANTOS, 2014, p. 160)**

Cada lugar tem suas especificidades e, para que seja compreendido satisfatoriamente, seus elementos constitutivos devem ser analisados para além do conjunto de objetos que o compõe, mas a partir das relações estabelecidas com os objetos e das significações atribuídas a essas relações. Tal abordagem sobre a história do lugar inclui temáticas, como a formação social dos espaços, a interdependência entre o local e o universal, a memória social e a história do cotidiano, as quais lhe são familiares e serão retomadas nesta seção para adensarem os estudos sobre a regionalização dos currículos escolares e suas implicações para a prática do ensino da disciplina.

Quando falamos sobre os critérios de seleção dos conteúdos históricos escolares, nos reportamos naturalmente às tendências historiográficas por apresentarem não apenas um importante arcabouço teórico, mas porque indicam as diretrizes para a prática do ensino da disciplina na medida em que estabelecem uma acepção sobre a história que norteará os objetivos, os métodos, as atividades e os critérios de avaliação propostos em sala de aula.

### A emergência das temáticas locais e a regionalização dos currículos escolares

As publicações em periódicos acadêmicos, na primeira metade do século XX, anunciavam mudanças na produção historiográfica. Em suas páginas, apresentava-se a possibilidade de uma contínua reconstrução da História com a inserção de novas abordagens que valorizavam as diferentes maneiras através das quais uma

pessoa conhece e constrói sua realidade. A história passou a ser revisitada e a retratar passagens antes ocultas, ignoradas e esquecidas.

Em 1929, surgia a revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Seus idealizadores pretendiam, como afirma Burke (1991, p. 23), "exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica com uma abordagem nova e interdisciplinar", em reação às produções de cunho fundamentalmente político e às abordagens que se pretendiam neutras e, por isso, isentas de toda subjetividade propostas pelo historicismo.

Sobre o historicismo:

> Os seguidos dessa corrente teórica dedicavam-se ao estudo da individualidade irreproduzível e única dos atos humanos, destacando figuras das elites e suas biografias, sejam personalidades, sejam Estados – reis, militares, Atenas, França, Portugal, Brasil, imperadores, governadores, presidentes. O Estado e os chefes políticos e militares, cabe lembrar, eram o motor das transformações e do progresso da história, considerando que o século XIX foi o momento de criação e consolidação dos Estados nacionais e da elaboração das histórias nacionais [...]. (BITTENCOURT, 2008b, p. 141)

A reconstrução dos eventos históricos tal como ocorreram, por intermédio de uma narrativa unívoca, resultou na edificação de personagens e histórias das elites e serviu como base para a história escolar no século XIX. O detalhamento das ações de personagens e histórias despertam a curiosidade e o interesse dos alunos, no entanto, ater-se a essas descrições sem problematizá-las reduz suas possibilidades para a prática do ensino da disciplina.

Diferentemente, o movimento dos *Annales* propôs, em suas sucessivas fases, que a história buscasse compreender as ações individuais relacionadas a contextos mais amplos na formação de uma história das mentalidades coletivas que não estivessem atreladas exclusivamente à história política ou ao poder bélico das nações que, naturalmente, marginalizariam as histórias das classes populares. A história não era mais vista como em uma espécie de episódios isolados que engrandeceriam os atos heroicos, mas tendia para as análises de fatos coletivos e sociais (BITTENCOURT, 2008b).

O movimento dos *Annales* não sobreviveu apenas de consensos, e a sua fase final marcou um período de incertezas quanto à natureza do conhecimento histórico produzido por seus membros. Fernand Braudel, nome de destaque na segunda geração dos *Annales*, a considerou o marco para a desagregação do movimento, pois rompia com a história total e das mentalidades coletivas, diretrizes na produção

historiográfica dos *Annales* desde a sua gênese. Por outro lado, o campo da história viu surgir ramificações na produção historiográfica. Em síntese, para uns, a fase final dos *Annales* evidenciou um processo de fragmentação do movimento; para outros, um momento de reconfiguração com a emergência de gêneros, como a chamada micro-história.

A micro-história expande ainda mais o campo de análise e produção de narrativas históricas por não se ater às estruturas e aos mecanismos como nos *Annales*, e sim ao modo como os indivíduos constroem o mundo social por meio de alianças e confrontos (REIS, 2012). Nessa perspectiva, o historiador parte de indícios menos evidentes que tangenciam os grandes eventos para dar voz a indivíduos desconhecidos que passam a propor representações de si, antes inaudíveis na historiografia, como forma de resistência ao modelo hegemônico.

**É o indivíduo ou grupo que propõe uma representação de si mesmo e é do crédito concedido a esta representação que depende sua aceitação, rejeição ou transformação pelos dominados dos princípios incalculados, das identidades impostas, das mentalidades coletivas. A violência simbólica não é considerada tão devastadora, porque só é eficaz se aquele que a sofre a reconhece e o que interessa à historiografia, agora, é o modo como os indivíduos 'resistem' às opressões simbólicas que sofrem. (REIS, 2012, p. 105)**

A produção de Carlo Ginzburg, historiador francês, exemplifica essa abordagem que não negligencia os pormenores na constituição da tessitura social. Ao contrário, Ginzburg propôs um modelo que ficou conhecido como "paradigma indiciário", o qual busca reconstruir o passado a partir de pequenos detalhes e do confronto entre diferentes vestígios antes ignorados pela historiografia, inclusive por produções de historiadores dos *Annales* e seu estrutural-funcionalismo, como afirma Reis (2012).

**Assimile**

Para compreendermos a afirmação do historiador José Carlos Reis sobre o caráter estrutural funcionalista que permeou a trajetória dos Annales, é indispensável a leitura complementar do artigo *Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural*, do historiador Jurandir Malerba, que resgata o conceito e a sua importância para os debates no campo das ciências humanas.

MALERBA, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. **Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 19-55, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871001>. Acesso em: 10 nov. 2016.

A incompletude das macroabordagens e a possibilidade de reconstruir a história a partir de uma diversidade de indícios nos permitem compreender as condições que tornaram viável a emergência da história local na produção historiográfica e, posteriormente, sua inserção nos currículos históricos escolares.

**Reflita**

Com base nos conteúdos estudados até o momento, você considera que as abordagens locais desqualificam as abordagens mais amplas, como a história nacional na prática do ensino de história?

Os fundamentos da história local ou da história do lugar passaram por transformações no decorrer das décadas, por isso, vale um adendo sobre as principais diferenças entre a história local tradicional e a nova história local. A primeira consiste, basicamente, em descrições das características físicas e das dinâmicas econômicas do lugar como uma espécie de inventário. Além disso, são produzidas biografias que exaltavam a trajetória de pessoas que, por algum feito, ganharam destaque naquela comunidade. Para a nova história local, os enfoques das pesquisas nesse campo não podem limitar-se à coleta de dados e à observação da dinâmica dos processos internos delimitados pelo estudo (SILVA, 1990), mas devem levar em conta a interdependência entre os aspectos locais – seus agentes e fatores constitutivos – e as organizações sociais mais amplas, como nas esferas municipais, estaduais e nacionais.

> As críticas às produções teóricas paradigmáticas, genéricas e a maior atenção aos aspectos singulares, específicos são expressão de um movimento metodológico mais amplo que há tempos ocorre em âmbito internacional. [...]. É o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não a tornar abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores. [...]. No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode permitir que a descrição pormenorizada da árvore impeça a compreensão da floresta como um todo. (NOSELA; BUFFA, 1996, p. 19)

Como exemplo da integração entre os aspectos locais e os contextos mais amplos, podemos destacar o projeto Museu da Maré, desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro por professores, pesquisadores e moradores do complexo de comunidades da Maré. O museu foi inaugurado em 2006 e não demorou para que o projeto fosse homenageado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por sua contribuição para a construção da história nacional na medida em que as ações desenvolvidas no museu passam a ser reconhecidas e a fazer parte de uma totalidade, que é a história da cidade e do país.

### Exemplificando

O Museu da Maré representa a valorização da cultura local como forma de resistência dos moradores para permanecerem na região contra as tentativas do governo do Estado, à época, de demolir as suas casas em palafitas em meio aos manguezais e, com elas, a sua história.

Os relatos sobre a comunidade são apresentados no documentário *Museu da Maré: memórias e (re) existências* e, de acordo com os seus idealizadores, um dos compromissos do museu é valorizar a história da comunidade e mostrar para as crianças todo o histórico de lutas dos moradores para a construção daquele espaço onde vivem.

### Pesquise mais

O documentário *Museu da Maré: memórias e (re) existências* é parte do projeto intitulado Rede Memória da Maré, criado em 1997, responsável por sistematizar e ampliar a pesquisa e o acervo sobre a história da comunidade. Esse projeto é resultado do trabalho de moradores que, como forma de resistência, lutaram para preservar as suas memórias e inseri-las como parte da história da cidade.

NOILTONUNES. **Museu da Maré**: memórias e (re) existências. Direção Pedro Sol e Regina Abreu. 4 set. 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4qv--b7E5KE>. Acesso em: 25 out. 2016.

Em um dos trechos do documentário sobre o Museu da Maré, Mario de Souza Chagas, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, afirma que o projeto não está encerrado em sua própria fundação, mas que o trabalho realizado tem como finalidade estabelecer o diálogo entre a história local e a história da cidade para que haja uma identificação dos moradores da Maré com a cidade e, no sentido oposto, da cidade com a história da Maré.

Para criar essa identificação, o projeto Rede Memória da Maré desenvolveu, entre outras ações, o grupo Maré de Histórias, que nasceu com o intuito de resgatar contos dos moradores mais antigos da comunidade e apresentá-los para as crianças das escolas públicas da região. Seus idealizadores comungam da ideia de que "não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo" (PRIORI, 1996, p. 706), mas é a identificação dos indivíduos com o espaço habitado que fortalece essas relações.

Assim, a história passa a admitir as temáticas locais como objeto de estudo e a valer-se das suas contribuições para a constituição de identidades por intermédio

do processo de ensino e aprendizagem na medida em que as histórias pessoais, das famílias e das comunidades se entrecruzam na compreensão do espaço social.

A história compreendida como um "cruzamento de itinerários narrativos possíveis" (REIS, 2012, p. 147) é fruto de uma longa trajetória marcada por conflitos, reelaborações e incertezas refletidas no curso da história como disciplina.

**Pesquise mais**

A formação docente exige de nós conhecimentos que vão além da prática do ensino da disciplina. É fundamental que a prática esteja vinculada aos conhecimentos específicos e às noções da história da disciplina para que possamos compreender as permanências e as reconfigurações dessa área de conhecimento. Por isso, vale a pena a leitura do texto *Conteúdo e métodos de ensino de história: breve abordagem histórica*, da historiadora Circe Bittencourt.

BITTENCOURT, Circe M. F. Conteúdo e métodos de ensino de história: breve abordagem histórica. In: ______. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

No século XIX, a história passa a ser uma disciplina obrigatória nas instituições de educação básica. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no ano de 1839, influenciou a produção das narrativas históricas e, ao mesmo tempo, o ensino da disciplina no país. Ambos foram colocados à serviço da constituição e legitimação da identidade nacional, adotando como diretriz as abordagens políticas, mais especificamente os registros lineares dos grandes eventos que ratificassem o ideal de nação pretendido.

No século seguinte, no período pós-guerra, os currículos assumiram um caráter mais humanista, preocupados com as implicações dos processos de desenvolvimento econômico no âmbito social e com a promoção do pensamento crítico dos alunos. Na década de 1940, foram suscitados inúmeros debates sobre a política educacional brasileira que resultaram na flexibilização dos currículos e na emergência dos estudos sobre a história local já em 1970.

Os estudos sobre a história local representam, desde o seu estabelecimento, uma trajetória de resistência, pois, em pleno regime ditatorial que vigorou no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, e com a reformulação dos currículos que suprimiram saberes históricos escolares no país nesse período, afloraram inúmeras pesquisas com temáticas locais a fim de propiciar a construção de noções de identidade nacional e pessoal, para que os indivíduos se reconhecessem como parte integrante e atuante no espaço em que ocupavam.

O ensino de história, nesse contexto, assume um caráter diferente da perspectiva conteudista predominante ao enfatizar temas "capazes de proporcionar uma leitura do mundo social, econômico e cultural das camadas populares, para que os conteúdos possam se transformar em instrumentos de ações políticas no processo de democratização do país" (BITTENCOURT, 2008b, p. 105).

**Ensinar a criança a observar, analisar e identificar a História estudada como uma construção humana permite que ela entenda a provisoriedade do conhecimento histórico, identificando o como produto da investigação histórica. É necessário que o professor perceba que a leitura do mundo onde se vive o tempo presente, é o maior laboratório de estudo para a aprendizagem em história. (CAINELLI; TUMA, 2009, p. 212-213)**

O século XX, como vimos, marca uma virada historiográfica que é acompanhada das discussões sobre os conteúdos a serem incluídos nos currículos escolares para a promoção de habilidades, como "observar e descrever, estabelecer relações entre presente-passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças" (BITTENCOURT, 2008b, p. 120). Essas habilidades podem ser compreendidas como intermediadoras do processo de desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos que potencialmente serão capazes de problematizar, analisar e compreender a realidade na qual estão inseridos.

Todavia, de que forma a história e o uso de documentos na prática do ensino da disciplina podem contribuir com a constituição de identidades e o desenvolvimento da consciência histórica que confere aos alunos a capacidade de refletir sobre a sua realidade social – as continuidades e transformações – e os conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos da história? Quais são os caminhos metodológicos a serem percorridos? Essas serão as discussões nucleares das seções que você conhecerá na sequência.

**Pesquise mais**

Sobre o tema educação e sociedade, assista à entrevista concedida pelo professor Dermeval Saviani, do Departamento de Educação da Unicamp, ao programa Diálogo sem Fronteira, apesentado pelo professor de história Pedro Paulo Funari.

CEAv UNICAMP. **Diálogo sem fronteira**: sociedade, história e educação no Brasil. Entrevista com o professor Dermeval Saviani. 16 out. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YgWUpP4xxRM>. Acesso em: 21 dez. 2016.

## Sem medo de errar

A situação-problema proposta no *Diálogo aberto* solicitou que você, um experiente professor de história, em parceria com os profissionais responsáveis pelo museu da cidade, desenvolvesse estratégias que despertassem o interesse das escolas de educação básica para realizarem visitas pedagógicas à instituição com o intuito de conhecerem e estudarem a história local. Subsidiado pelas discussões propostas por esta seção e considerando itens básicos para o planejamento do projeto, como a abordagem que seria privilegiada para contar a história da cidade e as ações propostas para envolver os alunos no estudo do lugar, você, junto à equipe, deveria encontrar caminhos viáveis para solucioná-la.

Definir a acepção de história que servirá como diretriz para o desenvolvimento das estratégias e ações do museu é o primeiro passo, pois dela deriva o modo como o acervo do museu será explorado durante as visitas pedagógicas: os objetos que o compõem serão apresentados em narrativas lineares, cronologicamente? Serão problematizados e confrontados com outros objetos?

Ainda é possível problematizar os marcos históricos da cidade e chamar atenção dos alunos sobre a importância e a capacidade de cada pessoa na construção da história atrelando as suas histórias pessoais, da sua família e da sua comunidade à história da cidade e do país como uma estratégia para envolvê-los no estudo do lugar sem, no entanto, privá-los de conhecer o entrecruzamento dos eventos nas esferas local e nacional na constituição do pensamento histórico.

## Avançando na prática

### Os museus participativos e a construção de narrativas nos museus hoje

### Descrição da situação-problema

A exemplo do Museu da Maré, pudemos verificar a transitoriedade do conceito de história, pois os fatos objetivos e verificáveis que marcaram a produção historiográfica no século XIX passaram a dividir espaço com a concepção de história como um compêndio de narrativas passíveis de inter-relações e interpretações diversas já no século seguinte. Os museus ficaram mais participativos e passaram a contar histórias que refletem aspectos da vida cotidiana dos seus visitantes. Mas, ao inserir ou privilegiar a perspectiva dos visitantes, alunos ou a comunidade em geral nos museus de forma participativa, estamos decretando, necessariamente, o fim do trabalho de curadores e demais profissionais envolvidos na pesquisa e organização das exposições? Ou essa visão seria responsável por uma nova forma de manutenção de poder? É possível que

haja um equilíbrio de forças entre as narrativas construídas pelos profissionais e pelos visitantes?

### Resolução da situação-problema

Por definição, o museu é uma instituição social que manifesta seu ponto de vista ao mesmo tempo em que admite a participação e a legitimidade das narrativas construídas pelos visitantes, pois está a serviço da comunidade e do seu desenvolvimento. Essa ação compartilhada não está isenta de conflitos. No entanto, os conflitos gerados podem ser revertidos em oportunidades de aprendizagem.

## Faça valer a pena

**1.**

> Há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades, que se manifestam principalmente e de forma riquíssima no nível local. Essa nova postura difundida de forma generalizada pela escola dos Annales [...]. (CARVALHO, 2007, p. 51)

Sobre as contribuições da escola dos *Annales* para a emergência das abordagens locais em sala de aula, analise as afirmativas a seguir:

I. Ao ampliar as noções de fontes históricas, permitiu que as histórias pessoais dos alunos se transformassem em matéria-prima para os enfoques locais para o ensino de história.

II. Privilegia a análise de documentos escritos como cartas e documentos oficiais e, por isso, confere legitimidade às histórias de alunos e de toda a comunidade escolar.

III. Possibilitou a abertura de novas fronteiras interpretativas fazendo com que os alunos possam participar atividade da construção dos saberes históricos escolares.

Agora, após a análise das afirmativas, assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

b) Apenas a afirmativa I está correta.

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

e) Apenas a afirmativa II está correta.

**2.** "O processo de construção da história da vida dos alunos, de suas relações sociais, situados em contextos mais amplos, contribui para situálo historicamente, em sua formação intelectual e social [...]" (FONSECA, 2006, p. 125).

Sobre a importância da inserção de temáticas locais nos currículos escolares, analise as afirmativas a seguir marcando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. As abordagens locais em sala de aula permitem compreensões mais inclusivas da história, pois, representam recortes da realidade inseridos em contextos mais amplos.

II. A inserção de temáticas locais em sala de aula exclui por completo as macroabordagens que caracterizaram a história tradicional.

III. A nova história local tem como finalidade evidenciar a trajetória de grandes personagens para servirem como exemplos a serem seguidos pelos alunos.

Agora, assinale a alternativa que apresente a sequência correta.

a) I. F, II. F, III. V.

b) I. V, II. F, III. F.

c) I. V, II. V. III. F.

d) I. F, II. V, III. V.

e) I. V, II. F, III. V.

**3.**

> [...] é tarefa complexa, e como sempre, polêmica. É complexa porque não basta passar a crianças e jovens o conteúdo que seus pais aprenderam, na escola e fora dela, como pensamento único de um determinado grupo influente. (BARCA, 2007, p. 5)

Sobre a história local e o ensino de história, analise as afirmativas a seguir.

I. As abordagens mais plurais propostas pela história local demandam a revisão dos currículos escolares e das ferramentas pedagógicas para a construção compartilhada dos saberes históricos escolares.

II. As vivências adquiridas pelos alunos nos espaços não escolares passam a integrar as propostas de atividades no processo de ensino e aprendizagem.

III. A inserção da história local nos currículos escolares propicia debates sobre a pluralidade sociocultural, a construção da identidade e da consciência histórica dos alunos.

Após análise das afirmativas, assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

c) Apenas a afirmativa II está correta.

d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

# Seção 4.2

## História local e a construção do saber histórico

### Diálogo aberto

No fragmento do conto *O porco com cara de gente*, que faz parte do acervo do projeto Rede Memória da Maré, apresentado a você na Seção 4.1, pudemos identificar características físicas do lugar – como parte do complexo de comunidades que formavam a Maré e a estrutura das moradias – e parte da dinâmica das relações estabelecidas entre os moradores e dos moradores com a Comunidade da Maré, que exibem maneiras próprias de estarem no mundo. Ou seja, os relatos dos moradores, especialmente dos que viram emergir palafitas dos manguezais que inundavam a área no início da sua criação, evidenciam suas experiências íntimas com o lugar em uma espécie de anima mundi, em que as coisas, os lugares, as pessoas e o imaginário daquela comunidade ganham vida dentro de uma dinâmica estabelecida que se constrói dia a dia e é incorporada pelos indivíduos por meio dos sentidos (HILLMAN, 1993).

No *Diálogo aberto* da Seção 4.1, você, um experiente professor história, junto à equipe do museu da cidade, estabeleceu as diretrizes teóricas e metodológicas para o desenvolvimento das ações para visitas pedagógicas à instituição.

Com o início dessas atividades, outras questões surgiram, visando aprimorar a experiência dos professores junto aos seus alunos: como as experiências com o lugar poderiam estar vinculadas à prática do ensino de história? De que forma a perspectiva experiencial, estreitamente ligada às temáticas locais e à oralidade, poderia contribuir com a didatização dos conteúdos históricos escolares para a constituição de identidades e para a valorização das diferentes formas de produção do conhecimento histórico escolar?

É a partir desses questionamentos que daremos início aos estudos da Seção 4.2, *A História local e a construção do saber histórico*.

## Não pode faltar

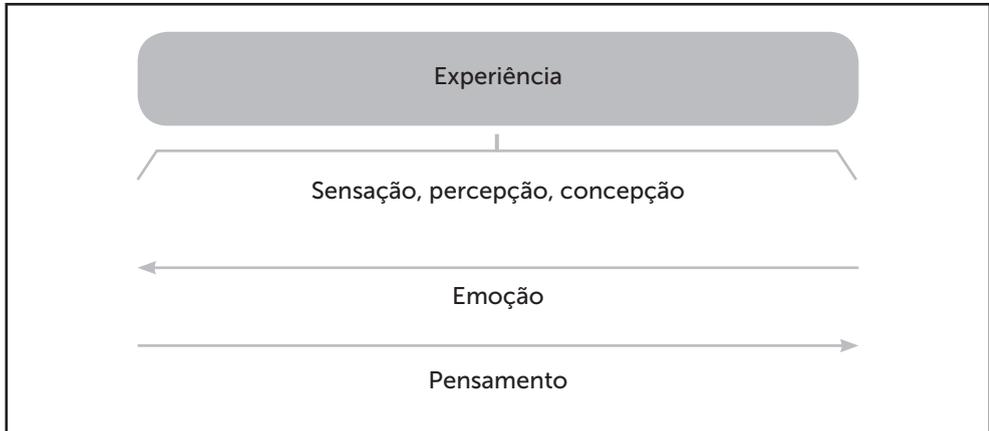
Caro aluno, na seção anterior, vimos que o ensino de história é dotado de historicidade e estabelece uma estreita relação com as tendências historiográficas de cada época. No entanto, a história da disciplina nos mostra uma trajetória que está longe de ser caracterizada por consensos. Em vez disso, percebemos que, desde a sua inserção nos currículos escolares, na primeira metade do século XIX, há muitos debates sobre quais são os objetivos, conteúdos e métodos mais adequados. Mas quais são os critérios para que possamos definir os elementos que constituirão o ensino da disciplina?

Essa não é uma tarefa fácil e, como vimos, não é consensual, porém, ao estudarmos a história da disciplina, é possível constatarmos que o ensino de história acompanha as demandas e os interesses de indivíduos e sociedades. Desse modo, as preocupações que acometiam o estado brasileiro para a formação da identidade nacional no século XIX assumiram outra dimensão a partir do século XX: a da constituição de identidades e a valorização da pluralidade sociocultural imbricadas nas temáticas locais.

### As temáticas locais e a oralidade: uma perspectiva experiencial

Em um dos seus textos de maior repercussão, a historiadora Circe Bittencourt (2008) afirma que um dos objetivos centrais do ensino de história relaciona-se com a contribuição da disciplina para a constituição de identidades. Essa atribuição não é necessariamente nova, mas tem assumido outros contornos que foram definidos pelas tendências historiográficas contemporâneas e, como extensão, pelo amadurecimento dos estudos sobre a história local. Apesar de valorizar a história e as peculiaridades de indivíduos e comunidades na construção de narrativas, as abordagens locais articulam-se com processos externos a ela. Em outros termos, a história local propicia a valorização das experiências na produção do conhecimento histórico sem encarcerá-las e reduzi-las a abordagens localistas sem vínculos com o processo de mundialização.

Sobre a natureza da experiência, o geógrafo Yi Fu Tuan, em *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (1983), afirma que pensamento e emoção caminham juntos no processo de construção de realidades e, apesar da conotação de passividade atribuída à expressão, ela implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência, da capacidade de aventurar-se no desconhecido. "É uma tentativa comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer" (TUAN, 1983, p. 11).

Figura 4.1 | Perspectiva da experiência em Tuan

Fonte: adaptada de Tuan (1983).

Nessa perspectiva, um objeto ou lugar só serão capazes de atingir uma realidade concreta quando estabelecermos uma relação integral com eles através de todos os sentidos e com a reflexão. "O mundo se revela em formatos, cores, atmosferas, texturas [...] não é apenas uma assinatura codificada para ser decifrada em busca de significado [...]" (HILLMAN, 1993, p. 14), as experiências – emoção e pensamento – dos indivíduos compõem relações sociais complexas, pois abarcam as diferentes representações do real e as diferentes formas como conhecemos e construímos essas realidades.

Por décadas, a ciência moderna subjugou as formas alternativas de produção de conhecimento ao eleger a escrita como forma de conhecimento válida. Essa hierarquia levou ao entendimento de que a cultura ocidental letrada era considerada civilizada diante do atraso das culturas de tradição oral.

> Ao incidir sobre outras formas de conhecimento, a ciência moderna teria se traduzido em 'epistemicídio', liquidando conhecimentos alternativos e subalternizando os grupos sociais, cujas práticas se assentavam em tais conhecimentos. [...] A ciência moderna fomentou o surgimento da visão ideológica das relações entre o conhecimento e a escrita, criando percepções negativas das comunidades e sociedades que não utilizavam a escrita como forma de comunicação e registro. (LIMA; COSTA, 2015, p. 220)

Apesar de tentativas sistemáticas de se acabar com a tradição oral, é através dela que se dá a comunicação cotidiana, a possibilidade de preservar a sabedoria e os conhecimentos dos ancestrais. A oralidade é uma forma de registro e transmissão

de conhecimentos, da história e da memória social de comunidades (LIMA; COSTA, 2015).

Para o historiador José Carlos Reis, em seu texto *Teoria e História* (2012):

> **Os diferentes grupos constroem configurações intelectuais múltiplas com as suas práticas respectivas, que permitem reconhecer sua identidade. Eles criam sinais e símbolos, que tornam visível sua existência, seu poder. A identidade social não é imposta pela força. O grupo faz valer sua unidade/ identidade através de uma 'luta de representações', que organizam e estruturam a sociedade. (REIS, 2012, p. 106)**

A "luta de representação" sobre a qual o historiador se refere fica cada vez mais explícita, inclusive na produção historiográfica. Quando da ampliação na concepção de documentos e fontes históricas, as diferentes manifestações e saberes que caracterizam a cultura imaterial ganharam visibilidade e passaram a ser analisadas a partir de um lugar de produção/recepção próprios.

Apesar de ter sido inserida no Brasil a partir da década de 1970, a história oral, como método de análise, foi alavancada duas décadas depois com a criação da Associação Brasileira de História Oral. As reuniões periódicas organizadas pela associação tinham como objetivo debater as possibilidades de reinterpretação das narrativas históricas a partir de práticas, relatos, contos e canções que organizam e caracterizam as comunidades como em uma espécie de "dossiê vivo" capaz de revelar aspectos culturais imprescindíveis da sua constituição.

Antes mesmo da sua aceitação nos centros acadêmicos e da sua inserção nos currículos escolares como alternativa para a didatização dos conteúdos históricos, a oralidade já era prática recorrente nas culturas africana, indígena e, posteriormente, na afro-brasileira, representada na figura dos griôs, considerados os guardiões, intérpretes e cantores das memórias das comunidades.

> [...] os Griôs seriam as pessoas responsáveis pelos ensinamentos e transmissão de conhecimentos tradicionais, ligados à oralidade e a saberes referentes ao mundo sagrado e profano. Assim poderíamos identificar como Griôs as rendeiras, as mães e pais-de-santo, as reiseiras, os mestres de capoeira, os mestres de samba-de-roda, as rezadeiras e curadores, as parteiras e muitos outros personagens representantes da sabedoria da tradição oral. (PACHECO, 2009, [s.p.])

A partir da definição de Pacheco e Caires (2009) sobre os griôs, é possível perceber uma reapropriação do termo na sociedade brasileira, pois as classes populares, ao lado dos mestres das culturas africana e indígena, também transmitem suas histórias e memórias por meio da oralidade. Assim, a tradição oral pode ser compreendida como "o universo de vivência dos saberes e fazeres da cultura de um povo, etnia, comunidade ou território que é criado e recriado, transmitido e reconhecido coletivamente através da oralidade, de geração em geração" (LIMA; COSTA, 2015, p. 218).

**Assimile**

Os griôs representam o cerne da tradição oral, assumem uma posição de destaque nas comunidades como "cronistas, genealogistas, arautos, aqueles que dominavam a palavra" (LIMA; COSTA, 2015, p. 223); eles são, por essas características, conhecidos como uma autêntica biblioteca pública que resgata, preserva e difunde a cultura das localidades.

Para aprofundar seus conhecimentos sobre os saberes griôs, leia o artigo intitulado *Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil*, do mestre Alcides de Lima e Ana Carolina Francischette Costa.

LIMA, Mestre Alcides de; COSTA, Ana Carolina F. Dos Griots aos griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversitas**, São Paulo, n. 4, p. 216-245, 2015.

O ensino de história na educação básica viu na cultura imaterial, mais especificamente na oralidade, e nas abordagens locais uma alternativa metodológica para que os alunos compreendessem que a sua história individual é também parte de outra história, ou seja, que a sua história é fração de uma totalidade, o que possibilita reflexões sobre a pluralidade sociocultural em contraponto à ideia de formação de uma identidade nacional.

**Exemplificando**

O Museu da Pessoa é um museu virtual no qual, há 22 anos, são contadas histórias de pessoas comuns que, na perspectiva dos idealizadores do museu, são consideradas como "fontes de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos".

O museu é colaborativo e todos podem deixar registradas suas histórias.

MUSEU DA PESSOA. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/o-museu-da-pessoa>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Diante das discussões sobre as temáticas locais e a oralidade no âmbito da perspectiva experiencial, podemos inferir que o processo de construção do conhecimento não exclui os aspectos subjetivos, ainda que muitas vezes tentamos negligenciar o poder cognitivo das emoções e das formas alternativas de organização do pensamento. O processo de ensino e aprendizagem não prescinde das experiências – objetivas e subjetivas – dos indivíduos, pois é por intermédio delas que são incorporados novos conceitos ao repertório sígnico dos alunos. As experiências são parte fundamental na constituição das suas identidades.

**Pesquise mais**

O Museu da Pessoa e outros projetos que têm como fundamento os estudos sobre a história oral, na atualidade, são analisados no artigo intitulado *Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital*, da historiadora Anita Lucchesi.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. **Revista História Oral**, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=341&path%5B%5D=pdf#>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Em consonância com as ideias de Tuan (1983), Huxley (1956) afirma que a educação assume um caráter "anfíbio", no qual vivemos simultaneamente no mundo da experiência e no mundo dos conceitos, podendo explorar o melhor dos dois mundos no processo de construção do conhecimento. A sala de aula configura-se, nesse contexto, como um espaço compartilhado de experiências em que o professor de história assume o importante papel de orientar os alunos na apreensão de conceitos e categorias que os permitam pensar na complexidade das relações histórico-sociais.

O professor "é responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemática" (SCHMIDT, 2004, p. 57).

**Pesquise mais**

Para compreender melhor as diretrizes que norteiam a abordagem da história oral, leia o artigo *História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico*.

O artigo apresenta fundamentos básicos da história oral enquanto método de análise e produção de narrativas históricas, e as suas potencialidades como ferramenta pedagógica.

SILVEIRA, Éder da Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>. Acesso em: 13 nov. 2016.

As problematizações em sala de aula podem ser consideradas como pontes que se constroem entre o repertório dos alunos e a possibilidade de apreensão de novas histórias e conceitos. Esse resgate pode destituir todo o poder das narrativas tradicionais que edificam os grandes personagens para, em seu lugar, reconhecer e valorizar outras formas de vida e produção do conhecimento com vistas a "romper, destruir e decifrar a linearidade de determinadas narrativas históricas, fazendo com que elas percam o seu poder como fonte de orientação para o presente" (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 304).

A oralidade, em meio às já citadas "lutas de representação", conquista mais um campo de atuação: as salas de aula. O trabalho com a história oral permite que os eventos históricos sejam problematizados e debatidos a partir de diferentes relatos e depoimentos que podem ser confrontados com outros documentos e fontes históricas, "busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica" (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 297).

**Pesquise mais**

Para que você possa conhecer uma das formas possíveis de utilizar a história oral como ferramenta pedagógica, leia o artigo *O uso da história oral no ensino de história: uma experiência no colégio de aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC)*, em que são apresentadas etapas de desenvolvimento do projeto e os resultados da sua aplicação.

PONTES, Carlos José de Farias. O uso da história oral no ensino de história: uma experiência no colégio de aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462028167_ARQUIVO_OUSODAHISTORIAORALNOENSINODEHISTORIA.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Como vimos, a institucionalização e a hierarquização da escrita como forma de conhecimento válido fez com que os documentos oficiais e escritos contassem histórias que marginalizavam as perspectivas da cultura popular. A construção dos heróis nacionais e sua reprodução nos materiais didáticos impuseram, muitas vezes, um distanciamento entre a realidade dos alunos e a história, pois esses alunos não se reconheciam nas histórias e, por isso, não nutriam interesse pelo concatenamento dos fatos narrados durante as aulas da disciplina.

O impasse fez com que professores e pesquisadores se empenhassem na busca por alternativas metodológicas que pudessem reconciliar as histórias de vida e da família dos alunos com a história. Encontraram, nas temáticas locais e na oralidade, ferramentas que tornam visíveis a importância e a capacidade de cada pessoa na construção da realidade e na produção do conhecimento histórico.

**Exemplificando**

O projeto Museu temporário de lembranças reúne objetos que contam as histórias de alunos, professores e equipe de apoio de uma escola municipal de Santos, litoral de São Paulo. O projeto foi idealizado pela professora Adriana Negreiros Campos, mestre em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Disponível em: <http://porvir.org/professora-cria-museu-temporario-para-celebrar-historias-pessoais-dos-alunos/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

**Reflita**

Com base no que foi estudado até o momento, é possível atribuir responsabilidade social ao ensino de história?

Para contribuir com essa reflexão, leia o artigo intitulado *O saber histórico e o Ensino de História: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história*, do professor e pesquisar Luiz Carlos Bento.

BENTO, Luiz Carlos. O saber histórico e o ensino de história: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história. **Fatos & Versões Revista de História**, v. 5, n. 10, 2013.

No entanto, estabelecer vínculos entre as histórias de vida e da família dos alunos com a história demanda um estudo mais pontual sobre as possibilidades e limites da utilização de documentos e fontes históricas locais e orais na prática do ensino da disciplina. Por isso, na Seção 4.3, vamos nos dedicar a essa temática partindo dos seguintes questionamentos: como utilizar as fontes histórias locais e orais em sala de aula? Quais são os caminhos metodológicos? De que forma o trabalho com documentos, arquivos e museus locais na prática do ensino de história pode contribuir com a construção de realidades e de identidades em sala de aula?

Vamos adiante?

## Sem medo de errar

No decorrer das atividades desenvolvidas pelo museu da cidade para estimular visitas pedagógicas à instituição, surgiram novos questionamentos quanto ao espaço destinado às histórias e experiências dos alunos na prática do ensino de história. Ou seja, como as histórias e experiências dos alunos com o lugar onde vivem poderiam contribuir com a didatização dos conteúdos históricos escolares para a constituição de identidades e para a valorização das diferentes formas de produção do conhecimento histórico escolar.

Para esclarecer alguns pontos fundamentais a essa reflexão, retomar as discussões referentes à "luta de representação", como apresentada por Reis (2012), é um caminho possível na medida em que os estudos locais favorecem um cenário no qual os próprios indivíduos e as comunidades passam a criar representações de si a partir das suas experiências, confrontando-as com outras narrativas na construção das identidades pessoais e coletivas.

Na prática do ensino de história, os estudos do lugar e a oralidade como ferramenta permitem que os diferentes pontos de vista sejam apresentados aos alunos, incluindo suas histórias pessoais, da sua família e da comunidade, como parte do processo de aquisição das noções de identidades, representatividade e da pluralidade sociocultural inerentes ao pensamento histórico. É na junção das experiências dos alunos e das noções ou conceitos históricos – emoção e pensamento – que se dá o processo de construção do conhecimento (TUAN, 1983).

## Avançando na prática

### Quem somos nós na história local, nacional e mundial

### Descrição da situação-problema

A história local se popularizou no Brasil na década de 1990 e, desde então, instituições de educação básica, acompanhando tendências da produção historiográfica, buscam explorar as temáticas locais e a oralidade na prática do ensino de história. No entanto, já parou para pensar o quanto você conhece da história do seu bairro ou da sua cidade?

Faça uma viagem no tempo e tente se lembrar das aulas de história que você frequentava. As temáticas locais eram tratadas em sala? Qual era a abordagem utilizada? Qual enfoque era privilegiado pelo professor?

Se entre as suas memórias não há registro do trabalho em sala com a história local, fica outra reflexão: o que essa lacuna pode representar para o processo de identificação dos moradores com a cidade e da constituição de identidades desses moradores diante da história nacional e universal?

### Resolução da situação-problema

Os estudos sobre a história local no Brasil ganharam visibilidade nos últimos anos por suscitarem importante debates sobre os valores e as práticas cotidianas em sua relação com problemáticas históricas ligadas à sociedade nacional e mundial (BRASIL, 1998).

As abordagens locais não são obrigatórias na prática do ensino de história, no entanto, conhecer a história local, como a história da formação do bairro ou da cidade, faz com que possamos criar percepções sobre nós mesmos e reconhecer as diferenças do outro; que possamos compreender, por meio das transformações e permanências do lugar que ocupamos, a transitoriedade do conhecimento histórico e as formas de apropriação da história, reflexões fundamentais para a construção de identidades e da consciência histórica que nos permite compreender as dinâmicas sociais que nos circundam.

## Faça valer a pena

**1.**

> Por meio da oralidade, expressam-se sentidos, valores e visões de mundo que tornam a palavra e o ato de narrar uma prática fundamental para a transmissão, apropriação e circulação de saberes. Essa prática interativa oral, que se traduz como saber da experiência apreendido no cotidiano social, constitui o âmago das práticas educativas locais, ao lado da educação escolar. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 181)

Sobre a história oral e o ensino de história, analise as afirmativas a seguir.

I. É por meio da oralidade que as culturas africana e indígena se expressam, no entanto, essa prática deixou de ser usual nas sociedades atuais, apesar de estarem presentes nos currículos escolares.

II. A oralidade constitui-se como um instrumento para o estudo da história, pois permite que diferentes narrativas sejam confrontadas no processo de construção dos saberes históricos escolares.

III. As práticas narrativas locais excluem as abordagens globais para incentivar os alunos a valorizarem suas comunidades.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

c) Apenas a afirmativa II está correta.

d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

e) Apenas a afirmativa III está correta.

**2.**

> Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história. (SILVA, 2010, p. 158)

Sobre o uso de fontes na construção do saber histórico, assinale a alternativa correta.

a) As fontes históricas são consideradas a matéria-prima para o trabalho do historiador, no entanto, os alunos não têm maturidade para analisá-las em toda a sua complexidade.

b) A utilização de fontes históricas locais faz com os alunos se percebam como sujeitos históricos capazes de compreender a realidade em que estão inseridos e de atuar.

c) As fontes históricas locais restringem a compreensão dos alunos sobre os temas abordados, pois os priva de conhecer realidades mais amplas.

d) É fundamental que os alunos conheçam as realidades locais por meio da captação dos seus vestígios, ainda que elas não confiram legitimidade às narrativas como as fontes oficiais.

e) O ensino de história tem como finalidade fazer com que os alunos conheçam linearmente a trajetória percorrida pelos heróis do país para a constituição da identidade nacional.

**3.**

> O Museu da Pessoa foi fundado em São Paulo, em 1991, com o objetivo de constituir uma Rede Internacional de Histórias de Vida. Desde o início, ainda antes da popularização da Internet, nos definíamos como um museu virtual. Naquele momento entendíamos que o Museu da Pessoa seria um espaço para registrar, preservar e disseminar histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade. (MUSEU DA PESSOA, 2016, [s.p.])

Analise as afirmativas a seguir marcando V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. Os enfoques locais ganharam visibilidade no século XX e, atualmente, têm inspirado o desenvolvimento de projetos para o resgate e a valorização de histórias pessoais.

II. Com a popularização das tecnologias digitais e interativas, nota-se também uma crescente midiatização dos testemunhos orais na internet.

III. Projetos que valorizam as histórias pessoais dos alunos fazem com que eles compreendam a importância e a capacidade de cada pessoa na construção da história.

Após análise das afirmativas, assinale a alternativa correta.

a. I. F, II. V, III. F.

b. I. V, II. F, III. V.

c. I. V, II. F, III. F.

d. I. V, II. V, III. V.

e. I. F, II. F, III. F.

# Seção 4.3

## O uso da história local na sala de aula

### Diálogo aberto

Durante uma das fases do processo seletivo da Secretaria da Educação do Estado para a vaga de professor de história, foi requisitado aos candidatos que desenvolvessem um plano de aula destinado a uma turma do 6º ano do ensino fundamental. Como exigências, o plano deveria contemplar temáticas locais e os conteúdos programáticos previstos para esse nível de ensino.

Você, como um dos candidatos à vaga, lembrou-se de que há alguns anos compôs uma equipe responsável por desenvolver estratégias para a organização de visitas pedagógicas ao museu local da cidade e pensou que uma atividade dessa natureza seria uma alternativa viável para o desenvolvimento do plano, pois a possibilidade de apresentar diferentes tipos de fontes históricas na construção da história da cidade para os alunos que estão iniciando um novo ciclo lhe pareceu apropriada. Além disso, a proposta contemplava as exigências quanto ao conteúdo programático previsto para o nível de ensino para qual o plano foi solicitado.

Após certificar-se da adequação da proposta, era hora de elencar as etapas para o planejamento da atividade:

1) definição dos objetivos da visita;

2) preparação dos alunos (conteúdos e conceitos a serem explorados);

3) coordenação da visita de acordo com os objetivos;

4) continuidade das discussões após a visita;

5) formas de avaliação.

Sua tarefa é, a partir dos estudos apresentados a seguir, desenvolver a proposta de visita ao museu local da cidade com base nessas cinco etapas.

## Não pode faltar

Você já parou para pensar que um conto, uma música ou narrativas de outras categorias são diferentes formas através das quais as realidades são apresentadas a nós? Já se deu conta de que, por trás de cada uma dessas versões, existe uma pretensão de se falar pelo lugar retratado?

Na seção anterior, discutimos que a preponderância dos documentos escritos resultou no "epistemicídio", ou seja, no aniquilamento dos conhecimentos alternativos pelas classes dominantes que subjugaram outras culturas nesse processo. A produção historiográfica foi uma das formas encontradas por essas classes para ratificar o seu poder diante das demais (LIMA; COSTA, 2015).

A história está repleta de exemplos de deformações a que grupos étnicos e locais são submetidos quando suas histórias são contadas por outras pessoas que não vivenciaram/vivenciam tais realidades. Na prática do ensino de história, essa relação de poder e saber pode ser verificada quando, por exemplo, a história da África ou das classes populares são reduzidas às contribuições braçais desses grupos, descritas em documentos que perpetuam um histórico de desigualdades. Por outro lado, a ampliação do uso de documentos permite o confronto entre as diferentes versões que devem ser analisadas a partir do lugar de produção/recepção próprios, para que possamos compreender o processo de construção das narrativas históricas e, portanto, das diferentes realidades.

### A construção de realidades e o uso didático dos documentos

Em *Ensinar história* (2004), Schmidt e Cainelli afirmam que o uso dos documentos na prática do ensino da disciplina é capaz de desvelar discursos históricos. Ao analisá-los, novas informações podem ser descobertas, contextualizadas e inseridas nos debates realizados em sala.

De acordo com as autoras:

> O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 94)

Estar diante de outras realidades construídas historicamente por sujeitos com diferentes culturas, etnias, crenças religiosas, costumes e poder econômico é

um desafio, pois tendemos a buscar explicações ou compreendê-las a partir dos nossos referenciais culturais. No entanto, o trabalho com os documentos em sala pode promover noções de historicidade, identidades e pluralidade sociocultural em contraposição às relações de dominação, submissão, preconceito ou desigualdade (BRASIL, 1998), modificando a maneira como os alunos compreendem a sua realidade e as relações estabelecidas no contato com o outro.

Para viabilizar o uso didático dos documentos em sala de aula, no quadro a seguir, foram sistematizadas três etapas básicas, de acordo com Schmidt e Cainelli (2004):

1. Identificação dos documentos.
2. Explicação do documento.
3. Comentário do documento.

Quadro 4.1 | Documentos históricos em sala de aula

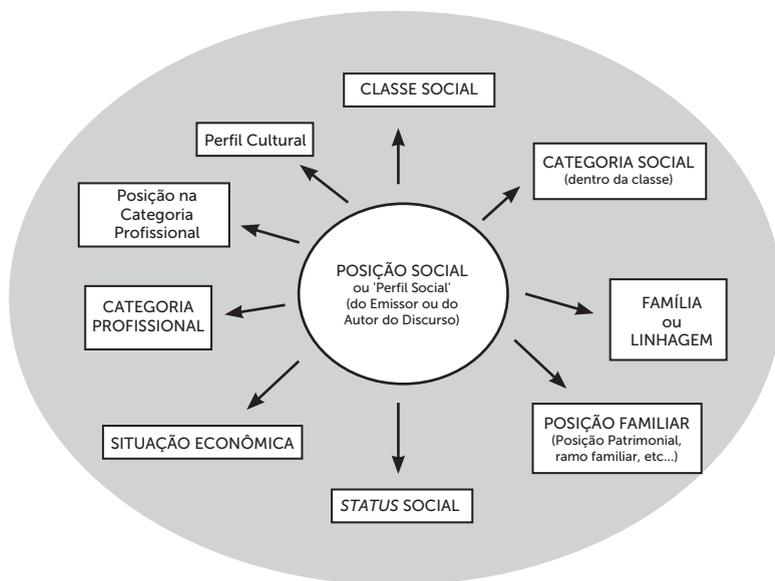
| COMO UTILIZAR O DOCUMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA | | |
|---|---|---|
| Identificação do documento | Explicação do documento | Comentário do documento |
| 1. Identificar qual tipo de fonte é o documento<br>2. Informar o que diz o documento<br>3. Natureza do documento (origem)<br>4. Datação<br>5. Autor | 1. Contexto<br>2. Crítica do documento | 1. Introdução (apresentar como o documento será estudado)<br>2. Desenvolvimento (construir explicações)<br>3. Conclusão (discutir as ideias contidas no documento e abrir questões) |

Fonte: adaptado de Schmidt e Cainelli (2004).

Partindo da perspectiva de análise apresentada pelas autoras, os documentos para fins didáticos não são mais vistos como uma ilustração do conteúdo estudado, mas se tornam o ponto de partida para as discussões de ideias e para a formulação de questões que instiguem os alunos a investigarem os contextos e as condições que viabilizaram a construção desta ou daquela realidade, pois os documentos exprimem ideias, opiniões ou procuram descrever realidades sob determinados pontos de vista ou lugares de produção.

Por lugar de produção entende-se o lugar social de onde se fala, ou seja, as subjetividades e intertextualidades que nos influenciam de diversas maneiras quando construímos nossas narrativas (BARROS, 2012). Para facilitar a compreensão desse conceito, o historiador José D'Assunção Barros elencou os elementos que compõem o perfil social do emissor ou do autor do discurso e que devem ser levados em conta na análise de documentos, seja no ofício do historiador, seja na prática do ensino de história.

Observe:

Figura 4.2 | Lugar social de produção

Fonte: Barros (2012).

Ao analisarem os perfis sociais dos personagens históricos, os alunos poderão compreender que a história abriga a construção de narrativas heterogêneas e, por vezes, conflitantes, como resultado dos diferentes pontos de vista, dos diferentes lugares sociais de produção dessas narrativas.

**Assimile**

O historiador Michel de Certeau em seu livro *A escrita da história* discute, entras coisas, o conceito de lugar social na produção historiográfica e afirma que existem técnicas que a legitimam, no entanto, esses modos de fazer história podem variar de acordo com os diferentes contextos culturais, sociais, etc.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Os personagens, os lugares e os eventos vão tomando formas a partir do jogo ou da "luta de representações" que os compõem. Dessa maneira, um mesmo objeto pode ser analisado e compreendido de diversas maneiras, partindo de diferentes problematizações, as quais resultarão em narrativas tantas quantas forem as indagações direcionadas a esse objeto.

**Exemplificando**

Para aclarar o conceito de lugar social de produção, assista ao vídeo *What´s important?*, do jornal The Times, de Londres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JCW03pLTwYU>. Acesso em: 20 dez. 2016.

Nesse contexto, a hierarquização das culturas dominantes se dissolve no mar aberto de histórias que constituem diferentes realidades. A história de grupos que estiveram à margem da historiografia e não estão mais submetidos às produções das culturas dominantes, mas passam a requerer seu lugar na história.

**Reflita**

Qual é a importância da utilização de documentos locais na prática do ensino de história? Quais são as possibilidades e os limites da utilização desses documentos em sala de aula?

## Documentos, arquivos e museus locais no ensino de história

Provavelmente, você se lembra do conto *O porco com cara de gente*, que faz parte do acervo do projeto Rede Memória da Maré. Qual é a temática apresentada no conto? Quais elementos podem ser identificados a partir dele? Qual é o seu lugar de produção? Vamos relembrar:

### a) Documento 1 - Fonte oral

> A história se passa na década de 1970 em uma das 16 comunidades da Maré, a Baixa do Sapateiro, onde havia um imenso chiqueiro. A região era composta por palafitas, mangue e uma parte já estava aterrada. Foi numa manhã nublada e cinza que tudo aconteceu. Zuleide estava eufórica e apressava o passo até a casa de Chico seu amigo para contar a fofoca do dia. Os dois moravam na comunidade Nova Holanda, vizinha da Baixa do sapateiro. (ACERVO REDE MEMÓRIA DA MARÉ)

### Pesquise mais

Ouça na íntegra o conto *O porco com cara de gente*, disponível em: <https://soundcloud.com/amiantus/colcha-de-contos-da-mar>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Essa é uma transcrição do conto que tem como tema principal o surgimento de um bicho esquisito na Comunidade da Maré. Foi inspirado, de acordo com moradores, em fatos reais e fantásticos que fazem parte da história da comunidade. Nos versos, é possível identificar aspectos cotidianos, como a relação estabelecida entre moradores, comerciantes e instituições, além de aspectos físicos, como as casas em palafitas, a presença de mangue e a área aterrada.

O conto é um recorte da história da comunidade que não pode ser entendida apenas com o seu estabelecimento na Zona Norte da capital fluminense, pois está intimamente relacionada com o cotidiano das pessoas comuns que vivenciam aquela realidade. Por isso, em 8 de maio de 2006, com a colaboração dos moradores, foi inaugurado o Museu da Maré, com o intuito de resgatar as histórias da comunidade e torná-las parte da história da cidade do Rio de Janeiro.

> A polêmica provocada pelo Museu da Maré sublinhou um fato que mesmo sendo óbvio, frequentemente não é levado em conta, qual seja: o da favela como lugar de cultura, de memória, de poética, de trabalho e não apenas como território privilegiado da bala perdida ou teatro de guerra onde policiais enfrentam bandidos e bandidos enfrentam policiais. [...]. Trata-se, a rigor, de um museu impregnado de humanidade, de um museu que sendo da comunidade rompe com a lógica do gueto, de um museu com excepcional valor simbólico, notável capacidade de comunicação e que, por tudo isso, torna-se a expressão viva de uma utopia museal de cidade que somente será construída se formos capazes de integrar as narrativas que formam seu rico acervo: as narrativas das camadas populares. (ABREU; CHAGAS, 2007, p. 4-5)

A criação do museu é a manifestação da vontade de memória dos moradores e da construção de narrativas escritas sob o olhar de quem nasceu, cresceu e teve suas vivências nas comunidades que compõem o complexo da Maré.

No artigo intitulado *Museu da favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social*, os autores Abreu e Chagas (2007) destacam que, à época, os noticiários anunciaram com certo espanto a inauguração do museu, o que podemos notar no documento a seguir.

b) Documento 2 – fonte escrita.

O que a imprensa, de modo singelo, sublinhava não era a primogenitura de um museu dentro de uma favela, mas a de um museu sediado em uma megafavela, construído e administrado pela comunidade local, tratando de temas locais e universais, com a mediação de uma organização não governamental e o apoio do Ministério da Cultura, por intermédio do Departamento de Museus e Centros Culturais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (ABREU; CHAGAS, 2007, p. 2).

**Pesquise mais**

Leia o artigo *Museu da favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social*, de Regina Abreu e Mario Chagas. Disponível em: <http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&task=download&id=8>. Acesso em: 15 nov. 2016.

O fragmento do artigo *Museu da favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social*, dos professores Regina Abreu e Mario Chagas, doutores em Antropologia Social e Ciências Sociais, respectivamente, tem como enfoque a representatividade da criação de um museu local e participativo em uma comunidade que busca, a partir de um recorte e narrativas particulares, evidenciar aspectos da vida social dos moradores como uma ferramenta de comunicação dentro e fora da Maré, na luta contra o preconceito (ABREU; CHAGAS, 2007). A partir dessa perspectiva, a cultura e o conhecimento não são mais vistos como exclusividade da cultura dominante, mas também são produzidos pelas classes populares com conteúdos e formatos alternativos.

Os documentos – fonte oral e escrita – apresentam abordagens diferentes sobre a Maré. No Documento 1, é destacada a dinâmica do cotidiano dos moradores a partir de aspectos reais e fantásticos que compõem as narrativas que fazem parte da história da comunidade. No Documento 2, diferentemente, os professores problematizam a criação do Museu da Maré, o reconhecimento e a valorização da cultura local e a sua inserção na história da cidade.

O lugar social de produção desses documentos é distinto, por isso, apesar de versarem sobre a Maré, apresentam diferentes enfoques em suas narrativas. De um lado, a narrativa parte dos moradores da comunidade e apresentam temática, linguagem e abordagens próprias de quem conhece e vivencia aquela realidade ao descreverem detalhes minuciosos. De outro, a voz de pesquisadores que se dedicaram a compreender a dinâmica estabelecida entre a comunidade e a cidade a partir da criação do museu.

O conceito de lugar social de produção e o exercício de cotejamento dos documentos são fundamentais no dia a dia do trabalho do historiador. Porém, como apresentar essas noções para os alunos em sala de aula, já que o que se propõe não é a formação de pequenos historiadores, e sim o seu desenvolvimento intelectual?

Existem inúmeras maneiras através das quais o professor de história pode trabalhar com documentos e temáticas locais em sala de aula. Uma possibilidade são as visitas a museus, pois costumes, crenças e técnicas, podem ser conhecidos pelos alunos por intermédio dos acervos e transformados em documentos para serem identificados, contextualizados e problematizados no processo de ensino e aprendizagem. Em uma visita pedagógica ao museu, é fundamental mostrar para os alunos "que tipos de objetos são ali preservados e expostos a fim de oferecer uma compreensão do que seja uma peça de museu. As explicações iniciam-se pela trajetória do objeto do lugar onde foi encontrado ou adquirido até como chegou ao museu, tornando-se, então, 'peça de museu'" (BITTENCOURT, 2008a, p. 357).

Esse é um caminho que permite que os alunos compreendam o processo de produção dos objetos e, mais do que isso, das significações atribuídas a eles, reforçando novamente a ideia da história como um constructo, na medida em que tais objetos são produzidos, preservados e eleitos pela curadoria dos museus para contarem uma dada história.

A relevância de visitas a museus locais e mesmo da sua criação na prática do ensino da disciplina está na possibilidade de os alunos conhecerem outras versões da história em contraponto às versões institucionalizadas da história das cidades. No entanto, não se pretende, com visitas dessa natureza e com abordagens que essas visitas propiciam, criar uma nova hierarquização em que as temáticas locais estejam no topo, trata-se de integrá-las a outras histórias em uma multiplicidade de vozes que promovem, como vimos, as noções de historicidade, identidades e pluralidade sociocultural, as quais contribuem para a formação da consciência histórica voltada para a cidadania no processo de ensino e aprendizagem.

## Sem medo de errar

Ao pleitear uma vaga como professor efetivo de história da rede pública estadual, mais uma vez os estudos do lugar foram requeridos, mas, agora, voltados para a prática do ensino da disciplina, em que você deveria sistematizar um plano de aula como um dos requisitos do processo seletivo.

Ao optar pelo museu local como tema da aula, você elencou cinco etapas para o planejamento da atividade: 1) definição dos objetivos da visita; 2) preparação dos alunos (conteúdos e conceitos a serem explorados); 3) coordenação da visita de acordo com os objetivos; 4) continuidade das discussões após a visita; 5) formas de avaliação.

O ponto de partida para o desenvolvimento do plano de aula, de acordo com as etapas do planejamento elencadas, é a definição dos objetivos pelo professor responsável. Uma visita ao museu local pode ter como objetivo apresentar a história da cidade, conhecer e explorar o acervo que compõe o museu, analisar o modo como as narrativas são construídas e confrontá-las com a história tradicional ou institucionalizada. Para atender a esses objetivos, devem ser selecionados conceitos, os quais, diante do acervo, permitirão que os alunos compreendam a complexidade das relações histórico-sociais estabelecidas naquele contexto.

O processo de avaliação deve estar diretamente relacionado com os objetivos traçados no início do planejamento. Vale lembrar que a avaliação não está restrita ao desempenho dos alunos, mas ao processo educativo como um todo, inclusive a possibilidade de aperfeiçoamento do planejamento para as próximas visitas.

Busque contemplar os estudos da seção na sua proposta para o desenvolvimento do plano de aula levando em conta as três etapas básicas para o uso de documentos em sala – 1. Identificação dos documentos; 2. Explicação do documento; 3. Comentário do documento –, como propostas por Schmidt e Cainelli (2004), e o conceito de lugar social de produção como parte da fundamentação teórica e metodológica para as análises documentais.

## Avançando na prática

### Museus locais: os objetos como fonte de conhecimento

### Descrição da situação-problema

A história não feita de consensos, e as instituições museológicas são prova disso. Ao lado dos museus tradicionais estão os museus locais e participativos, nos quais a comunidade atua na composição dos acervos contando as suas histórias.

Há tempos, os museus e seus acervos têm sido objetos de estudos dos historiadores e de profissionais de áreas correlatas. Mas, na prática do ensino da disciplina, como transformar o acervo dos museus locais em fonte de conhecimento histórico para os alunos da educação básica?

### Resolução da situação-problema

Os objetos que compõem os acervos dos museus são considerados vestígios que permitem reconstruções e problematizações dos eventos históricos para que possamos compreendê-los. No entanto, sabemos que um mesmo objeto pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas e construção de diferentes

narrativas pelos historiadores. Na prática do ensino de história, nem sempre o objetivo de uma visita aos museus é comum ao dos historiadores, pois o que se pretende não é, necessariamente, a produção de narrativas, mas que os alunos compreendam que novas histórias inexploradas pela historiografia ou pelos materiais didáticos podem ser conhecidas através da identificação, contextualização e problematização dos objetos.

## Faça valer a pena

**1.** Tem sido comum, em propostas curriculares e em algumas produções didáticas, introduzir a história do cotidiano e a história local, uma opção que não é recente, como foi apresentado no histórico da disciplina. A associação entre o cotidiano e a história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva (BITTENCOURT, 2008).

Sobre o tema apresentado, analise as afirmativas marcando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. Estes estudos têm a finalidade de fazer emergir as tensões sociais do dia a dia, ou seja, as formas de luta e resistência das comunidades em meio à história hegemônica.

II. A história local tem sido debatida nas salas de aula, pois possibilita que o aluno compreenda o meio em que está inserido.

III. Atém-se ao passado da formação das comunidades para que os alunos conheçam as histórias de nomes consagrados, como a dos colonizadores e fundadores das cidades.

Após análise das afirmativas, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

d) Apenas a afirmativa III está correta.

e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

**2.**

O diálogo entre o ensino de História e o conhecimento científico redimensiona a importância social da área na formação do estudante, sinalizando e fundamentando a possibilidade de estudo e atividade que valorizem a atitude intelectual do aluno no desenvolvimento e envolvimento em

trabalhos que favoreçam sua autonomia para aprender. Nesse contexto, o estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e mundo social. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 117)

Sobre o ensino de história e as temáticas locais, assinale a alternativa correta.

a) O estudo da história local se deu na última década, quando as histórias de indivíduos passaram a ser inseridas na historiografia, mesmo que de forma secundária.

b) Ao edificar os grandes feitos de personagens que marcaram a história das comunidades, as temáticas locais foram inseridas nos currículos para criarem modelos ideais a serem seguidos.

c) Em meio às histórias totalizantes, as temáticas locais representam uma pequena fração, por isso são relegadas ao segundo plano no ensino da disciplina.

d) As vertentes historiográficas contemporâneas permitiram a ampliação das noções de documento, por isso, as histórias e vivências dos alunos também passam a ser valorizadas no ensino de história.

e) Os documentos históricos canônicos são utilizados no ensino de história, pois garantem a legitimidade e a irrefutabilidade das narrativas em detrimento dos vestígios locais.

**3.**

"[...] os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado". (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 117)

Sobre o uso de documento histórico em sala de aula, estabeleça a relação correta entre as colunas 1 e 2.

Coluna 1

A. Identificação do documento.

B. Explicação do documento.

C. Comentário do documento.

Coluna 2

I. Contexto e crítica do documento.

II. Introdução, desenvolvimento e conclusão.

III. Natureza, datação e autor do documento.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) A. III; B. I; C. II.

b) A. I; B. II; C. III.

c) A. II; B. I; C. III.

d) A. II; B. III; C. I.

e) A. III; B. II; C. I.

# Referências


ABREU, Regina. M.; CHAGAS, Mario. S. Museu da favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 130-152, 2007.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. Narrativas orais sobre religiosidade e saberes escolares no município de Colares (PA). **Revista História Oral**, v. 18, n. 2, p. 179-206, jul./dez. 2015.

ALDEROQUI, Silvia. Museus participativos e relacionais com a comunidade e seu território. **Museu para Todos**. Disponível em: <http://museu.pinacoteca.org.br/?s=museus+participativos+e+relacionais+com+a+comunidade+e+seu+territ%C3%B3rio>. Acesso em: 3 mar. 2017.

AMADO, Janaína. História e região: reconstruindo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (Coord.). **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

ARTE, CULTURA E PODER. Disponível em: <http://artecultpoder.org/v7/?page_id=947>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BARCA, Isabel. A educação histórica numa sociedade aberta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 7. n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2007.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Caderno de Pesquisas do CDHIS**, Uberlândia, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de história, memória e história local. **Revista de História da UEG**, v. 2, n. 1, p. 301-321, jan./jul. 2013.

______. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. **Revista de História**, n. 5, v 1-2, p. 308-340, 2013. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a16.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BENTO, Luiz Carlos. O saber histórico e o ensino de história: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história. **Fatos & Versões Revista de História**, v. 5, n. 10, 2013.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/>. Acesso em: 13 nov. 2016.

______. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a escola dos annales 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAINELLI, Marlene Rosa; TUMA, Magda Madalena P. História e memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em educação histórica. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 34, p. 211-222, jun. 2009.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, p. 51-69, jan./dez. 2007.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (coord.). **Metodologia e Pré-História da África**: História Geral da África. São Paulo: Ática/Unesco, 1982.

HILLMAN, James. **Cidade e alma**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.

HUXLEY, Aldous. **Adonis e o alfabeto**. São Paulo: Editora Hemus, 1956.

LIMA, Mestre Alcides de; COSTA, Ana Carolina Francischette da. Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversitas**, n. 3, 2015.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. **Revista História Oral**, v. 17, n. 1, p. 39- 69, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=341&path%5B%5D=pdf#>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MALERBA, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 19-55, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871001>. Acesso em: 10 nov. 2016.

NOILTONUNES. **Museu da Maré**: memórias e (re) existências. Direção Pedro Sol e Regina Abreu. 4 set. 2012.

MUSEU DA PESSOA. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/o-museu-da-pessoa>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TV PAULO FREIRE. **Nós da educação**: programa com a professora Marlene Rosa Cainelli, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWGKFrIRcI0>. Acesso em: 3 dez. 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola mater**: a antiga Escola de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

PACHECO, Líllian; CAIRES, Márcio (Org.). **Nação griô**: o parto mítico da identidade do povo brasileiro. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2009.

PONTES, Carlos José de Farias. O uso da história oral no ensino de história: uma experiência no colégio de aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462028167_ARQUIVO_OUSODAHISTORIAORALNOENSINODEHISTORIA.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PRIORI, Angelo. O ensino de história regional e local: alguns problemas e algumas perspectivas. In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2., 1996, Campinas. **Anais**... Campinas: UNICAMP, 1996. p 705-711. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/download/5972/4821>. Acesso em 21 fev. 2017.

REIS, José Carlos. **Teoria e história**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ROBERTS, Lisa. **Do conhecimento à narrativa e à... ação!** Construindo narrativas nos museus de hoje. Museu para Todos. Disponível em: <museuparatodos.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S; GARCIA, Tânia Maria F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v25n67/a03v2567.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 2004.

SILVA, Marcos Antônio da (Org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, Éder da Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS**: história & cultura, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>. Acesso em: 13 nov. 2016.

TEDX TALKS. **Hackeando a narrativa porque eu não sou obrigada**. Direção: Yasmin Thayná, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpbolqVesK8>. Acesso em: 6 dez. 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TED-ED. **Why do you have museums?**Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MHo928fd2wE>. Acesso em: 11 nov. 2016.